



Esteban Cipriano Costa López

**O Coletivo Nuvem Negra desafiando o
racismo institucional no ensino superior**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Andreia Clapp Salvador

Rio de Janeiro
Agosto de 2020



Esteban Cipriano Costa López

**O Coletivo Nuvem Negra desafiando o
racismo institucional no ensino superior**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo

Prof^a. Andréia Clapp Salvador

Orientadora

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof^a. Thula de Oliveira Pires

Departamento de Direito – PUC-Rio

Prof. Amilcar Araújo Pereira

UFRJ

Prof^a. Alessandra Pio Silva

C.P.II

Rio de Janeiro, 03 de Agosto de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Esteban Cipriano Costa López

Graduou-se em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2017), pesquisador do GPAAR – Grupo de Pesquisa de Ações Afirmativas e Políticas de Reconhecimento da PUC-Rio, possui curso de atualização em África e diáspora africana pela Universidade do Texas em parceria com a ONG Criola (2017). Palestrante e consultor em políticas de diversidade e promoção da igualdade racial, e professor convidado do Curso Compliance, Diversidade e Inclusão, do Instituto de Direito da PUC-Rio (2020).

Ficha Catalográfica

López, Esteban Cipriano Costa

O Coletivo Nuvem Negra desafiando o racismo institucional no ensino superior/ Esteban Cipriano Costa López; orientadora: Andreia Clapp Salvador. – 2020.

144 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Serviço Social – Teses. 2. Coletivos Negros Universitários. 3. Relações étnico-raciais. 4. Movimento negro contemporâneo. 5. Racismo institucional. I. Salvador, Andreia Clapp. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Agradecimentos

Agradeço aos Orixás que sustentam meu corpo e alimentam minha vida, saúde e força para superar as dificuldades de cada dia, e a todos aqueles que resistiram antes de mim, aos meus ancestrais, aos meus mais velhos, e a todos em minha companhia, meu muito obrigado!

A minha orientadora, Prof.^a Andreia Clapp Salvador, pela amizade, pela orientação, pelas suas correções e incentivos no desenvolvimento da dissertação. Assim como pela generosidade e apoio na pesquisa em Políticas de Ações Afirmativas.

Ao CNPQ e à PUC-Rio, pelo apoio concedido, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado. A todos/as os/as colegas da turma de mestrado 2018 da PUC-Rio.

Ao meu eterno orientador Prof. Dr. Marcelo Luciano Vieira pela extraordinária generosidade durante todo meu percurso na graduação.

Ao corpo discente e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Aos meus amigos e irmãos de caminhada acadêmica Sandra Marcelino e Lucas Obalera de Deus que compartilharam reflexões e discussões contribuindo para esta dissertação.

A minha mãe Cecília por toda conquista, consolo, e abrigo, ao meu pai Esteban Cipriano pelo exemplo, persistência e incentivo em meus estudos. A minhas irmãs Fabricia e Vanessa pela amizade, apoio e conselhos. A minha avó Maria Clara por ter mudado os rumos da história da minha família, pela bravura e cuidado, e ao meu avô Emydgio líder comunitário.

A todos os meus familiares por todo amor e apoio incondicional.

Ao meu professor biologia Roberto Adão que contribuiu no meu desenvolvimento no ensino médio do Colégio Pedro II – Unidade São Cristóvão.

E por fim, porém não menos importante, agradeço ao Coletivo Nuvem Negra - potência autônoma de estudantes negras e negros da PUC-Rio que reconhecem em si a necessidade de uma articulação comum, que compartilha a resistência, o afeto e o fortalecimento negro dentro e fora da universidade – aos meus amigos e interlocutores desta pesquisa fundadores do Coletivo Nuvem Negra Ronilso Pacheco, Juliana Santos, Walmyr Junior, Namibia Rodrigues, Lucas Obalera, Luana Fonseca, Juan Telles e Leonardo Ventura.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

López, Esteban Cipriano Costa; Salvador, Andreia Clapp (Orientadora). **O Coletivo Nuvem Negra desafiando o racismo institucional no ensino superior**. Rio de Janeiro, 2020. 144 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O Coletivo Nuvem Negra - CNN surge na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio em 2015 é formado enquanto estratégia de sobrevivência, permanência e reconhecimento da história e ancestralidade de/as estudantes negros/as. Do mesmo modo, é um espaço que produz afeto e acolhimento contribuindo para a permanência de estudantes negros/as no ambiente universitário. O tema surgiu a partir da compreensão de que, se hoje podemos observar a existência de Coletivos Negros no interior das Universidades, isso se deve as lutas, agendas políticas e articulações históricas do Movimento Negro do Brasil em torno da Educação. Para tal fim, elegemos como o lócus do presente estudo o Coletivo Nuvem Negra - CNN da PUC-Rio. Como objetivo geral analisamos o processo de formação do Coletivo Nuvem Negra - CNN, os seus avanços e desafios, identificando as questões que desafiam o racismo institucional. Neste trabalho importa-nos conhecer o processo de formação, experiências e impactos do CNN a partir dos seguintes objetivos específicos: (1) Identificar os principais protagonistas na formação do CNN; (2) Identificar as características centrais que constituíram o CNN; (3) Destacar a partir das narrativas de seus protagonistas os principais impactos pessoais e coletivos provocados pelo CNN. Para responder aos objetivos apresentados, optamos pela articulação de três estratégias de pesquisa: (i) a revisão de literatura, focalizando as categorias principais do debate: Movimento Negro, Movimento Negro Contemporâneo, Coletivos Negros Universitários, Políticas de Ação Afirmativa; (ii) análise da ATA de fundação do Coletivo; (iii) realização de entrevista semi-estruturada com 8 (oito) fundadores do Coletivo Nuvem Negra, presentes na primeira reunião. Identificamos que o CNN se constituiu na PUC-Rio enquanto espaço de afeto, acolhimento e luta antirracistas contra o racismo institucional. Identificamos também que a partir da participação no CNN os impactos pessoais e coletivos se relacionaram com a

ressignificação da estética-política, do pertencimento a comunidade acadêmica, do resgate da memória e da ancestralidade. A atuação no CNN transcende o ambiente acadêmico e se relaciona com outros âmbitos que integram a vida dos sujeitos, como a família, o trabalho e os relacionamentos interpessoais.

Palavras-chave

Coletivos Negros Universitários; Relações Étnico-Raciais; Movimento Negro Contemporâneo; Racismo Acadêmico .

Abstract

López, Esteban Cipriano Costa; Salvador, Andreia Clapp (Advisor). **The Black Cloud Collective challenging institutional racism in higher education.** Rio de Janeiro, 2020. 144 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The Coletivo Nuvem Negra (“The Black Cloud Collective”), also referred to as CNN, arises at the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio) in 2015 as a strategic formation for the survival, endurance and recognition of the history and ancestry of Black students at the institution. Similarly, it serves as a space that produces support and a welcoming environment that contribute to the continued presence of Black students at the university. This subject was broached with the more general understanding that, if today we can observe the existence of collectives of Black students inside of universities, this has happened due to the struggles, political agendas and historical pronouncements of the Brazilian Black Movement surrounding Education. To this end, we chose as a locus for the present study the Coletivo Nuvem Negra -CNN of PUC-Rio. Our general objective was to analyze the process of the formation of the Coletivo Nuvem Negra -CNN, its advances and its challenges, and to identify the questions that have challenged institutional racism. This work concerns itself with understanding the process of formation, the experiences within and the impact of the CNN through the following specific facets of the student collective: 1) the principal actors in the formation of the CNN; 2) the central characteristics that constituted the CNN; 3) the narratives of its actors surrounding the principal personal and collective impacts produced by the CNN. To respond to the above objectives, we have chosen three research strategies: i) a revision of literature, focusing on the principal categories of the debate: Brazil’s Black Movement, Contemporary Black Movement, Black Student Collectives, Policies of Affirmative Action; ii) an analysis of the records of the founding of the Coletivo Nuvem Negra; iii) carrying out semi-structured interviews with 8 (eight) founders of the Coletivo Nuvem Negra, who were present at the first meeting. We recognize that the CNN constituted, at the institution of PUC-Rio, a space of anti-racist support, a welcoming environment and a part of the anti-racist

struggle against academic racism. We also recognize that by participating in the CNN the personal and collective impacts of this involvement related to a resignification of the politics of aesthetics, of belonging to an academic community and of African ancestry. The involvement in the CNN transcends the academic sphere and relates to other environments that make up the life of its subjects, such as family, work and interpersonal relationships.

Keywords

Black University Collective; Ethnic-Racial Relations; Contemporary Black Movement; Academic Racism.

Sumário

| | |
|--|-----|
| Introdução | 15 |
| 1. O(s) Movimento(s) Negro(s) e a Educação Brasileira: uma luta de ontem e os reflexos no hoje | 33 |
| 1.1. Aqui você não entra: a escolarização tardia dos/as negros/as frente aos projetos políticos coloniais | 33 |
| 1.2. “Nós por Nós”: as primeiras iniciativas negras para o acesso à educação | 39 |
| 2. Movimento ou Movimentos Negro(s): uma luta por direitos | 47 |
| 2.1. Tramas, estratégias e malabarismos de um “Movimento” pela educação | 51 |
| 2.2. Ecos e tessituras: o movimento negro de base acadêmica e o Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN) | 58 |
| 3. Ou seja, o Lixo vai falar e numa boa" – Rompendo o silêncio e assumindo a própria fala! | 74 |
| 3.1. “Espalha-se a quilombagem”: o perfil dos/as entrevistados/as | 74 |
| 3.2. A mística de fundação: O surgimento do Coletivo Nuvem Negra | 79 |
| 3.3. Os desafios e avanços de um Coletivo Negro Universitário | 98 |
| 3.4. Mergulho em profundidade: os impactos do CNN na vida dos/as entrevistados/as | 112 |
| 4. Considerações Finais | 118 |
| 5. Referências bibliográficas | 122 |

| | |
|---|-----|
| 6. Apêndices | 132 |
| 6.1. Apêndice 1 – Termos de Consentimento da Pesquisa | 132 |
| 6.2. Apêndice 2 – Roteiro de Entrevista | 134 |
| 6.3. Apêndice 3 – Quadro dos protagonistas/fundadores entrevistados | 136 |
| | |
| 7. Anexos | 134 |
| 7.1. Anexo 1 – EECUN 2016 | 139 |
| 7.2. Anexo 2 – Reunião Fundação Nuvem Negra 2015 | 141 |
| 7.3. Anexo 3 – Descomemoração | 142 |
| 7.4. Anexo 4 – Semana Nuvem Negra 2015 | 143 |
| 7.5. Anexo 5 – PUC Por Um Dia | 144 |

Lista de abreviaturas e siglas

ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)
CCN - Centro de Cultura Negra
CECAN - Centro de Cultura e Arte Negra
CNN - Coletivo Nuvem Negra
CONAJIR - Coletivo Nacional de Juventude pela Igualdade Racial
COPENE - Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as)
EECUN - Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros
ENUNE - Encontro de Estudantes Negros, Negras e Cotistas da UNE
FNB - Frente Negra Brasileira
GTAR - Grupo de Trabalho André Rebouças
GTPLUN - Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros
IES - Instituições de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCN - Instituto de Pesquisa das Culturas Negras
IPDH - Instituto Palmares de Direitos Humanos
IPEAFRO - Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros
MAN - Museu de Arte Negra
MEC - Ministério da Educação
MNU - Movimento Negro Unificado
PVNC - Pré-Vestibular para Negros e Carentes
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINBA - Sociedade de Intercâmbio Brasil-África
TPB - Teatro Popular Brasileiro
UCBHC - União Cultural Brasileira dos Homens de Cor
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UHC - União dos Homens de Cor
UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

São nos encontros dos corpos pretos que “ a fala rompe o contrato e não cabe mais espaço para o silêncio”.

Sandra Marcelino

Cego é quem vê só aonde a vista alcança. Mandeí meu dicionário às favas.
Mudo é quem só se comunica com palavras.

Candeia

Vocês já devem ter ouvido em muitos lugares, que para escrever bem a pessoa precisa ler muito. Eu concordo. Entretanto, o que significa ler muito? Temos, por vezes, uma perspectiva muito limitada sobre a leitura, que se encerra na possibilidade de acessar livros, material físico escrito. Quando eu digo que considero importante ler muito, eu estou falando de perceber com sensibilidade o maior oráculo que temos: a vida.

Eu sempre tive um “fantástico mundo de Bob” (desenho dos anos 90) na minha cabeça. Nós podemos enxergar com todos os nossos sentidos, e não apenas a visão. Construimos narrativas a todo tempo, quando andamos na rua, quando encontramos as pessoas, quando estamos no samba, no trem ou na fila do supermercado. Ler a vida é cuidar das entrelinhas, é manter o encantamento necessário para co-criar com o universo a nossa volta.

Eu sempre fui uma leitora voraz, mesmo nos momentos em que não abri um livro sequer. Pensar nessa perspectiva, em um país excludente e racista é fundamental. Mais de 40% da população brasileira não tem acesso à livros. E nós sabemos que a maior parte dos livros publicados e amplamente difundidos, que constroem um imaginário social sobre pessoas como nós, não é escrito por pessoas como nós. É preciso buscar essas narrativas em muitos outros papéis. E nós, povo preto, temos usado e abusado das superfícies.

Nunca estivemos calados(as), nós gritamos, vomitamos verdades, distorcidas por cortinas de fumaça branca, e regurgitamos de volta em ouvidos estúpidos, e outros tantos desavisados. Escutem os seus corpos, os sinais do tempo, os aromas que bailam histórias no ar, os paladares afetivos que nos reconectam. Tudo isso é narrativa, coisa fina e delicada.

O cheiro de bolo quente da minha vó tem memórias de outros tempos, tem afago, dengo, magia...Ao ler e escrever nós sentimos a vida, espirais de passado, presente e futuro que se multiplicam na encruzilhada. Cada viela é um (re)encontro. Nossa pedagogia é outra, ainda bem.

Carolina Rocha¹

¹ Carolina Rocha é Dandara Suburbana e vice-versa. A escrita lhe possibilitou existência negra e reconhecimento ancestral desde criança. É mulher preta, de Xangô, sustentada pela magia negra e forjada nas encruzilhadas. Militante antirracismo e educadora. Também historiadora e socióloga. Autora do livro “O Sabá do Sertão: feitiçarias, demônios e jesuítas no Piauí colonial” (Paco Editorial, 2015) e co-autora dos livros “Lâmina” (Arte Sabali, 2018) e “Inovação Ancestral de Mulheres Negras: táticas e políticas do cotidiano” (Oralituras, 2019). Idealizadora do projeto Ataré Palavra Terapia, que trabalha com escrita criativa, literatura e autocuidado. Páginas: @adandarasuburbana @atarepalavraterapia.

Introdução

Pesquisar é sair do lugar comum. É querer saber mais do que se sabe ou que ainda não se sabe muito bem, mas quer compreender. Minha avó costumava dizer assim: “O que se tá fuxicando aí meu filho?” Quando porventura, nos pegavam revirando as coisas. Fuxicar² é um vocábulo de origem banto (que, originalmente, se grafava *bantu*), significa remexer, procurar, investigar, pois este foi meu intuito neste trabalho, “fuxicar academicamente”. Portanto, neste trabalho importou-nos conhecer a formação, experiências e impactos do Coletivo Nuvem Negra-CNN, enquanto um Coletivo Negro Universitário, na vida dos seus/as fundadores/protagonistas. Para isso, buscamos identificar os/as principais protagonistas na formação do CNN e suas características centrais, que o constituíram, e por fim, destacamos a partir das narrativas de seus/as protagonistas, os principais impactos pessoais e coletivos, provocados pelo CNN. Destarte neste trabalho, realizamos um estudo problematizando a presença de um Coletivo Negro Universitário, que combate o racismo institucional e a importância de suas ações, dentro do espaço acadêmico.

Ao longo do processo de minha graduação em Serviço Social na PUC-Rio, e de observações cotidianas pelo campus da universidade, algumas questões começavam a emergir. Eu enquanto homem negro e gay, percebendo a desigualdade racial do alunato, majoritariamente branco, assim como do corpo docente e principalmente por ouvir situações de racismo, vivenciadas por estudantes negros/as; no ano de 2014, realizamos uma atividade enquanto integrante do Centro Acadêmico de Serviço Social da PUC-Rio, de Descomemoração ao dia 13 de maio. A atividade-denúncia, foi para evidenciar que apesar da abolição oficial da escravidão no Brasil, não houve condições reais, recursos ou políticas, para inserção da população negra na sociedade. Em contraposição a esta data, que não representava as lutas e resistências negras, o Movimento Negro, especificamente o Grupo Palmares de Porto Alegre, propõe o

² Ver Lopes, Nei. Novo Dicionário Banto do Brasil, 2006. Nei Lopes se debruça sobre a pesquisas e contribuições dos africanos no Brasil, relacionados às influências das línguas de origem banto no português.

dia 20 de novembro, como o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra³, dia da morte do líder do quilombo dos Palmares. Ademais, a atividade foi composta por vários debates com diversos convidados/as, nos pilotis da PUC-Rio.

Já no ano seguinte em 2015, participei da movimentação anterior a construção do Coletivo Nuvem Negra, sendo um de seus protagonistas e convidando alguns de seus primeiros integrantes, para nossa reunião de fundação. De imediato, no primeiro dia me responsabilizei pela tesouraria do Coletivo e encabeçando o grupo responsável pelo relacionamento institucional e pelas atividades a serem desenvolvidas. Esta experiência pessoal, transformou completamente minha perspectiva de sociedade, universidade, produção de conhecimento, religiosidade, além construir amizades que cultivo até hoje.

Mas se não eu, então quem? Tendo vivenciado a fundação e desenvolvimento das ações do Coletivo Nuvem Negra, acredito que ninguém melhor do que um de seus integrantes, para pesquisar acerca do Coletivo. Posto isto, a produção acadêmica só faz sentido se abrir um novo espaço, para discursos alternativos e não hegemônicos e este foi o caminho de construção desta pesquisa.

Ser negro/a⁴ universitário/a, ainda que seja uma realidade mais comum em meio ao século XXI, certamente estamos longe de compor com equidade o quadro de estudantes e professores negros/as nas universidades. Embora tenha aumentado o número de estudantes negros/as, no ensino superior da rede pública, este segmento ainda permanece sub-representado comparativamente, a quantidade total de negros/as na população brasileira, que chega a 56% (IBGE, 2018). Bem como, no que diz respeito à carreira docente nas Instituições de Ensino Superior (IES), onde encontramos grandes lacunas, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep 2019, apenas 16,4% são professores/as autodeclarados/as negros/as versus 52,9%, de professores/as autodeclarados/as brancos/as.

Consequentemente em primeiro lugar, como resultado de um racismo estrutural manifestado na reprodução sistêmica de práticas racistas na organização

³ A Lei 12.519, de 10 de novembro de 2011 institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a ser comemorada no dia 20 de novembro.

⁴ As pessoas negras nesta investigação são classificadas como pessoas pretas e pardas igualmente como nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

política, econômica e jurídica da sociedade brasileira. Sendo gestado durante processos históricos, sociais e políticos, e estabelecendo-se enquanto norma e ordenação da sociedade. O conceito de raça ou grupo racial para nós, não se trata de marcadores genéticos, africanos ou fatores biológicos, mas de experiências vividas por um determinado grupo social, com características fenotípicas semelhantes.

Sobre racismo Munanga (2000), com sua sabedoria nos diz:

O racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. (Munanga, 2000, p. 7)

Já Nilma Lino Gomes (2017), na mesma direção contribui para o entendimento do racismo no Brasil:

No Brasil, ele opera com a ideologia de raça biológica, travestida no mito da democracia racial (harmonia racial) que se nutre, entre outras coisas, do potencial da miscigenação brasileira. A ideologia da raça biológica encontra nos sinais diacríticos “cor de pele”, “tipo de cabelo”, “formato do nariz”, “formato do corpo” o seu argumento central para inferiorizar os negros, transformando-os (sobretudo a cor da pele) nos principais ícones classificatórios dos negros e brancos no Brasil. (Gomes, 2017, p. 98)

Posto isso, a desigualdade racial dentro das universidades brasileiras, são concebidas enquanto resultado de um racismo institucional, que por meio de suas instituições conferem privilégios ou desvantagens a partir da raça⁵. Segundo

⁵ Segundo o antropólogo Kabengele Munanga: “O Movimento Negro e alguns sociólogos, quando usam o termo raça, não o fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira se dão não apenas devido aos aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na

Almeida (2018), “o que se pode verificar até então é que a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial”. Não exclusivamente o poder de um indivíduo sobre o outro, mas do grupo que detém o controle do aparato institucional sobre o outro, para Almeida (2018) “o racismo é dominação” e salienta:

Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são próprios –, o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (Almeida, 2018, p. 36).

Não por acaso, o racismo institucional é estabelecido para preservar a manutenção do status quo da branquitude, que ocasiona uma série de implicações. No mesmo sentido, Lourenço Cardoso (2011, p. 1), afirma que a branquitude permanece significando poder: “a identidade racial branca é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e materiais palpáveis que colaboram para reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e o do racismo”.

Com o intuito de adensar a compreensão sobre as características gerais do conceito de branquitude na sociedade brasileira, o historiador Lourenço Cardoso (2017), a partir do resultado de seus estudos destaca alguns autores e seus conceitos, acerca da branquitude:

A superioridade estética é um dos traços fundamentais da construção da identidade branca no Brasil. (Schucman, 2012, p. 69, apud Cardoso, 2017)

Há um silenciamento diante do assunto das desigualdades raciais e sociais. Silenciar é uma estratégia para proteger os privilégios em jogo. (Bento, 2009, apud Cardoso, 2017)

Neutralidade: ainda que se mostre “neutra” (padrão de normalidade) é uma identidade marcada racialmente, porém, ao indivíduo branco é dado o poder de escolher evidenciá-la ou não;

A raça é vista não apenas como diferença, mas como hierarquia. (Piza, 2009, apud Cardoso, 2017);

nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas”. (MUNANGA, 2005, p. 45)

É um “lugar de poder” com capacidade de atuação também nas instituições. (Silva, 2014; Laborne, 2014, apud Cardoso, 2017)

É um “símbolo de dominação”. (Malomalo, 2014, apud Cardoso, 2017)

Tem raízes no colonialismo e reproduz um colonialismo epistemológico. (Laborne, 2014, apud Cardoso, 2017)

Tem a “tendência a resvalar para a classe como marcador para definir a própria condição de branquitude”. (Corossacz, 2014, apud Cardoso, 2017)

Do que foi exposto acima, em síntese deduzimos que a branquitude no Brasil, é produto da colonização europeia, estando conectada a supremacia branca global. Enquanto categoria relacional é um “lugar” de vantagem estrutural associado ao prestígio social, econômico, político e cultural. É um lócus de elaboração de práticas normativas, relacionadas a identidade do/a branco/a, como também a hierarquização racial e a subordinação e interiorização do “Outro”. Há que se estar atento/a à narrativa da branquitude na produção de conhecimento, pois a discussão deve prescindir de um debate sobre o processo de dominação colonial, a perspectiva eurocêntrica de mundo e da suposta neutralidade científica. Isto nos ajuda a compreender, o “lugar” da branquitude na educação e na produção de conhecimentos, dentro das universidades brasileiras, produtoras e reprodutoras de práticas racistas (Cardoso, 2014).

Posto que, o racismo é reproduzido pelas instituições enquanto manutenção da ordem social e de regras institucionais, isto nem exime as instituições de suas responsabilidades, muito menos de um compromisso institucional de combater o racismo. Sendo assim, para uma instituição ser antirracista deve-se assumir uma postura explícita, que rompa com os “silêncios, os “pactos” e as “naturalizações” da estrutura social vigente, que tem o racismo como um de seus elementos.

Inicialmente, os debates em torno das desigualdades raciais adentraram o cenário político institucional brasileiro, a partir dos anos 1990. Verifica-se a persistência de um padrão de desigualdade racial entre negros e brancos, gerador de desvantagens cumulativas resultantes da discriminação racial, especificamente nas oportunidades educacionais e no mercado de trabalho (Hasenbalg, 1991), sendo a população negra a mais afetada. Nesta década, o Movimento Negro, Organizações não-governamentais e alguns organismos internacionais, apresentaram demandas que exigiam justiça reparatória ao Estado brasileiro em todos os setores. No que tange à educação da população negra, esta é pauta da agenda política desde a década

de 1970, reivindicada especialmente pelo Movimento Negro Unificado (MNU) e nos anos de 1990, por representantes negros/as a exemplo de Abdias do Nascimento e Benedita da Silva, que ocuparam assentos políticos, sendo eles os pioneiros a elaborarem projetos pleiteando cotas para negros/as, nas universidades públicas federais, sem muitos resultados dos governos da época. Somente a partir de 2001, que observamos a efetivação de políticas de cotas raciais, destinadas a reserva de vagas a estudantes autodeclarados pretos e pardos, a exemplo da UERJ, UnB e demais universidades.

Nota-se ao observamos a história, que as aspirações pela educação formal e seus níveis mais elevados, são buscas da população negra desde o pós-abolição, tendo em vista que, a educação ainda se faz um veículo de mobilidade social. Todavia, ao longo dessas décadas, reivindicamos não somente o acesso e permanência, mas também a necessidade de melhoria do ensino, conforme Nascimento (2012, p. 56) ressalta que:

A educação brasileira, em geral, necessita melhorar quantitativa e qualitativamente para que seja um dos principais vetores de desenvolvimento democrático das relações sociais, da produção cultural, política, científica, tecnológica e, pois, de melhores condições de vida.

Porém a composição das desigualdades sociais, acentua-se somada as desigualdades raciais e isso tem reflexos na educação, conforme pesquisas realizadas por Fulvia Rosemberg (1987), e Maria Tereza Ramos Dias (1980). Essas pesquisas revelavam que o tipo de escola frequentada pela população negra tinha menos qualidade de ensino, que aquelas frequentadas pela população branca. A experiência de negros/as em escolas ou universidades, tem sido pesquisada por diversos/as autores/as, tal como (Gonçalves, 2015; Ratts, 2009; Caixeta, 2016; Gomes, 2012 e 2017), que apontam além do percurso mais acidentado, onde muitos estudantes negros/as desenvolvem autoestima negativa, silenciamento e dificuldades de se colocarem contrários diante de posicionamentos hegemônicos. Outras pesquisas ainda são capazes de comprovar a existência de discriminação racial nas escolas contra o alunado negro, tanto por parte de seus colegas brancos, quanto por parte de professores, refletindo no conteúdo dos livros didáticos (Fundação Carlos Chagas, 1987; Teixeira, 2003, p. 25).

Além disso, as análises desses estudos sobre a experiência de estudantes negros/as nas escolas e universidades, têm apontando os desafios de permanência e ausência de debates com temáticas raciais, as poucas possibilidades de desfrutarem de todas as formações extraclasse, devido incompatibilidades com o horário, trabalho e dificuldade no deslocamento, entre outros fatos. Efetivamente, este segmento não goza de todos os privilégios, que a universidade oferta para uma melhor e mais especializada formação.

Diante desta breve contextualização, somada a minha experiência enquanto ativista e universitário negro, debrucei-me sobre um tema, que merece mais produção acadêmica. E que salta aos meus olhos, reconhecendo a importância de compreender a atuação e organização de um coletivo negro, dentro de uma universidade de prestígio, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

Sendo assim, este estudo está em consonância com a linha de pesquisa, “Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social” e do GPAAR – Grupo de Pesquisa de Ações Afirmativas e Reconhecimento, ambos do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Trata-se da análise do processo de formação do Coletivo Nuvem Negra - CNN, os seus avanços e desafios, identificando as questões que desafiam o racismo institucional. Foi escolhido diante do interesse de conhecer o processo de formação, experiências e impactos do CNN, na vida dos seus fundadores/protagonistas e problematizar a experiência de negros e negras, dentro da Universidade. Por conseguinte, esta pesquisa buscará também contribuir com a produção acadêmica, a respeito dos coletivos negros universitários.

Desse modo, tendo como referência o próprio objeto de estudo partimos da compreensão de que, as produções acadêmicas são produtoras de saberes e poderes, e não estão isentas de racialidade. Por isso, conscientemente, esta pesquisa não será um instrumento operacional do epistemicídio, que segundo a filósofa Sueli Carneiro:

Na sua versão mais contemporânea nas universidades brasileiras, o epistemicídio, cuja discussão aprofundaremos posteriormente, se manifesta também no dualismo do **discurso militante versus discurso acadêmico**, através do qual o pensamento do ativismo negro é desqualificado como fonte de autoridade do saber sobre o negro, enquanto é legitimado o discurso do branco sobre o negro. Via de regra a produção

branca e hegemônica sobre as relações raciais dialoga entre si, deslegitimando a produção dos pesquisadores e ativistas negros sobre o tema. (Carneiro, 2005, p. 60, grifos nossos).

Uma vez cientes da versão contemporânea do epistemicídio nas universidades brasileiras, percebemos a necessidade de reorganização da concepção norteadora da produção, de conhecimento nesta dissertação. Consideramos como interlocutores do diálogo acadêmico, pesquisadores/as, cientistas e ativistas negros/as, que estarão presentes na bibliografia desta pesquisa. Uma pesquisa que reconsidere o estatuto de sujeitos cognoscentes, aos/as intelectuais negros/as, não pretendendo hierarquizar raças, mas assegurar que privilégios raciais provenientes do racismo, não prevaleçam no desenvolvimento da investigação.

Nesse sentido, essa pesquisa teve a intencionalidade de ouvir e falar, a partir de uma “perspectiva deslocada” (Miranda, 2006). Isso significa dizer, que buscamos movimentar nossos diálogos e reflexões, com outras formas de conhecimento e pensamentos, que não se limitam aos cânones acadêmicos. Para o nosso estudo importa-nos ouvir os silêncios e gritos, ler os olhares e sorrisos, conhecer as narrativas contra-hegemônicas, que são construídas nos corredores, no bandeirão, na resistência e insistência dentro e fora das salas de aula.

Que Nuvem é essa que vem chegando?

Visto que, já mencionamos anteriormente que nosso objeto de interlocução é o Coletivo Nuvem Negra – CNN, segue uma breve apresentação do Coletivo e no terceiro capítulo um mergulho profundo sobre seu surgimento. Fundado em 1 de abril de 2015, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a partir das inquietações e angústias compartilhadas em perceber, a desarticulação de/as estudantes negros/as. Inicialmente, houve diversas conversas entre os/as estudantes pelo campus, acerca do negligenciamento dos/as intelectuais negros/as, assim como a necessidade da construção de um lugar, onde os/as estudantes negros/as pudessem compartilhar e refletir sobre as diversas questões raciais que foram propulsoras, para a criação do Coletivo.

De acordo com o editorial da primeira edição do Jornal Nuvem Negra, o Coletivo Nuvem Negra - CNN, fundado em 1º de Abril de 2015, é:

(...) uma potência autônoma de estudantes negros e negras da PUC-Rio que reconhecem em si a necessidade de uma articulação comum, que compartilha a resistência, o afeto e o fortalecimento negro dentro da universidade. O Coletivo é um espaço de troca, afirmação da identidade negra, acolhimento e luta antirracista. Realizamos seminários, debates e encontros que possibilitem enegrecer o pensamento e as nossas reflexões. O CNN é aberto à participação de todas e todos negras e negros. (Jornal Nuvem Negra, 1. ed., 2016, p. 1).

Além disso, o CNN durante seus cinco anos de atuação, vem desenvolvendo ações de lutas antirracistas nas instituições educacionais e a promoção da lei 10.639/03, de ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. O Coletivo vem reivindicando a presença de epistemologias negro-africanas em sala de aula e nos currículos universitários. Realizam reuniões exigindo o cumprimento da Lei 10.639/03, com diversos departamentos da PUC-Rio, solicitando a criação de disciplinas, mudanças curriculares, cotas raciais na pós-graduação e contratação de professores/as negros/as.

Em suma, segundo De Deus (2016, p.3), os Coletivos Negros Universitários contribuem para práticas pedagógicas, que valorizam o povo negro como sujeitos do conhecimento. Conforme a pesquisa de Caixeta (2016), sobre a mobilização e organização negra na Universidade de Brasília (UNB), nos dá pistas iniciais, para pesquisar o nosso objeto de estudo. A autora nos diz que, os surgimentos de grupos/coletivos na UNB, estão associados as demandas e tensões políticas da população negra e nos diz:

A conjuntura sociopolítica de grande tensão em relação à seguridade dos direitos, da população negra, de acesso à educação superior por meio das políticas de ações afirmativas, as tensões típicas da práxis acadêmica de embate com os/as docentes, a necessidade de um espaço de integração, interação e acolhimento, a busca por empoderamento e estudos sobre racialidade e as dinâmicas do racismo e das relações raciais são algumas das motivações que mobilizam e suscitam a criação dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília. (Caixeta, 2016, p. 42).

No sentido de participação, Marques (2018), em pesquisa com estudantes ingressantes pelo sistema de cotas na Universidade Federal da Grande Dourados, identificou que os acadêmicos/as, envolvidos em eventos e ações que discutiam a temática da população negra e que participavam de grupos de estudos de iniciação científica, tiveram mais condições de fortalecimento identitário. Essa associação, a busca por estarem juntos agregando-se entre os iguais, nos parece traduzir

significados específicos para esses sujeitos. Para tanto, sobre “aquilombamento” Darali e Ferreira (2018), se referem a uma das estratégias de sobrevivência, permanência e reconhecimento de sua história e ancestralidade em ambiente acadêmico, ainda majoritariamente eurocêntrico, vivenciados pelos/as estudantes negros/as.

A encruzilhada do objeto: desafios e prioridades metodológicas

A palavra Encruzilhada, nos aponta múltiplos caminhos possíveis trilhados pelos diversos agentes do Movimento Negro no Brasil. O sociólogo Amauri Mendes Pereira, em seu texto “Encruzilhadas na luta contra o racismo no Brasil”, apresentado no III Congresso Internacional NUCLEAS-Núcleo de Estudos das Américas-UERJ em 2012 nos afirma que:

Não há porque ter medo de encruzilhadas, nem mesmo de seguir a direção errada. Em processos sociais sempre há encruzilhadas, e se ilude quem imagina tê-las transposto de uma vez por todas. Nelas se encerram e se criam novas histórias, de tal forma que se pode dizer que a história corresponde a uma miríade de encruzilhadas. (Pereira, 2012, p. 2).

Transitando por entre a miríades de encruzilhadas fazemos a escolha de não investigar o *problema do negro* e muito menos o paradigma conceitual do negro-tema⁶, mas através da teoria buscamos alimentar estratégias, para ações políticas concretas. Nesta dissertação, tomo como objeto de estudo o Coletivo Nuvem Negra, tendo como entendimento, ser um Coletivo Negro Universitário, o qual trabalhando com a questão racial dentro e fora da Universidade, se tornou uma das experiências mais expressivas de combate ao racismo de uma organização preta, composta por discentes a partir do ambiente acadêmico.

Sendo assim, como um estudo sobre o Coletivo Nuvem Negra, enquanto um Coletivo Negro Universitário, esta pesquisa tem como **objetivo geral analisar o**

⁶ Segundo o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos “Há o tema do negro, e há a vida do negro. Como tema, o negro tem sido, entre nós, objeto de escarpelação perpetrada por literatos e pelos chamados antropólogos e sociólogos. Como vida ou realidade efetiva, o negro vem assumindo o seu destino, vem se fazendo a si próprio, segundo lhe tem permitido as condições particulares da sociedade brasileira. Mas uma coisa é o negro-tema; outra, é o negro vida. O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama atenção”. (RAMOS, 1957, p. 171).

processo de formação do Coletivo Nuvem Negra - CNN, os seus avanços e desafios, identificando as questões que desafiam o racismo institucional.

Neste trabalho importa-nos conhecer o processo de formação, experiências e impactos do CNN a partir dos seguintes objetivos específicos:

- (1) Identificar os principais protagonistas na formação do CNN;
- (2) Identificar as características centrais que constituíram o CNN;
- (3) Destacar a partir das narrativas de seus protagonistas os principais impactos pessoais e coletivos provocados pelo CNN.

Para tanto, algumas indagações e inquietações foram sendo formuladas, guiando assim a construção desse trabalho de pesquisa:

- (i) O que são Coletivos Negros Universitários para seus integrantes?
- (ii) Quais os desafios que um Coletivo Negro Universitário enfrenta dentro de uma Universidade?
- (iii) Quais as estratégias de um Coletivo Negro Universitário mediante as inúmeras demandas apresentadas pelos seus integrantes no espaço acadêmico?
- (iv) Como os Coletivos Negros Universitários podem influenciar nas dimensões pessoais e coletivas de seus integrantes?

Nesta direção, a seguir apresentaremos os procedimentos metodológicos que utilizamos para o desenvolvimento da pesquisa. Enquanto estratégia para ouvirmos discursos alternativos mediante as configurações do conhecimento dentro da academia, optamos por desenvolver um estudo numa perspectiva de abordagem qualitativa, e utilizar um instrumental viabilizador desta escuta.

Para melhor compreensão das estratégias utilizadas, vale descrever o caminho metodológico da investigação, que segundo Maria Cecília Minayo (2013), inclui tanto as concepções teóricas e as escolhas procedimentais do levantamento de dados. Optamos por realizar uma pesquisa qualitativa, devido à natureza das questões propostas, pois, é importante ouvir com profundidade o universo de significados dos sujeitos da pesquisa. Segundo Mirian Goldenberg (1998):

“Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória”. (Goldenberg, 1998, p. 14).

Na medida em que o tipo de estudo adotado é qualitativo, a pesquisa buscou descrever a maneira em que os sujeitos entendem os significados de suas práticas. Para Bernadete Gatti e Marli André (2011, p. 30), a abordagem qualitativa:

“Rompe o círculo protetor que separa pesquisador e pesquisado, separação que era garantida por um método rígido e pela clara definição de um objeto, condição em que o pesquisador assume a posição de “cientista”, daquele que sabe, e os pesquisados se tornam dados – por seus comportamentos, suas respostas, falas, discursos, narrativas, etc. traduzidas em classificações rígidas ou números – numa posição de impessoalidade. **Passa-se a advogar, nessa perspectiva, a não neutralidade, a integração contextual e a compreensão de significados nas dinâmicas histórico-relacionais** (Gatti & André, 2011, p. 30-31, grifos nossos).

Convém lembrar que, o prévio conhecimento e vivência enquanto fundador e integrante do CNN, favoreceu a articulação e escolha de três estratégias de pesquisa como: (i) a revisão de literatura, focalizando as categorias principais do debate: Movimento Negro, Movimento Negro Contemporâneo, Coletivos Negros Universitários, Políticas de Ação Afirmativa; (ii) análise da ATA de fundação do Coletivo; (iii) realização de entrevista semiestruturada com 8 (oito) fundadores presentes na primeira reunião do Coletivo Nuvem Negra.

Como parte do processo inicial de pesquisa realizamos em 2018, a revisão bibliográfica nas bases de dados do (i) Portal Periódicos Capes, (ii) Repositório Institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora, (iii) Plataforma Scielo, (iv) Biblioteca Digital da USP, (v) Biblioteca Digital da UNICAMP, (vi) Google Scholar, (vii) Biblioteca On-line da PUC Rio, assim como da (viii) Revista da ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, com a intenção de mapear a área de estudo em que a pesquisa estaria inserida. Posteriormente analisamos a ATA de fundação do Coletivo Nuvem Negra.

Visando acercar-me das produções dos últimos 5 anos, utilizamos nas buscas palavras-chaves como: (i) ações afirmativas e cotas raciais, (ii) coletivo negro, (iii) coletivo negro universitário, (iv) movimento negro de base acadêmica, (v) Coletivo Nuvem Negra com a intenção de encontrar produções acadêmicas em diferentes

campos de conhecimento a respeito do Coletivo Nuvem Negra ou de outros coletivos negros universitários.

No levantamento realizado nas bases de dados anteriormente mencionadas, a palavra “Coletivo Nuvem Negra”, foi encontrada em 8 artigos, todavia apenas dois deles citaram o Coletivo Nuvem Negra enquanto organização política, e nenhum deles descreveu as características, os avanços e desafios vivenciados pelo Coletivo Negro Universitário. Os artigos versavam sobre: história do cinema negro (1); movimento estudantil⁷ (2); Coletivo de Mulheres da PUC-Rio (1); estudos de fronteira (1); relações de gêneros (1); tecnologias de informação e comunicação (1); e internet (1). O Coletivo Nuvem Negra, não foi localizado de maneira central ou enquanto objeto de estudo de nenhum artigo, dissertação ou tese, em alguns casos tratou-se apenas de uma citação ou nota de rodapé.

Ainda sobre a pesquisa nas bases de dados mencionadas acima, selecionamos nos últimos 5 anos 47 artigos, com as palavras-chave “ações afirmativas e cotas raciais”⁸, que circundam o tema de estudo. Em seguida, desagregamos as informações contidas nos resumos dos 47 artigos, e organizamos em tópicos através de planilha Excel, dividindo em: periódico, ano de publicação, autores, título, resumo, palavras-chave, objetivo geral, objetivo específicos, método, resultado e conclusão. Na maioria dos resumos dos artigos não identificamos os resultados e conclusões obtidas nas pesquisas. A maioria dos artigos versavam sobre as ações afirmativas no ensino superior, o sistema de cotas e a trajetória de estudantes ou professores/as negros/as na universidade, entretanto nenhum deles relatava sobre a constituição ou impactos de um Coletivo Negro Universitário.

Com intuito de pontuar, brevemente, algumas chaves de discussões sobre organizações de estudantes negros/as nas universidades no contexto estadunidense, pesquisamos na base internacional Education Resources Information Center (ERIC). Localizamos 9 produções acadêmicas entre artigos e teses utilizando as seguintes palavras-chave: “black unions”; “black student union”; “black students organization”. Dentre elas, apresentamos abaixo, alguns pontos centrais debatidos

⁷ Discordamos dos dois artigos que situam o Coletivo Nuvem Negra como um desdobramento e transformação da identidade e projeto do Movimento Estudantil (UNE, UEEs, UBES), assim como situa a temática de estudo exclusivamente aos temas relacionados ao Movimento Estudantil. Supomos ser uma análise míope e limitada das características do fenômeno estudado.

⁸ As palavras-chave “ações afirmativas e cotas raciais” foram pesquisadas conjuntamente nas bases de dados citados no texto.

em duas produções que, em nossa avaliação, articulam-se com a linha de discussão dessa pesquisa.

Uma das teses, tem o objetivo de estudar a ligação entre o Movimento Negro e as mudanças ocorridas no ensino superior nos Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1980. A principal questão da pesquisa foi: “Qual efeito o Movimento Negro tem nas mudanças no ensino superior de 1960-1980? A pesquisadora Kinaya Sokaya entrevistou treze ativistas do Movimento Negro norte-americano, que eram líderes de organizações estudantis, e dos Departamentos de Black Studies. A pesquisadora relata que houve consenso entre os participantes entrevistados, que um movimento impulsionado pelos estudantes negros/as foi o responsável pela formação de Black Students Unions - BSU`s (União dos Estudantes Negros/as) nos campi, a criação de departamentos de Black Studies, um aumento de universidades americanas e mudanças nos currículos. A pesquisadora percebeu cinco grandes eixos temáticos: 1) os desafios da primeira geração de estudantes afro-americanos em ambiente predominantemente branco, 2) o papel das BSU`s no sucesso de estudantes afro-americanos, 3) a falta de representação de africanos e afro-americanos em cursos universitários, 4) o papel dos departamentos de black studies nas informações sobre os africanos e afro-americanos, e 5) a imprecisão entre as realizações do Movimento dos Direitos Civis que se distinguem das realizações do Movimento Negro norte-americano.

A outra tese encontrada durante a pesquisa aborda como as BSU`s no ensino superior dos Estados Unidos, representam um valioso recurso para reter e engajar os grupos sub-representados em atividades. A pesquisa investiga como melhorar o sucesso das organizações étnicas de estudantes, poderia aumentar o fluxo de docentes de minorias étnicas no ensino superior. O pesquisador John Johnson, demonstra como as organizações de estudantes são cercadas por uma variedade de complexidades institucionais, contextuais e complicações que podem impedir ou desincentivar seu crescimento, ao analisar quatro BSU`s no ensino superior. O pesquisador também examina as redes internas e externas dessas organizações estudantis, e como resultado, indica que as BSUs fazem contribuições substanciais para o clima dos campi. Ademais informa que, as BSUs prosperam em ambientes que contêm suporte de recursos, conexões institucionais estáveis e muitos colaboradores.

A seleção das duas teses estadunidenses serviu para o conhecimento dos debates em torno do tema de estudo, gerou indagações, e ampliou as reflexões possíveis de serem analisadas. Ainda que o contexto étnico-racial estadunidense e brasileiro seja diferente, os estudos contribuíram parcialmente para definição do problema de pesquisa, assim como do objetivo geral e dos objetivos específicos, pois dizem respeito a movimentação e os impactos de estudantes negros/as e minorias dentro das universidades.

Assim consideramos, que o destaque desta pesquisa traz a abordagem de um tema atual. Isto posto, consideramos ser uma discussão de relevância para o movimento negro contemporâneo, assim também para os estudos das relações étnico-raciais no campo das Ciências Humanas, Sociais e áreas afins.

A entrevista: uma prosa com os/as pretos/as

Poderia o cenário ter sido uma prosa embaixo de um pé de Baobá, uma árvore originária da África e também uma das maiores e mais antigas do mundo, símbolo da sabedoria ancestral dos/as negros/as no Brasil. Nos inspiramos nessa alegoria, pois nossa entrevista semiestruturada traz como inspiração a leveza de uma prosa, um respiro da vida, em que os interlocutores ora ouviam, ora falavam.

Segundo Rosália Duarte (2004), as entrevistas permitem ao pesquisador fazer:

“Uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados”. (Duarte, 2004, p. 215).

Por conseguinte, a construção do instrumento de pesquisa se deu a partir de um esquema básico relacionado com as questões norteadoras e com os objetivos da dissertação, “permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (Ludke & André, 1986, p. 34). Conforme Manzini (2003, p. 13), alguns aspectos que devem ser considerados ao elaborar o roteiro de entrevista: (i) é necessário prudência e cautela com a linguagem; as perguntas devem ser redigidas de forma simples e direta; (ii) é preciso ter cuidado com a forma das perguntas evitando-se

palavras e frases não específicas e também perguntas demasiadamente longas; (iii) é preciso ter cuidado com a sequência das perguntas de modo que a primeira possa gerar uma situação em que o entrevistado se sinta à vontade para responder. E na sequência, que as perguntas obedeçam uma ordem e uma dificuldade de respostas das mais fáceis, para as mais difíceis sendo conveniente a elaboração de blocos temáticos de perguntas, que objetivam o mesmo assunto (Manzini, 2003, p. 13).

Ademais, as entrevistas objetivaram que os sujeitos pudessem informar sobre: (i) a vivência e experiência na construção do Coletivo Nuvem Negra; (ii) a concepção do que é um Coletivo Negro Universitário, seus significados e influências, principalmente em relação aos Movimentos Sociais (iii) as propostas de ação, tensionamentos e estratégias; (iv) sobre os avanços e conquistas do Coletivo Nuvem Negra e os impactos na vida pessoal de seus integrantes. Estes quatro aspectos – experiências, concepção, ações e impactos – podem ser melhor compreendidos, com a análise do roteiro de entrevista (Apêndice 2). O roteiro foi organizado a partir dos objetivos traçados para essa investigação e dividido em quatro blocos temáticos de perguntas.

Posteriormente o roteiro de entrevista (Apêndice 2), foi testado previamente com uma integrante do Coletivo Nuvem Negra, que participa desde 2015, ano de sua fundação, contudo não figura entre suas fundadoras. A testagem contribuiu para elaboração de perguntas sobre o significado do Coletivo na vida dos integrantes seus impactos pessoais, familiares, profissional e religiosos.

No início de cada entrevista, apresentei os objetivos da pesquisa e tornei nítido o caráter de confidencialidade das informações e opiniões, que seriam colhidas e que pudessem constranger ou prejudicar os/as entrevistados/as. Como também sobre a importância de manterem seus nomes na dissertação, para registro e preservação da memória. Nesse momento inicial, os/as entrevistados/as leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 1).

Logo após, a partir da vivência e experiência no lócus de estudo, junto a consulta da Ata de fundação do CNN, destaquei 10 principais protagonistas iniciais. Os três critérios estabelecidos para a escolha dos/as principais protagonistas foram: a presença na fundação do Coletivo e nas reuniões subsequentes do primeiro ano de fundação; a própria narrativa dos/as protagonistas que através da entrevista expunham o nome das pessoas que consideravam fundamentais nos primeiros

encontros do CNN; e o notório destaque nas participações, contribuições e ações iniciais onde o próprio pesquisador esteve inserido e pode acompanhar de dentro o processo de articulação.

Realizei entrevistas com 8 (oito) fundadores/as do Coletivo Nuvem Negra, não sendo possível realizar entrevistas com 2 (duas) fundadoras do Coletivo. As entrevistas ocorreram em diversos locais, como a residência dos/as entrevistados/as, a residência do pesquisador, em locais públicos, na PUC-Rio e *on-line*, para os integrantes que estavam fora do país, durante o processo de investigação. Ocorreram em horários previamente agendados com os/as depoentes e tiveram duração média entre quarenta e sessenta minutos, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019.

Estive atento as interferências da minha relação com os/as entrevistados/as e com o objetivo de pesquisa, não manifestando reações e gestos, que certamente pudessem insinuar algum tipo de posicionamento, tendência ou opinião. Desta maneira, deixando previamente nítido que aquele espaço era deles/as, e o mais importante era saber de suas experiências e perspectivas. Todavia tendo a ciência de que o pesquisador é um sujeito ativo frente a seu objeto de investigação, pois, na sua interação com a realidade, se modifica tanto o produtor da pesquisa, quanto a pessoa pesquisada.

Assim, as entrevistas se constituíram no principal passo metodológico para os objetivos da pesquisa e mostrou ser o procedimento apropriado para a coleta de dados, possibilitando nos aproximar da compreensão das complexidades no campo das relações raciais, sobretudo no que diz respeito às especificidades das dinâmicas e significados dos integrantes do Coletivo. Diante de algumas inquietações acerca de observações e vivências experimentadas no ambiente acadêmico e no movimento negro, principalmente quando a cor da pele e tudo que a envolve se torna uma “questão”, coloquei-me nessa condição de “fuxicar academicamente”.

Organização dos capítulos

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, além das referências e anexos. Simbolicamente utilizaremos o sentido da “gira” palavra em quimbundo que significa “caminho”, “rota”, “via” para conduzir os/as leitores/as a um

movimento-experiência de circularidade, que tem instrumentos e ritmos no decorrer de cada capítulo.

Na introdução da gira, decidimos fazer uma contextualização do tema, uma breve apresentação do Coletivo seguido dos interesses que sobressaltaram a minha experiência pessoal e inquietações, transformando-as em objeto de pesquisa. A encruzilhada nos coloca diante dos desafios e da aposta de desvendar o objeto desta pesquisa; as questões que nos provocaram tirando o nosso sono; os objetivos e os procedimentos metodológicos.

No primeiro movimento da gira, partimos do processo de escolarização tardia da população negra e tratamos de algumas das primeiras iniciativas, para o acesso à educação de pessoas negras ainda no império.

No segundo movimento, trazemos para a conversa nossas concepções de Movimento Negro, de Movimento Negro de Base Acadêmica e a consolidação do Encontro Nacional de Coletivos e Estudantes Negros (EECUN).

Já no terceiro momento da gira, expomos as entrevistas e falamos diretamente com os/as fundadores/as do Coletivo Nuvem Negra, rompendo com o silêncio. Neste capítulo empírico, a voz dos/as universitários/as elucida como é ser um/a estudante negro/a dentro de uma universidade brasileira, como a PUC-Rio.

Por fim, fechamos a gira com nossas considerações, referências e as pistas para futuros passos para dar continuidade a este movimento. Boa gira!

O(s) Movimento(s) Negro(s) e a Educação Brasileira: uma luta de ontem e os reflexos no hoje

Um povo sem conhecimento da sua história, origem e cultura é como uma árvore sem raízes.
Marcus Garvey

É importante chamar a atenção, para o fato de que essa exclusão dos/as negros/as na educação e sociedade brasileira se mantém através dos corpos, saberes e cultura como projeto de políticas colonialistas. Frantz Fanon⁹ nos aponta aspectos das relações estabelecidas entre os colonizadores e os colonizados advindas do modelo brancocentrico de humanidade universal :

Todo povo colonizado, isto é, todo povo no seio do qual nasce um complexo de inferioridade, de colocar no túmulo a originalidade cultural local - se situa frente a frente à linguagem da nação 'civilizadora', isto é, da cultura metropolitana. O colonizado se fará tanto mais evadido de sua terra quanto mais ele terá feito seus os valores culturais da metrópole. Ele será tanto mais branco quanto mais tiver rejeitado sua negrura. (Fanon, 1979, p. 12).

Pois o colonialismo pode ser encontrado nas artes, nas linguagens, na religião, na economia, na arquitetura, na administração pública sempre obedecendo a interesses expansionistas das colônias da época, determinando quem teria acesso à educação e a quem não.

1.1.

Aqui você não entra: a escolarização tardia dos/as negros/as frente aos projetos políticos coloniais

“Branco entra, negro nem chega na porta”. Aníbal Quijano nos diz em seu artigo “Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina” (2005) que:

⁹ FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 12.

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (Quijano, 2005, p. 117).

De modo que a hierarquização racial teve impacto direto na educação de negros/as. Os colonizadores sabiam que o domínio das letras era sinal de poder e status, sendo assim, esse acesso era restrito a poucos e somente aos do sexo masculino. Ainda no período de escravização, os/as negros/as escravizados/as já entendiam que dominar determinados códigos da sociedade branca colonial abria caminhos para uma mudança de vida e sua entrada no mundo da liberdade. Notavelmente a leitura e a escrita têm uma finalidade social. É certo que a literatura aponta a existência de negros letrados, como os malês e uns poucos instruídos pelos jesuítas ou por outras vias.

Contudo durante toda a trajetória da população negra na educação, há que se observar as contradições e os interesses subjacentes a que tipo, modelo e cânone, principalmente a serviço do que e de quem, está a educação de negros e negras. No período colonial destacamos que:

Sobretudo os africanos escravizados estavam impedidos de aprender a ler e escrever, de cursar escolas quando estas existiam, embora a alguns fosse concedido, a alto preço, o privilégio, se fossem escravos em fazendas de padres jesuítas. Estes, visando a “elevação moral” de seus escravos, providenciavam escolas, para que os filhos dos escravizados recebessem lições de catecismo e aprendessem as primeiras letras, sendo-lhes impedido, entretanto, almejar estudos de instrução média e superior. Nessas escolas dos jesuítas, as crianças negras eram submetidas a “um processo de aculturação, gerada pela visão cristã de mundo, organizada por um método pedagógico” de caráter repressivo que visava a “modelagem da moral cotidiana, do comportamento social (Gonçalves & Silva 2000, p. 134).

Como podemos observar no fragmento acima, a educação ofertada pelos jesuítas imprimiu um projeto muito mais relacionado à dominação de corpos e mentes, do que a boa vontade de letrar os escravizados. Ferreira Jr. & Marisa Bittar (1999), em suas pesquisas sobre a educação jesuítica e crianças negras no Brasil

Colonial, destacaram de modo relevante que a educação dessas crianças acontecia de forma residual, ou seja, alguns filhos de negros/as escravizados/as nascidos em território brasileiro (nas fazendas jesuítas), e que passavam pelo processo de aculturação – conseguiam ter contato com as primeiras letras.

Além do mais, a escola e o processo de escolarização para a população negra tem uma importância e um significado de mobilidade social. É preciso dominar as linguagens, os signos, as epistemes do colonizador, para combater e sobreviver as opressões e a perversa lógica do racismo, que Moraes (2016), descreve em seu artigo “Ler e escrever”: habilidades de escravos e forros? ” que:

Desde o século XVI foi construída, entre os portugueses que chegavam ao continente africano, uma representação negativa acerca das capacidades intelectuais daqueles povos “primitivos”. Apesar de poucas etnias africanas terem desenvolvido uma cultura escrita própria, essa não era inexistente. O “Estado” islamizado do Mali, espalhado ao sul do continente africano, possuía um intenso comércio de livros e uma cidade universitária. (Moraes, 2016, p. 107).

Além disso, a pessoa negra foi frequentemente associada na historiografia brasileira à condição social de escravo/a, de tal forma que, enquanto projeto de apagamento e inferiorização, Negro e escravo, foram vocábulos que assumiram conotações intercambiáveis (Correa, 2000, p.87 *apud* Fonseca, 2016, p. 23). Diversas publicações que abordam o contexto das relações raciais no Brasil, sinalizam os discursos proferidos a partir das teorias racialistas, que afirmavam a incapacidade intelectual dos/as negros/as ou como afirmava Nina Rodrigues (1982), a “raça negra” era considerada inferior.

É interessante destacar que, as legislações brasileiras atuaram como empecilhos no processo de escolarização da população negra, fazendo deste modo, um direito tardio para negros e negras. Conforme afirma Barros (2016, p. 593): “Um dos empecilhos para a escolarização negra seria a legislação, que proibia a matrícula e a frequência, interditando a escola aos negros”. Essas legislações refletem, ainda hoje, no que tange a entrada e permanência deste segmento racial no acesso às escolas e universidades. E não é difícil compreender o porquê a maioria dos/as alunos/as frequentadores/as das escolas públicas são negros/as e a qualidade do ensino é precária. Vejamos o que algumas dessas legislações determinavam.

A Constituição de 1824, previa a escola primária gratuita para todos os cidadãos, todavia, excluía os negros/as cativos/as do acesso aos estabelecimentos oficiais. O fato de serem naturais da África, somado à escravidão, retirava qualquer possibilidade de cidadania, conforme estabelecido no artigo 6º, item 1 da legislação em vigor.

O Ato Adicional de 1834, que determinou a organização da educação brasileira, em seu regulamento os legisladores prescreviam quem podia ou não se matricular e/ou frequentar a escola pública, a partir dos critérios de gênero, saúde, idade, raça, entre outras variáveis.

Na província do Rio de Janeiro, a reforma da instrução primária realizada em 1837, por exemplo, proibia a frequência à escola aqueles que sofressem de moléstias contagiosas, dos/as escravos/as e dos/as pretos/as africanos/as, ainda que livres e libertos/as.

Ainda sobre as legislações que impediam a escolarização de negros/as, o decreto 13.331 de 17 de fevereiro de 1854, conhecido como Reforma Couto Ferraz, por sua vez, estabelecia a obrigatoriedade da escola primária para crianças a partir dos 7 anos de idade e a gratuidade do ensino primário e secundário nas escolas da Corte. Esta legislação deixava bem demarcada a quem estava vetado a inclusão. Nas escolas públicas não seriam admitidas crianças com moléstias contagiosas (a varíola e tuberculose eram doenças da época), e nem crianças escravizadas. Os adultos também estavam excluídos. O acesso à instrução para estes, dependia da disponibilidade de professores através de aulas particulares.

Por todo território nacional, a proibição de negros/as escravizados/as ou libertos/as nos bancos escolares era determinação da legislação, além disso, os poucos que conseguiam driblar as determinações e entrar na escola enfrentavam outros desafios, tais como: a falta de recursos materiais, roupas, locomoção, circunstância de trabalho e a discriminação racial. Muitas famílias impediam que seus/suas filhos/as estudassem em classes com crianças negras, pois alegavam que estas não possuíam boa índole e o convívio não era adequado.

Foram inúmeros os mecanismos que o projeto colonial a partir de suas legislações impediu a entrada de negros/as na escolarização pública. As condições estruturais e materiais para a permanência na escola não permitiu o acesso de

escravizados/as e alforriados/as mesmo livres a realização do direito ao ensino público. (Cunha, 1999; Fonseca, 2000; Cruz, 2005).

Na contramão deste cenário de negações, ocorreram algumas ações a partir da organização de negros/as letrados/as, que ministravam aulas particulares para crianças e jovens negros, a fim de introduzi-los ao mundo das letras e dos números.

Já no regime republicano no Brasil, embora tivesse apontado novos rumos para uma parcela dos brasileiros, as mazelas ocasionadas pela escravidão persistiam na dificuldade de inserção dos/as negros/as na sociedade. Com isso, a construção de estereótipos de inferioridade e de pouca habilidade dos/as negros/as para a educação formal foi consolidada por eugenistas, como Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, influenciados pelo positivismo, deu nome ao que chamamos de racismo científico. Em poucas palavras, a ideia de determinismo biológico, condições climáticas e geográficas atribuem as capacidades físicas, morais, psicológicas e intelectuais do ser humano à sua raça e etnia. E sendo atribuído aos não brancos como a população negra e indígena um comportamento imoral, lascivo, violento e de pouca inteligência (Almeida, 2014).

Já na primeira metade do século XX, não houve impedimentos legais das crianças negras frequentarem as escolas, no entanto, várias situações de discriminação racial aconteciam afastando precocemente os/as alunos/as negros/as das salas de aula. D'Ávila (2006), ao falar da escola no século XX, diz que a educação e os/as educadores/as da época buscavam “aperfeiçoar a raça”. Para as elites brancas, os/as negros/as estavam associados/as à falta de saúde, à criminalidade e à preguiça. Os dirigentes da educação pública nesta fase, formados por médicos, definiram as escolas como clínicas, em que os males nacionais associados à mistura de raças poderiam ser curados.

Efetivando-se no processo tardio da escolarização dos/as negros/as, nas péssimas condições socioestruturais da população negra e no epistemicídio que Segundo Sueli Carneiro é:

Para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação

correntes no processo educativo.(...) Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender” (Carneiro, 2005, p. 97).

Com efeito contribui para uma desigualdade racial, efetivamente mantida, como consequência deste projeto de dominação colonial. Em outras palavras, o projeto de dominação colonial fez da raça, o eixo estruturante da organização social e através da escravização dos corpos negros movimentou a economia, as relações sociais, a política, a cultura e o conhecimento.

Não por acaso, a produção de conhecimento, os livros didáticos e paradidáticos, as histórias, as narrativas e espaços geográficos são predominantemente brancos, para os que querem a civilização aos moldes europeus. Até os mitos, contos de fada e o imaginário, estão permeados por um modelo de humanidade oriundos de uma identidade racial branca. Por sua vez, uma das realizações do pensamento colonial, foi afirmar a identidade racial branca enquanto uma identidade superior, construindo assim estratificações de inferioridade racial, religiosa, nacional, sexual, cultural. Tais constructos fizeram da “diferença” a regra normativa de eliminação.

Ou seja, a escolarização de negros/as é afetada pelo projeto colonial racista do Brasil para definir conhecimento e sucesso escolar. Estas práticas estão diretamente relacionadas com as formas como internalizamos, produzimos e reproduzimos a lógica da escola, da universidade e da educação. Assim, instituir uma padronização do pensamento e história única conduzem à violência simbólica de culturas “subalternizadas” dentro de assimetrias raciais mediante a um projeto de fortalecimento de uma cultura hegemônica que assume o lugar universal de construção do saber. Processos esses, característicos nos projetos da construção de Estado-nação¹⁰ modernos.

¹⁰ No livro e tese do Professor Marcelo Paixão intitulado “A Lenda da Modernidade Encantada: por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-nação” o economista apresenta a construção do projeto de modernidade analisando as relações raciais no Brasil, o discurso da mestiçagem, e critica os modelos de desenvolvimento no início do século XX no Brasil (PAIXÃO, 2014).

1.2.

“Nós por Nós”: as primeiras iniciativas negras para o acesso à educação

Ao dizermo-nos negros, iniciamos um caminho em direção da emancipação, que desemboca em comprometimento para lutar contra os que se referem à cor negra de nossa pele, como se essa fosse carimbo que nos marcaria como destinado a ser sobreviventes.

Steve Biko

Destaco nas linhas a seguir, algumas considerações históricas da luta e organização de negros e negras, pelo acesso à educação. Ressalto alguns aspectos dessas iniciativas coletivas e individuais, no que diz respeito ao direito à educação formal e informal de negros e negras. Todavia, não pretendemos remontar todos os elementos constitutivos das ações das organizações/associações negras e do próprio movimento negro, organizado ao longo do tempo. Nossa intenção é destacar algumas dessas iniciativas, que no decorrer da história da escolarização da população negra serviram de base para a luta.

Já na metade do século XIX, com o interesse das elites em torno da preocupação na construção de uma nação, havia a disposição de solucionar o problema da educação nas classes populares (Gonçalves & Silva 2000). Em 1853, ainda no governo monárquico, já haviam indícios das iniciativas de educar crianças negras (Cunha, 1999; Cruz, 2005; Fonseca, 2016), pois é o caso do professor preto Pretextato dos Passos e Silva, “que através de requerimentos a Inspetoria Geral da Instrução Pública da Corte, pretendia abrir uma escola, para ensinar os meninos de cor” (Neto, 2013, p. 12). Assim explica Silva (2012):

“Tratou-se de uma escola primária particular, desvinculada do aprendizado de ofícios específicos e urbana (na freguesia de Sacramento), destinada a atender meninos “pretos e pardos” – cuja maioria dos pais não possuía sobrenome e nem assinatura própria –, criada em 1853 por um certo professor que se autodesignou “preto”. Ele requereu, em 1856, ao então inspetor geral da Instrução Primária e Secundária da Corte (Eusébio de Queirós), algumas concessões para a continuidade do funcionamento dessa escola”. (Silva, 2012, p. 149).

O trecho acima merece plena atenção, pois o fato da maioria dos pais e mães não possuírem sobrenome nos aponta indícios de que estas pessoas eram escravizadas ou, eram descendentes de africanos/as escravizados/as. O professor

Pretextato, impulsionado através de um abaixo-assinado dos pais e mães dos meninos de cor preta, em 1855, recebe o apelo em favor do funcionamento da escola:

Nós abaixo-assinados vendo que os meninos de cor preta pouco ou nenhum adiantamento obtém nas atuais aulas, instamos e pedimos ao ilustríssimo senhor Pretextato dos Passos e Silva, a fim de que o mesmo senhor se incumbisse de ensinar nossos filhos contentando-nos com que eles soubessem ler alguma coisa desembaraçado, escrever quanto se pudesse ler, fazer as quatro espécies de conta, e alguma coisa de gramática. O dito senhor, anuindo ao nosso pedido, abriu em sua casa uma escola para a qual entraram nossos filhos e alguns tinham de entrar neste ano. Por cujo motivo nós lhe estamos muito obrigados e muito satisfeitos com o seu ensino, moralidade e bom comportamento. Todos nós fazemos votos para que o mesmo senhor continue a dirigir a dita escola, porque só assim nossos filhos saberão alguma coisa, ainda que não seja com perfeição, ao menos melhor do que até agora. E por ser tudo isso verdade, nós assinamos. (Silva, 2002, p. 156).

O ilustríssimo senhor Pretextato dos Passos e Silva, após ter sido convocado pelos pais de famílias, encaminha para o Conselheiro de Estado um pedido em defesa da continuidade da escola. A solicitação cotinha um dossiê com abaixo-assinados, atestados de vizinhos e um documento de próprio punho encaminhado a Inspeção Geral da Instrução Pública da Corte. Nos diz Pretextato, acerca do racismo e preconceito, sofridos por crianças negras nas escolas:

Ilmo. Exmo. Sr. Conselheiro de Estado, Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte.

Diz Pretextato dos Passos e Silva, que tendo sido convocado por diferentes pais de famílias para que o suplicante abrisse em sua casa uma pequena escola de instrução primária, admitindo seus filhos da cor preta, e parda; visto que em algumas escolas ou colégios, os pais dos alunos de cor branca não querem que seus filhos ombriem com os da cor preta, e bastante se extimulhão; por esta causa os professores repugnam admitir os meninos pretos, e alguns destes que admitem, na aula não são bem acolhidos; e por isso não recebem uma ampla instrução, por estarem coagidos; o que não acontece na aula escola do suplicante, por este ser também preto. Por isso, anuindo o suplicante a estes pedidos, dos diferentes pais e mães dos meninos da dita cor, deliberou abrir em sua casa, na Rua da Alfândega n. 313, a sua Escola de Primeiras Letras e nela tem aceitado estes ditos meninos, a fim de lhes instruir as matérias que o suplicante sabe, as quais são, Leitura, Doutrina, as quatro principais operações da aritmética e Escrita... (Silva, 2000, p. 156-157).

O que Pretextato manifesta em sua súplica, junto a Inspeção de Instrução é um parecer lúcido e conclusivo da configuração do racismo. Alunos da cor preta e parda, quando não impedidos de frequentar a escola são impelidos a deixá-las.

Para Adriana Maria Paulo Silva a educação formal era um importante recurso e nos diz:

Aprender a ler e escrever, enfim podia permitir aos escravos africanos e crioulos (escravos brasileiros) passarem como libertos ou exercerem ofícios que os aproximassem da experiência da liberdade. Some-se a estas possibilidades, ainda uma outra: a possibilidade de travar contato com as letras dos homens de cor que, a partir de 1830, na Corte criaram jornais específicos nos quais discutiam questões referentes à raça, identidade e mobilidade social em meio aquele segmento. (Silva, 2000, p. 112, apud Neto, 2011, p. 1).

O fragmento supracitado evidencia que, através do aprendizado da leitura e da escrita seria possível aos africanos escravizados e seus descendentes, participarem da elaboração de jornais, que em grande medida contribuíram para os movimentos abolicionistas e para a organização do Movimento Negro. O trecho também sinaliza a relativa mobilidade social de escravizados, ao adquirirem novos ofícios. Cabe ressaltar igualmente que, segundo a mesma autora, é indispensável para expandir a compreensão da dinâmica social, no período da escravidão, observar que tanto na corte quanto na província, havia certo número de libertos com acesso à educação.

No final da segunda metade do século XIX, as batidas policiais, tornam-se peculiares aos espaços majoritariamente de presença negra. Eram espaços mal vistos pela imprensa local e pelo poder público. A presença negra, bastante expressiva, trazia consigo aspectos de sua tradição. Tanto a capoeira, quanto a religiosidade de matriz africana, o samba e as batucadas eram caso de polícia, e deveriam ser dissipados.

O processo de abolição, que se configurou não teve como objetivo a inserção igualitária da população negra, ex-escravizada e dita liberta. A elaboração de uma identidade nacional, permeada de racismo e alicerçada por ideais eugenistas, promoveu através do Estado políticas institucionais de branqueamento¹¹. Exemplo disso, foram as políticas de imigração, na qual o Estado promovia e financiava a vinda de europeus e proibia a entrada de africanos no território brasileiro.

¹¹ Segundo Amílcar Pereira “A ideia de branqueamento através da miscigenação era amplamente debatida entre os “homens de ciência” brasileiros” (PEREIRA, 2013, p. 69).

As teorias racistas também migraram, com o propósito de justificar os motivos pelos quais a população negra não seria capaz de acompanhar o processo civilizatório. O racismo científico em alta, junto às políticas discriminatórias que impossibilitam negros/as de acessarem o mercado de trabalho, empurraram esta população para o desemprego e miséria. Nesse entremeio, surgem demandas da população negra, geradas pelo Estado brasileiro. Antes fossem o descaso do Estado, nada obstante, era o projeto anti-negro e o genocídio¹² da população negra, como a expressão máxima desse projeto.

Após uma sociedade aristocrática que teve como combustível de sua engrenagem a escravização, o Estado incumbe-se de sua finalidade. Pires e Gill (2017), asseguram que nem todas as crianças vingam. As referidas autoras estão afirmando que, historicamente na sociedade brasileira foram constituídas formas de doutrinar e organizar, com mediação do Estado e do aparato jurídico, também capazes de produzir assimetrias e dinâmicas de violência e desumanização de corpos negros. Com a dita abolição da escravatura, os sistemas de morte e privação de liberdade ganharam tamanho: manicômios, prisões e batidas policiais fazem parte da história não dita. Os ex-escravizados foram largados a própria sorte!

Com o término da escravização como regime político econômico, a transição do século XIX para o XX, deixou o legado do abandono da população negra. O novo momento de modernização do Brasil, excluiu esta população das garantias e dos direitos sociais consagrados no sistema. Sendo assim, “os negros tiveram que desenvolver um esforço próprio de autoeducação e de auto esclarecimento, em escala coletiva”. (Fernandes, 2007, p. 56).

Na primeira metade do século XX, algumas organizações negras, denominadas como organizações dos “homens de cor”, tais como, o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902) e a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), em São Paulo; a Associação Protetora dos Pretos (1917) no Rio de Janeiro,

¹² O genocídio da população negra no pós-abolição é um mecanismo ainda hoje em curso. São estratégias configuradas e/ou reconfiguradas pelo Estado brasileiro afim de matar. Matam tanto indiretamente, mingando políticas públicas e sociais, com a finalidade de perecer camadas da população brasileira. Quanto matam de forma direta, alvejando a tiros de bala corpos negros, favelados, periféricos e em locais não determinados. As pesquisas têm sido desenvolvidas com diferentes abordagens e ângulos do genocídio: saúde da população negra, mulheres negras, violência estrutural, direito a cidade, juventude negra, população em situação de rua entre outras. Podemos citar a exemplo, Nascimento, 1978 e Flauzina, 2006.

entre outras espalhadas pelo Brasil, já agregavam pessoas negras na sociedade brasileira e denunciavam os desafios da inserção de negros/as na dinâmica social.

Conforme destaca Domingues (2007), essas associações tinham uma característica, acima de tudo, assistencialista e recreativa/cultural e agregava um número significativo de negros e negras. Muitas além de desempenharem papéis agregadores, promoviam ações educativas. Como descrito por Gonçalves e Silva (2000, p. 140), muitas entidades negras com a ausência de escolas para atender a esse segmento da população, passaram a partir dos seus próprios meios a oferecerem escolas, visando a alfabetização dos adultos e uma formação mais completa para as crianças negras com professores/as negros/as.

Os jornais da chamada “Imprensa Negra”, tiveram um papel importantíssimo neste processo de convocatória de negros e negras para se instruírem. Havia mensagens incentivando os pais a mandarem as crianças para a escola, do mesmo modo que incentivavam os adultos a estudarem nos cursos noturnos e assim instrumentar-se, para terem mais condições de ingressarem no mercado de trabalho e em setores mais privilegiados. O discurso da escolarização não estava desassociado da assistência social. Nas palavras dos autores: “o saber ler e escrever eram vistos como uma condição de ascensão social, para ler e interpretar leis e assim poder fazer valer seus direitos” (Gonçalves e Silva, 2000, p. 140).

Como resposta, surgem organizações de negros/as em diversas partes do país. Sobre a organização de negros/as em São Paulo, nos relata Sotero (2015, p. 30), que “entre os anos de 1897 e 1930, existiu quase uma centena de associações negras na capital paulista, classificadas como dançantes (25), cívicas (4), esportivas (14), grêmios recreativos, dramáticos e literários (21) e cordões carnavalescos (12)”. A variedade de iniciativas de organizações negras ou organizações estruturadas, em torno da herança cultural de negros e negras demonstra a efervescência da época e a necessidade de inclusão social e luta desta população.

O protagonismo negro no período posterior à abolição da escravidão se fez presente também em Santa Catarina, assim como em outros estados do Brasil. Em 1915, sobre a presença negra em Florianópolis, nos elucida Petrônio Domingues (2011):

Decidiram comemorar a data da abolição da escravatura, de forma civilizada e cidadã. Para tanto, fundaram a Associação dos Homens de Cor e organizaram um grande evento no Teatro Álvaro de Carvalho, reunindo negros e brancos, homens e mulheres, autoridades públicas, representantes da imprensa e de outras associações da sociedade civil de Florianópolis. Tendo como mote a memória da escravidão, o evento consistiu na apresentação de recitais de poesias, em performances artístico-musicais e discursos cívicos. Muitos dos presentes se sensibilizaram ao ouvir a canção “Liberdade”, com letra de autoria de Trajano e melodia do maestro Pendo, e o poema “Vozes d’África”, de Castro Alves, o legendário poeta abolicionista. O evento cívico-literário-musical terminou com um “belo” hino à liberdade, cantado por um grupo de meninas. Todas trajadas de branco, traziam “a tiracolo largas faixas de seda com as cores nacionais e com uma apoteose à raça negra, protegida pela república que lhe apontava o luminoso caminho da liberdade. (Domingues, 2011, p. 119).

Esta extensa citação nos ajuda a entender o ambiente político-cultural, aliado as possibilidades de organização e expressão da insatisfação de negros/as. Uma incidência político-didática longe de ser meramente um ato folclórico ou simbólico. Esta comemoração se apresenta como uma estratégia político-pedagógica capaz de mobilizar brancos, negros e a imprensa, com o propósito, reafirmar o valor da liberdade e o fim da escravidão. O nascimento dos clubes negros associativos, assinala “agenciamentos políticos, conexões sociais, fluxos culturais e interlocuções raciais”. Segundo Domingues (2004, p.59), “as atividades culturais e recreativas promovidas pela referida entidade foram colocadas a serviço do projeto político do movimento negro”. Projeto este relatado e difundido pela imprensa negra da época.

Em 1931, emerge a Frente Negra Brasileira – FNB, que promovia cursos de alfabetização, criava bibliotecas e escolas, para ascensão social dos negros e negras, sendo algumas aulas em horário noturno para atender a alfabetização de adultos, que trabalhavam durante o dia. De acordo com Petrônio Domingues (2007):

Estas foram as primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas. Na primeira metade do século XX, a FNB foi a mais importante entidade negra do país. Essa entidade desenvolveu um grande nível de organização mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como publicar um jornal, A Voz da Raça. (Domingues, 2007, p. 106).

Segundo Gonzalez (1982, p. 22), foi a Frente Negra Brasileira (1931-1938), o primeiro grande movimento ideológico no pós-abolição, que surgiu no grande

centro econômico que era São Paulo, posteriormente tornando-se partido político. Foi precedida pelo trabalho de uma imprensa negra paulista a destacar “O Xauter (1916), Getulino (1916-1923), O Alfinete (1918-1921), O Kosmos (1924-1925), O Clarim d’Alvorada (1929- 1940) (Gomes, 2012). Conseguiu atrair dezenas de negros/as, sendo a FNB um dos marcos mais importantes do projeto de organização política do negro brasileiro. A Frente abrigou diversas tendências políticas, não sem conflitos, “surgiu num período agitado, atravessou uma revolução constitucionalista, viu aparecerem movimentos de esquerda, como a intentona comunista, e de direita como o integralismo” (Barbosa, 2017).

No transcorrer da primeira metade do século XX, no cenário nacional e internacional, congressos e seminários centrados na discussão da questão racial foram possíveis. Alguns voltados para a emancipação do negro produzidos pelo movimento negro e seus intelectuais e outros para o negro-tema, que difundiam ideias eugenistas e o “problema do negro”. A cidade do Rio de Janeiro, a capital da época, tornou-se berço de importantes organizações:

(...) O Grupo de Afoxé Associação Recreativa Filhos de Gandhi, o Teatro Experimental do Negro (TEN), a União dos Homens de Cor (UHC), a União Cultural do Homens de Cor, o Teatro Popular Brasileiro (TPB), o Renascença Clube e a Orquestra Afro-Brasileira, composta por dezoito músicos. Alguns advogados, médicos e artistas fundaram, em 1959, a União Cultural Brasileira dos Homens de Cor (UCBHC) na Cidade de Duque de Caxias, Baixada Fluminense. (Silva, 2003, p. 221).

Entre as décadas de 1940 e 1950, especificamente em 1943 na cidade de Porto Alegre, é fundado a União dos Homens de Cor (UHC), que se ramificou por mais de dez estados da Federação. No Rio de Janeiro em 1944, foi fundado o Teatro Experimental do Negro – tem, uma importante instituição de luta antirracista. Teve como estopim um “*black face*”¹³, presenciado pelo seu fundador Abdias do

¹³ O “black face” não se trata apenas de pintar a pele de cor diferente. É humor racista, uma prática na qual pessoas negras são estereotipadas de forma negativa e ridicularizadas para o entretenimento de brancos. Isso surgiu no século XIX numa época em que negros e negras não eram autorizados a subir nos palcos e atuar. Adilson Ferreira (2019) nos tece algumas considerações sobre o racismo recreativo e nos diz: não pode ser interpretado como um comportamento individual, mas como um sistema de dominação, um projeto de dominação racial; afirma a inferioridade de minorias raciais afim de gratificar psicologicamente os membros do grupo racial dominante; de caráter estratégico permite que pessoas brancas preservem uma representação positiva de si mesmas ao encobrir a hostilidade racial por meio do humor; almeja preservar um sistema de representações culturais que

Nascimento¹⁴. Foi na cidade de Lima no Peru, mais precisamente no Teatro Municipal de Lima, “Abdias chocara-se ao presenciar o seguinte fato: havia um ator branco em cena, pintado com tinta preta, para representar o personagem de destaque, ou seja, o protagonista da história” (Batista, 2017).

Nas dependências do Teatro Experimental do Negro – tem, já havia escola para alfabetizar e instruir pessoas negras e teve como prioridade de ação, a promoção da educação, e da alfabetização de operários e empregadas domésticas (Santos, 2007, p. 77). Segundo Fonseca (2017, p. 5), talvez tenha sido essa a primeira organização do movimento negro no Brasil, com a lucidez dialética da educação como prática de liberdade.

Entre as décadas de 1960 e 1970, fundaram-se diversas organizações sociais, políticas e culturais do Movimento Negro, como: o Grupo Palmares de Porto Alegre fundado em 1971; o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras - IPCN no Rio de Janeiro, fundado em 1975; o Centro de Cultura Negra – CCN no Maranhão, fundado em 1979.

Há que se destacar que, as iniciativas de organizações negras como a criação de escolas, centros culturais, campanhas de alfabetização e propostas de uma pedagogia, que levem em conta a pluralidade étnico-racial dos brasileiros, foi sistematicamente negada e suprimida pelo Estado brasileiro.

Os sucessivos governos assim como suas legislações de ensino, de modo consequente, projetam a ausência dos aspectos da vida social, político e da riqueza cultural da população negra. Fato este, que empurra negros e negras para uma perpetuação de um sistema de exclusão e dominação, que visa assegurar a permanência da desigualdade étnico-racial à negros e indígenas, na sociedade brasileira.

legitima a dominação branca, desqualificando sistematicamente as minorias raciais; uma violência simbólica que serve para legitimar os mecanismos de exclusão.

¹⁴ Abdias do Nascimento foi senador, poeta, ator, escritor de diversos livros, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista. Co-fundador do Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO), e do Museu de Arte Negra (MAN). (Nota do próprio autor).

2

Movimento ou Movimentos Negro(s): uma luta por direitos

Nós sabemos quem somos e o que devemos fazer se soubermos a nossa história. Um povo sem apreço pelo valor das experiências históricas está destinado a criar o caos.

Molefi Ketí Asante

O que o movimento negro no século XX, através das diferentes associações, clubes, grupos, redes e coletivos sempre estiveram pautando uma luta por direitos. O movimento negro em suas múltiplas expressões, acompanha a imposição cultural eurocêntrica, manifestada em todos os segmentos da vida cotidiana. De certo, é na educação que a predominância do domínio intelectual hegemônico atinge rigorosamente a população negra, deformando todas as ideias e conhecimentos africanos e afro-brasileiros.

Não por acaso, iniciamos esta seção com a epígrafe de Molefi Ketí Asante¹⁵, um filósofo, historiador, poeta e dramaturgo afro-americano, que trouxe grandes contribuições críticas sobre a hegemonia eurocêntrica através do “estrangulamento” dos saberes e da criatividade dos povos africanos em prol do paradigma ocidental. Asante enriquece a nossa pesquisa, ao pensarmos a educação da população negra em consonância com as agendas pautadas, inicialmente pela Frente Negra Brasileira (FNB), pelo Teatro Experimental do Negro (TEN) e diversas outras expressões do movimento negro. A agenda do movimento negro se apresenta de modo incisivo, suas propostas de fortalecer o pertencimento étnico-racial, o direito de ser, de saber a sua história, como forma de garantia de igualdade racial no que tange aos direitos, a destacar nesta pesquisa, a educação.

De maneira evidente, devemos considerar que as hierarquias de poder baseadas no racismo contribuíram para o genocídio do povo negro, assim como, geraram mazelas, máculas e injustiças impostas a esta população. Todavia, pensar

¹⁵ Molefi Kete Asante, proeminente figura nas áreas de estudos afro-americanos, Estudos Africanos e Estudos de Comunicação. Atualmente é professor da Universidade de Temple nos E.U.A., onde criou o primeiro programa de Doutorado em estudos Africanos e Afro-americanos. Asante possui mais de 100 prêmios e tem publicado 74 livros, entre os quais “*Afrocentricity: The Theory of Social Change*”, 1980; “*Race, Rhetoric & Identity*”, 2005; e “*History of Africa*”, 2007.

a “agência” negro-africana, para além da denúncia é um desafio. No esforço de trazer à baila aspectos da organização, luta e “agência” de negros/as no território brasileiro e abordar outras dimensões das relações raciais no Brasil, Molefi Kete Asante, tem algo a nos ensinar. O autor nos defini, “agência”, como a capacidade de dispor dos recursos psicológicos e culturais, necessários para o avanço da liberdade humana (Asante, 2009, p. 94). Assim como dispor da história, dos interesses, da geografia, dos valores negro-africanos, ou seja, é considerar experiências e narrativas de africanos e seus descendentes, tal como suas organizações e lutas na contramão das perspectivas hegemônicas.

O Movimento Negro, surge de enfrentamentos individuais e coletivos dos africanos e seus descendentes no território brasileiro. São quilombos, movimento revolucionário dos Malês¹⁶, as irmandades¹⁷, as sociedades de ajuda, o candomblé, os afoxés e etc. A participação em movimentos populares constitui diferentes respostas, dadas ao regime escravista e ao racismo no pós-abolição (Gonzalez, 1982, p. 18). Cada um se manifesta em períodos históricos distintos, possuem objetivos e estratégias de resistências próprias, peculiar organização e atuação social-cultural-política.

A exemplo dos quilombos, que resistiram durante todo o período colonial e após a abolição da escravização. Sobre o quilombo, como forma de resistência Clovis Moura (1998) nos aponta:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região que existisse a escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil (...) O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando sua roça, construindo suas casas, reorganizando sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa.

¹⁶ O movimento de 1835 é conhecido como Revolta dos Malês, por serem assim chamados os negros muçulmanos que o organizaram na Bahia. A expressão male vem de imalê, que na língua Iorubá significa muçulmano. Portanto os malês eram especificamente os muçulmanos de língua Iorubá, conhecidos como nagôs na Bahia (REIS, 2008, p. 1).

¹⁷ No interior das irmandades, dedicadas a diversos santos católicos, africanos de diversas nações, e negros nascidos no Brasil, se agregaram de forma mais ou menos autônoma. Elas funcionavam como sociedades de ajuda mútua. Seus associados contribuíam com jóias de entrada e taxas anuais, recebendo em troca assistência quando doentes, quando presos, quando famintos ou quando mortos. Quando mortos porque uma das principais funções das irmandades era proporcionar aos associados funerais solenes, com acompanhamento dos irmãos vivos, sepultamento dentro das capelas e missas fúnebres (REIS, 1996, p. 4).

A resiliência esteve presente nos quilombos, mas também em todas as organizações e manifestações do movimento negro, que contestam a hegemonia branco/dominante.

É importante destacar que, essas “agências”, organizadas a partir do contexto de opressão promoveram resistências produtoras, de deslocamentos do “problema de negro” para “direitos dos negros”. Aqui no Brasil organizaram-se através de diferentes frentes, chamada de Movimento Negro ou Movimentos Negros.

Destaco dentro da literatura sobre relações raciais no Brasil, duas propostas distintas, elaboradas sob óticas dissemelhantes, uma de Movimentos Negros – no plural – e outra empregada por alguns intelectuais como (Gonzalez, 1982; Ratts, 2009; Pereira, 2013; Gomes, 2017) de Movimento Negro – no singular.

Para Gonzalez (1982, p. 18), falar do Movimento Negro é um tema complexo, pois “dada a multiplicidade de suas variantes, não permite uma visão unitária”. Estas variantes suscitaram diversas disputas internas no movimento negro, diz Pereira (2010, p. 24) , “não somente as disputas entre projetos do movimento negro e projeto de outros diferentes atores sociais, mas também as acirradas disputas internas, sobre que rumos tomar e que projetos assumir “o” movimento negro”. Lélia nos alerta, que apesar da pluralidade de grupos e diversidade de ações, é possível tratar de Movimento Negro no singular. Esta última, será a perspectiva adotada nesta pesquisa.

Para Domingues (2007, p. 2) , “o Movimento Negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural”.

Para Gomes (2017, p. 14), o Movimento Negro é “produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos, sobre a questão racial no Brasil. Saberes transformados em reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado, nas primeiras décadas do século XXI”.

Segundo Sueli Carneiro (2002, p. 1), “o Movimento Negro, ao longo dos últimos 25 anos são muitas e ricas as ações de combate ao racismo que vimos desenvolvendo. Construimos excelência em alguns campos que tem resultado em avanços reais da questão racial”.

Segundo a intelectual Sueli Carneiro, a Educação é o campo de maiores ações concretas do Movimento Negro no Brasil. É resultado de uma série de manifestações decorrentes de um processo histórico de lutas contra o racismo, o preconceito, e a discriminação racial. Compreendemos que apesar da pluralidade e diversidade de organizações e iniciativas, todas estas são resultantes da necessidade de combater o racismo e suas reatualizações, decorrentes do advento histórico da escravidão de africanos, seus descendentes e práticas discriminatórias ainda hoje perpetradas e reatualizadas no território brasileiro.

Alguns autores se debruçam sobre diferentes perspectivas, contextos políticos, sociais e períodos históricos do Movimento Negro (Gonzalez, 1982; Carneiro, 2002; Domingues, 2007; Ratts, 2009; Pereira, 2013; Pires 2013; Gomes, 2017). Não se pode dizer onde ele nasceu ou especificar algum lugar determinado, todavia, a palavra “movimento negro” no contexto brasileiro, apareceu pela primeira vez, ainda em 1934, num texto publicado no jornal A Voz da Raça, que era o órgão de divulgação da Frente Negra Brasileira” (Pinto, 1993, p. 213 apud Pereira, 2013, p. 87).

Sobre a participação do movimento negro no mundo acadêmico Alex Ratts (2009) destaca:

Foram determinados indivíduos, com suas personalidades, que assumiram certos campos de atuação e temas de estudo. O envolvimento com o movimento negro foi bastante amplo para alguns/umas acadêmicos/as. Questionaram a sociedade, a esquerda, os movimentos sociais de classe e de gênero e o próprio movimento negro.

Deram novos sentidos ao fazer político social, racial e/ou de gênero. Sabendo do custo de ser negro no Brasil, tornaram-se negros/as ativistas intelectuais. Romperam com o lugar social subalterno, enfrentaram o racismo e/ou o sexismo. (Ratts, 2009, p. 1).

Destacamos como um dos desdobramentos do conjunto de estratégias do Movimento Negro, enquanto forma de ação social a construção do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). Renato Santos (2007), salienta que esta ação ganhou corpo perante a necessidade de aumento da escolarização da população negra.

Para melhor aproximação do objeto de pesquisa, trilharemos um breve percurso sobre ações e organizações do Movimento Negro no Brasil, que atuaram

na perspectiva de pautar agendas emergentes no que tange os problemas na educação formal e informal de negros e negras e no sistema educacional brasileiro.

2.1.

Tramas, estratégias e malabarismos de um “Movimento” pela educação

Como vimos nos capítulos anteriores, os/as negros/as, seja através de uma caminhada “solitária” ou em ações coletivas precisaram driblar o sistema, criar estratégias, empreenderem ações que promovessem sua entrada e integração na sociedade de classes do mundo branco.

Ao se falar em educação e movimento negro, ela sempre ganhou destaque nas pautas e agendas dos debates. Conforme afirma Nilma Gomes (2012, p. 735):

Ela [a educação] é compreendida pelo movimento negro como um direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação.

Neste sentido, todas as ações do movimento negro são consideradas educativas e o movimento negro é educador, pois a educação não é um campo fixo metodologicamente e os saberes são construídos a partir de diferentes fontes e construções. Do mesmo modo, o movimento negro “nos reeduca nessa caminhada e não nos deixa desistir da luta” (Gomes, 2017, p. 20).

Não nos cabe aqui retomar todas as frentes de ação e organizações do movimento negro, mas algumas consideramos importantes destacar, pois coadunam com as ações do nosso objeto de pesquisa.

Para entendermos a ação dos coletivos negros universitários, que se expressam de diferentes formas no cenário acadêmico, vamos memorar algumas ações e marcos importante da história do movimento negro contemporâneo.

Dando um salto para a década de 1970, muitos intelectuais negros alertavam a sociedade para a disparidade existente a partir da questão racial, herança de um passado escravista, que afetava profundamente a vida da população negra, no que

tangia os aspectos econômicos, sociais, culturais, educacionais e sociais. Assim, o debate sobre relações raciais e seus desdobramentos estruturais e estruturantes, que condicionava o abismo entre negros e brancos passou a ocupar a centralidade dos debates sociológicos e políticos do movimento negro.

Nas décadas de 1970 e 1980, algumas lideranças negras mesmo de origem humilde estavam no ensino superior, o que possibilitou a criação de uma “elite intelectual negra” e novas organizações foram sendo constituídas. De acordo com Pereira (2013, p. 232-233), o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) no Rio de Janeiro fundado em 1973, foi uma instituição de “extrema importância para o surgimento de várias organizações do movimento negro”. Criou-se assim, relações de ensino e aprendizagem, principalmente através de reuniões de estudos, leitura, discussão, seminários e palestras.

Nos últimos anos da ditadura militar em 1978, o Movimento Negro Unificado (MNU), foi criado. Este movimento social organizado, assim como o Grupo Palmares fundado em 1971, foi um dos marcos da emergência de um movimento negro contemporâneo, que se organizou em torno da construção de uma agenda política negra no Brasil (Pereira, 2013, p. 9). Nesse mesmo sentido, Flávia Rios (2012) salienta:

O primeiro marco dos protestos reivindicativos do movimento negro contemporâneo foi o ato público promovido nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, no dia 7 de junho de 1978, quando um conjunto de organizações negras de diferentes partes do país decidiu aderir ao movimento que visava combater a “discriminação” e defender “uma verdadeira democracia racial”. (Rios, 2012, p. 42).

Sendo assim, o MNU foi o marco e ação pioneira do movimento negro contemporâneo, pois surgiu em plena ditadura militar e teve como fundadores Regina Santos, Milton Barbosa, José Adão de Oliveira entre outros. Talvez tenha sido o principal responsável pela formação de uma geração de intelectuais negros, que se tornaram referência acadêmica nas pesquisas sobre relações étnico-raciais no Brasil (Gomes, 2012, p. 738).

O chamado “movimento negro contemporâneo”, consolidou sua agenda política através de manifestações, reivindicações e denúncias, fazendo das ruas o espaço público para o “protesto negro” (Fernandes, 1989), em pleno período de ditadura militar.

Quando se referi ao assunto, o historiador Amílcar Pereira (2013, p. 220) considera que:

No contexto sócio-histórico no qual se constitui o movimento negro contemporâneo, além de ser proibido qualquer evento ou publicação relacionada à questão racial – que poderia ser visto pelo regime como algo que pudesse “incitar ao ódio ou à discriminação racial” e, segundo o Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969 em seu artigo 33º, poderia levar à pena de detenção de 1 a 3 anos. (Pereira, 2013, p. 220).

Esse movimento tinha como características específicas, a reavaliação do papel do negro na história do Brasil, a denúncia do mito da democracia racial; luta por melhores condições de vida; a valorização da cultura, política e identidade negra, a reivindicação do 20 de novembro enquanto “Dia Nacional da Consciência Negra”; Zumbi enquanto herói nacional e o Quilombo dos Palmares, enquanto passagem triunfante do negro na história (Pereira, 2013, p.131-141).

Não por acaso, o MNU em sua origem tem a demanda de organização pelos direitos da população negra, pois:

No ano de 1978, a ditadura militar prendeu, torturou e assassinou o feirante Robson Silveira da Luz, acusado de roubar frutas em seu local de trabalho. No mesmo ano, quatro garotos jogadores de vôlei foram discriminados pelo Clube Regatas do Tietê e o operário Nilton Lourenço foi morto pela Polícia Militar no bairro da Lapa, em São Paulo. A reação imediata da juventude negra para os ataques foi a articulação do Movimento Negro Unificado (MNU), que pedia o fim da violência policial, do racismo nos meios de comunicação, no mercado de trabalho e do regime, juntando setores de todos espectros políticos. (Geledes, 2019).

Não há como transitar pela história de negros e negras no Brasil, sem a observância evidente das hierarquias de poder baseadas no racismo, e o processo de genocídio do povo negro. Abdias torna nítido que:

Genocídio. A palavra não é antiga, e nenhum dos grandes dicionários do passado a registra. Parece que foi cunhada durante a Segunda Guerra Mundial. Para definir a hecatombe do povo judeu sob o nazismo. Foi preciso acionar a indignação. a inteligência e o prestígio mundial do povo de Israel, para que se tomasse conhecimento de um delito praticado impunemente ao longo da história contra outras nações, outros povos, outras raças, outras religiões. Outras culturas. Contra os negros, especialmente, não 5 ou 6 milhões, mas de 200 a 400 milhões, abatidos durante séculos, como as árvores do pau-de-ébano, e vendidos como pau-de-ébano ou como animais nos mercados de gado humano. (Nascimento, 1978, p. 1).

A importância do berro-denúncia, produzida por Abdias, com total sabedoria em seu livro “O Genocídio do Negro Brasileiro”, ecoa ainda hoje nos mecanismos e aparatos do Estado e da sociedade. Neste período da história, o Brasil vivia sob o regime da ditadura militar. O medo, a repressão policial, as prisões e os desaparecimentos de professores, alunos e militantes, poderiam acontecer. O movimento negro se utilizava de estratégias, como a utilização de certas palavras no nome de suas organizações, como “instituto”, “pesquisa”, “cultura” entre outras, com a finalidade de camuflar sua atividade política.

Sobre estes grupos integrados pela intelectualidade negra da época e por lideranças o movimento negro, Alex Ratts (2009) nos diz:

[...] pode-se considerar que o movimento negro de base acadêmica surge antes de 1978, considerando a fundação do GTPLUN e do GTAR e a presença de jovens negros/as acadêmicos em outros núcleos (CECAN, IPCN, SINBA, etc.)¹⁸. Observa-se a constituição de um lugar de fala e um projeto político que ocorreu em meio a confrontos.

Em 1975 o GTAR - Grupo de Trabalho André Rebouças, 1975, instalou a Semana de Estudos sobre a Contribuição do Negro na Formação Social Brasileira na UFF - Universidade Federal Fluminense, por intelectuais como Maria Beatriz Nascimento, Marlene de Oliveira Cunha, Maria Maia de Oliveira Berriel, Sebastião Soares e talvez tenha sido o primeiro movimento negro universitário do Brasil (Cunha, 2017, p. 18). Sobre a participação do movimento negro no mundo acadêmico, Alex Ratts (2009) destaca:

Foram determinados indivíduos, com suas personalidades, que assumiram certos campos de atuação e temas de estudo. O envolvimento com o movimento negro foi bastante amplo para alguns/umas acadêmicos/as. Questionaram a sociedade, a esquerda, os movimentos sociais de classe e de gênero e o próprio movimento negro. Deram novos sentidos ao fazer político social, racial e/ou de gênero. Sabendo do custo de ser negro no Brasil, tornaram-se negros/as ativistas intelectuais. Romperam com o lugar social subalterno, enfrentaram o racismo e/ou o sexismo. (Ratts, 2009, p. 1).

¹⁸ GTPLUN – Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros; GTAR – Grupo de Trabalho André Rebouças – UFF; CECAN – Centro de Cultura e Arte Negra; IPCN – Instituto de Pesquisa das Culturas Negras; SINBA - Sociedade de Intercâmbio Brasil-África.

Sobre os componentes dos grupos de estudos iniciados na década de 1970, Alex Ratts, nos tece considerações a respeito dos seus percursos, enquanto intelectuais ativistas negros e negras:

Seus percursos indicam a existência de dilemas entre: militância e academia; política e cultura; racismo, sexismo e classismo; movimentos negros e movimentos de base classista ou de gênero; e, de certa maneira, entre vida e morte conquanto se confrontaram com sistemas de interrupção da existência humana que vão desde a desumanização até a eliminação sumária (de indivíduos e coletividades inteiras). Alguns/umas vieram a morrer antes dos 60 anos de idade, por motivo de doença grave, assassinato ou suicídio. (Ratts, 2009, p. 2).

A passagem supracitada nos aponta para a existência de uma perversidade, e de um ambiente universitário “adoecedor” para negros e negras.

Assim sendo, em 3 de abril de 1977, financiado pela *Inter-American Foudation*, foi concedido o valor de 82 mil dólares para compra da sede do Instituto de Pesquisas e Culturas Negras - IPCN, localizada na Rua Mem de Sá, nº. 208, passando a ser a primeira sede própria do movimento negro contemporâneo no Rio de Janeiro (Pereira, 2010);

O IPCN era uma importante organização política negra fundada em 1975 para aumentar a consciência negra, organizar e mobilizar negros contra a discriminação racial (...) Carlos Medeiros revelou que os fundadores do IPCN enfatizavam interesses acadêmicos e culturais para evitar chamar atenção do governo militar e suas repressivas agências inteligência para suas atividades políticas. (Johnson, 2007, p.67, apud Pereira 2010, p. 152).

Identifica-se no fragmento anterior algumas estratégias do Movimento Negro, para driblar o governo militar e suas agências de repressão política. Após a ditadura militar a educação continua recebendo atenção e sendo prioritária para o movimento negro, que durante a Convenção Nacional do Negro em 1986, responsável por definir as prioridades a serem levadas a discussão, no processo de construção da Constituição de 1988. Algumas prioridades relacionadas a educação, segundo Pires (2013), foram:

[...] a responsabilidade estatal pela educação da criança carente; Educação: ensino obrigatório de História da África e da História do negro no Brasil; educação gratuita em todos os níveis; ocupação da direção e coordenação das escolas públicas mediante eleição com a participação dos professores, alunos e pais de alunos; ações compensatórias relativas a educação. (Pires, 2013, p. 110).

É válido ressaltar, que a atuação de movimentos sociais e principalmente do Movimento Negro Unificado, foi fundamental para que as diversas demandas da população negra pudessem ser efetivamente negociadas durante a constituinte. Neste sentido, falar de movimento negro e educação é também falar das tramas, estratégias e malabarismo do acesso de negros à escolarização e ao sistema universitário. Vamos avançar mais um pouco e chegarmos até o ano de 2001. Um ano histórico para as lutas do movimento negro.

São inegáveis o peso e a importância que teve a Conferência de Durban – Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância – ocorrida em 2001, na África do Sul, uma vez que esta possibilitou a internacionalização do movimento negro brasileiro. Durban, se transformou em um marco para além da denúncia do racismo existente no Brasil, mascarado pelo mito da democracia racial, mas também exigiu do Governo Federal ações concretas para a população negra, afim de reduzir o abismo racial entre brancos e negros.

Enquanto líderes do governo destacavam os avanços do país, principalmente no que tangia as injustiças seculares; as lideranças do movimento negro denunciavam as dívidas históricas frente à população negra, que tardiamente teve acesso à educação e até então estava distante de ocupar de forma expressiva as cadeiras universitárias. Os discursos eram sublinhados pela ausência de políticas públicas, que negligenciavam o debate racial e a profunda hipocrisia da sociedade brasileira, invisibilizando esta questão. Sobre esse assunto, Nilma Gomes (2012, p. 739) destaca que:

Ao ser signatário do Plano de Ação de Durban, o Estado brasileiro reconheceu internacionalmente a existência institucional do racismo em nosso país e se comprometeu a construir medidas para sua superação. Entre elas, as ações afirmativas na educação e no trabalho. (Gomes, 2012, p. 739).

Nesta década outras ações na luta pela educação foram se constituindo, como por exemplo, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e a lei 10.639 alterando os artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que obriga o ensino de História da África e afro-brasileira no currículo da educação básica, ambas de 2003. Em 2008, esta legislação foi alterada para incluir o estudo da história indígena através da lei 11.645/08.

Assim como a resolução do Conselho Nacional de Educação que diz no art.3º, § 4º 01/2004:

Os sistemas de ensino incentivarão pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros, ao lado de pesquisas de mesma natureza junto aos povos indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases temáticas para a educação brasileira.

É interessante destacar que, as pautas trazidas pela lei 10.639/03, já eram uma demanda e luta do movimento negro desde a década de 1970. O MNU, apresentava em suas agendas a preocupação com uma educação, que trouxesse uma construção positiva da identidade negra e conscientização racial. Já nas décadas de 80 e 90 Alex Ratts (2009), nos aponta a criação de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (ou correlatos) voltados para o estudos do racismo e das relações raciais, como o CEAB/UCG (1983), NEAB/UFAL (1983), NEAB/UFMA (1985), NEN/UFSC (1986), PENESB/UFF (1995), NEAB/UFSCar (1995), e NEAB/UDESC (1995) que segundo o autor este núcleos em sua maioria foram fundados e coordenados por docentes/pesquisadores(as)/ativistas negros(as) (Ratts, 2009, p. 1).

Em meio a essas mobilizações, enfrentamentos e disputas, a constituição de uma presença negra intelectual em espaços acadêmicos, impulsionou assim nos anos 2000, a fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/as (ABPN) e responsável pela criação do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Copene). O Copene, enquanto um espaço de produção de conhecimento, importante para pessoas negras, que estão na academia. Esta associação de pesquisadores tem como objetivo, congrega pesquisadores/as negros/as e não negros/as, que estudam e pesquisam as relações raciais e temas afins à população negra.

Em relação às políticas de ações afirmativas na modalidade de cotas raciais, que possibilitam o acesso dos/as negros/as nas universidades, também fazem parte dos debates e agendas do movimento negro desde os anos de 1980. É certo que todas essas conquistas são frutos de muitos embates do Movimento Negro ao longo de anos, contra diferentes setores da sociedade que não problematizam a “herança do privilégio branco”.

Como podemos perceber, conforme afirma Jurema Werneck, “nossos passos vêm de longe” e vão se reconfigurando em novas ações. Destacamos assim, que o ingresso de pessoas negras nas universidades através dos Pré-vestibulares comunitários, possibilitou a organização do um alunado negro em forma de diferentes organizações, para reivindicar direitos para a população negra. Mais adiante explicitaremos essa questão.

Essa experiência da população negra nas universidades de todo o Brasil, congregou em mais um desdobramento daquilo que ao longo desta pesquisa estamos compreendo como movimento negro contemporâneo. A organização de Coletivos Negros Universitários demandando direitos, que dão continuidade as agendas pautadas pelas primeiras organizações da década de 1970 e novas agendas, voltadas para uma formação antirracista, outras imbricações é o que veremos a seguir nos ecos e tessituras de quem vem ocupando esses espaços.

2.2.

Ecos e tessituras: o movimento negro de base acadêmica e o Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN)

A luta pelo acesso à educação, sempre foi uma demanda do movimento negro. A criação de escolas e de iniciativas para alfabetização da população negra, sempre esteve presente no decorrer do século XIX e XX, como ressaltamos nos capítulos anteriores. Isto posto, iremos revisitar alguns fatos decisivos para implementação das Políticas de Ações Afirmativas nas universidades brasileiras e das ações afirmativas sociais na PUC-Rio.

No que se refere à gênese das políticas afirmativas no Brasil, devemos salientar a ação política empreendida pelo Movimento Negro, no processo de

elaboração e implementação desta política. O Manifesto da Convenção Nacional do Negro à Nação Brasileira de 1945 segundo Batista (2017) foi:

Um documento que foi elaborado a partir da ‘Convenção Nacional do Negro’, que no ano de 1945 ocorreu na cidade de São Paulo e em 1946 aconteceu na cidade do Rio de Janeiro. Essa Convenção gerou a produção de um ‘Manifesto à Nação Brasileira’, que incluía reivindicações de direitos à população negra, como Educação: admissão de estudantes negros em instituições de ensino secundário e universitário – comparativo com a política de cotas; o combate ao racismo através de medidas culturais e de ensino; esclarecimento da verdadeira imagem histórica do negro – comparativo a lei 10.639/03. Esse documento foi enviado a todos os partidos políticos, pois em 1946 houve uma assembleia nacional para elaborar uma nova Constituição. Tais propostas foram rejeitadas, sob alegação, de alguns grupos, de que com isso restringiríamos o sentido mais amplo da democracia. (Batista, 2017, p. 16).

A desfaçatez da assembleia nacional, atrelado ao cinismo do mito da democracia racial não é gratuito. Pois são nas escolas e universidades que a classe dominante é formada, e esta última não estaria disposta, a abrir mão de seu privilégio. Estas questões em parte são heranças do pensamento social brasileiro, que em sua gênese se autoproduz e se reproduz, em torno da produção textual de escritores ora brasileiros, brancos, homens, heterossexuais e de classe social abastada; ora estrangeiros de igual predicado.

Segundo Moehlecke (2002, p. 204) é Abdias Nascimento, que persiste em 1983, na formulação e adesão do Estado das ações afirmativas em forma de projeto, nos diz:

O então deputado federal Abdias Nascimento, em seu projeto de Lei n. 1.332, de 1983, propõe uma ação compensatória, que estabeleceria mecanismos de compensação para o afro-brasileiro após séculos de discriminação. Entre as ações figuram: reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil. O projeto não é aprovado pelo Congresso Nacional, mas as reivindicações continuam.

Ainda que o projeto de Lei proposto por Abdias do Nascimento não fora aprovado, o Movimento Negro em sua pluralidade expresso nas diversas

organizações, continuou a pleitear ações compensatórias ao Estado brasileiro, ademais:

Pode-se dizer, portanto, que como prática política, o que chamamos de ação afirmativa teve início com os movimentos sociais de afirmação de direitos e de identidade (movimentos negros, de mulheres e de LGBT). As lutas desses movimentos sociais que, historicamente, se insurgiram contra o que consideram injusto, incorreto e inaceitável numa dada sociedade, são, em si, ações afirmativas, pois são ações que afirmam direitos e, portanto, a necessidade de processos concretos de promoção de igualdade perante a Lei. Os movimentos sociais da população negra, das mulheres, dos indígenas, dos homossexuais, dos deficientes físicos, dos trabalhadores sem-terra, dos trabalhadores sem teto e dos trabalhadores em geral, os movimentos pelo direito à educação e em defesa do ensino público, os cursos pré-vestibulares populares para negros e carentes e outros são, com todas as suas contradições e perspectivas, ações afirmativas: denunciam injustiças, explorações, discriminações e afirmam o que ainda não existe de fato, o que querem instituir. Do ponto de vista dessa marcha histórica pela liberdade, as ações afirmativas não são o fim das lutas, são as próprias lutas. (Nascimento, 2012, p. 131).

Em concordância com Nascimento (2012), as ações afirmativas tiveram início com as lutas dos diversos movimentos sociais, e ao lermos a citação acima podemos ampliar a concepção de ações afirmativas enquanto ações, que afirmam direitos e a promoção da igualdade perante a lei. Para Barbosa (2001):

Atualmente, as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (Barbosa, 2001, p.135).

Como também umas das ferramentas e formas de atuação e implementação das ações afirmativas é, através das cotas raciais segundo Paixão (2006, p. 141), “um dos objetivos é corrigir as injustiças existentes na sociedade brasileira e que são decorrentes de um modelo de relações raciais preconceituosa e discriminadora”. Enquanto política pública, as ações afirmativas na educação têm apontado para uma possível tendência à democratização do acesso ao ensino superior.

Para falarmos de políticas afirmativas no Brasil, especialmente as voltadas para o acesso à educação universitária é fundamental situarmos alguns fatos decisivos para sua implementação (Gomes & Martins, 2004). O primeiro é referente

à luta do Movimento Negro pelo estabelecimento das políticas de reconhecimento; o segundo é relativo ao preparo para a Conferência Mundial de Durban contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância associada, em 2001 (Carneiro, 2002; Silva e Pereira, 2013); e o terceiro é a atuação do Pré-Vestibular Comunitário para Negros e Carentes - PVNC (Santos, 2003; Clapp Salvador, 2009 e 2011; Nascimento, 2012).

No entanto foi somente em 1996, no Seminário Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos, realizado na UnB e organizado no âmbito do Ministério da Justiça, que o Estado brasileiro pressionado pelo Movimento Negro, reconheceu o racismo enquanto um problema da sociedade brasileira. Antes de 1995, o Estado brasileiro era apresentado por seus representantes em conferências e fóruns internacionais como uma “democracia racial”, isenta de conflitos e problemas relacionados à questão racial (Pereira, 2013, p. 38). Daí em diante, iniciou-se publicamente o processo de discussão das relações raciais brasileiras, tendo o Estado admitido oficialmente, pela primeira vez na história brasileira, que os/as negros/as são discriminados/as (Santos, 2007, p. 17). O que permitiu as instâncias governamentais, elaborarem pesquisas sobre os fatores e indicadores das desigualdades raciais estruturantes do Brasil.

Esta movimentação do Estado é resultado da Marcha Zumbi dos Palmares de 1995, por ocasião dos 300 anos de falecimento de Zumbi, em que foi entregue ao Presidente da República um documento para a superação do racismo e da desigualdade racial, contendo reivindicações do Movimento Negro, dentre elas o desenvolvimento de ações afirmativas, para o acesso de negros/as ao mercado de trabalho e educação.

O Estado brasileiro ao reconhecer a existência do racismo, possibilitou através de termos e conceitos, decorrentes da produção acadêmica em parceria com os movimentos sociais, elencá-los como um dos principais fatores estruturantes das injustiças sociais, que acometem a sociedade brasileira.

Ainda na década de 1990, o Movimento Negro influenciado pelos debates produzidos no SENUN – Iº Seminário Nacional de Universitários Negros, que ocorreu entre 3 e 7 de setembro de 1993, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Reuniu aproximadamente 800 participantes, que questionavam a ausência de negros/as nas universidades. Com isto, começou a organização em torno do acesso

às instituições educacionais de ensino superior, estimulando a formação de “cursinhos pré-vestibulares”.

A exemplo da experiência do pré-vestibular do Instituto Steve Biko, fundado em 1992 na Bahia, inspirou outros pré-vestibulares e segundo Santos (2015), fez emergir novas percepções sobre pré-vestibular, “na medida em que tem ações voltadas para construção de identidades, recomposição de autoestima, dimensões fundamentais na formação dos sujeitos” (Santos, 2015, p. 61).

No Rio de Janeiro o PVNC é fundado em 1994, articulou diversas iniciativas para construção de convênios com universidades públicas, privadas e comunitárias, com o propósito de possibilitar o acesso de negros e carentes ao ensino superior. Assim, os chamados “cursinhos pré-vestibulares” mobilizaram alunos e professores, preparando os estudantes oriundos de camadas populares e pertencentes a grupos socialmente discriminados e marginalizados para o vestibular (Nascimento, 2012, p. 20). A estruturação dos cursos pré-vestibulares comunitários/populares, para além do ensino preparatório, ganhou força a nível nacional com a organização de ações políticas como:

(...) a luta por afirmação de direito, como questionamento da qualidade do ensino básico, como denúncia das práticas discriminatórias das instituições de ensino superior, como exigência de mudanças nas formas de funcionamento dessas instituições e como demanda por políticas de universalização dos direitos (Nascimento, 2012, p. 12).

Os cursinhos pré-vestibulares comunitários/populares, são constituídos por pessoas que se associam em torno de uma proposta de educação, que visa a formação/inserção dos grupos sociais que vivem em condições de desigualdade social, os profissionais atuam de forma gratuita e enquanto voluntários (Clapp Salvador, 2009, p. 137).

A força da identidade do “Pré-Vestibular para Negros e Carentes”, presente desde seu nome, mostrou à sociedade a necessidade de formar cursos preparatórios dirigidos aos sujeitos pertencentes às classes populares, de raça negra e outros grupos excluídos das universidades. Pois até então, o perfil dos estudantes universitários, era composto de um padrão específico de mulheres e homens brancos, cristãos, proprietários, heterossexuais, cujo capital social, político e

econômico se transmite ao longo das décadas a seus herdeiros (Grosfoguel, 2016, p. 31).

Os cursos pré-vestibulares como nos define Nascimento (2010, p.4), são instrumento de luta antirracismo e foram fundamentais para a construção do acesso à Universidade e das ações afirmativas:

As políticas de cotas e outras políticas de acesso e permanência para pobres, negros e indígenas que passaram a ser implementadas nas instituições de ensino superior, a partir de 2001 são os frutos concretos mais notórios dessa luta, sendo os Cursos Pré-Vestibulares Populares a base social que fundamentam tais políticas. (Nascimento, 2010, p. 4).

E é na PUC-Rio, que a ideia se materializa, na década de 1990, mais precisamente em 1994, implementou um programa como resposta a luta dos movimentos sociais populares vinculados à Igreja Católica, PVNC, professores universitários e militantes preocupados com a exclusão dos negros e dos pobres das universidades (Salvador, 2009, p. 127). Ainda antes da implementação de políticas públicas de reserva de vagas raciais, já havia a experiência de ações afirmativas de caráter social e filantrópico do PVNC junto a PUC-Rio.

Esses movimentos influenciados pelas ações da Pastoral Afro-brasileira - PAB, que segundo Oliveira (2017, p. 3), surgiu em 1988, por meio da Campanha da Fraternidade (CF) da Igreja Católica, cujo título era “Fraternidade e o Negro” e o lema da campanha “Ouvi o clamor deste povo!”, tem como objetivo valorizar as características culturais dos afro-brasileiros, assim como enfrentar a discriminação, preconceito, desigualdade, racismo, falta de oportunidade e estigmatização da população negra (Oliveira, 2017, p. 4).

A nova parceria, fruto da pressão do movimento negro, que se estabeleceu entre a PUC-Rio e o PVNC, e posteriormente entre a PUC-Rio e a Educafro, concedia bolsas de estudos com recorte social para negros e pobres. O ingresso de estudantes beneficiado pelas bolsas de estudo teve seu início no Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Esta parceria demarcou, então, o início do processo de materialização dessa proposta afirmativa na PUC-Rio.

A Pontifícia passou assim, a receber alunos moradores das periferias do município do Rio de Janeiro, de outros municípios, da Baixada Fluminense, moradores de favela, lideranças políticas, representantes de associações de

moradores, e ativistas de movimentos populares. A maioria alunos do PVNC – uma nova conjuntura, que alterou parcialmente o perfil dos estudantes universitários e a dinâmica institucional (Salvador, 2009, p. 127).

Posteriormente a Educafro, passa a ser a interlocutora central entre as oportunidades de bolsas de estudos e a população estabelecendo uma parceria, principalmente nos cursos de licenciatura os quais dispõem de maior quantidade de bolsas de estudos.

Nos dias atuais a PUC-Rio, diversificou os tipos de bolsas de estudos e, também houve a multiplicação de diversos pré-vestibulares comunitários/populares (Lopez, 2017. Relatório Parcial PIBIC 2017). Observamos os desdobramentos e os impactos da mobilização e organização dos pré-vestibulares comunitários, segundo Nascimento (2012, p. 37) argumenta: “as medidas de promoção de acesso aos direitos dos negros e pobres, ditas ações afirmativas, na educação superior que muitas instituições passaram a experimentar são, em grande medida, tributárias da ação política desses cursos pré-vestibulares”.

O racismo é uma das importantes chaves para entender a conjuntura das desigualdades no Brasil, contribuindo para a construção de políticas públicas afirmativas, que possibilitem a redução dessas desigualdades.

Na tentativa de compreendermos os fatores que possibilitaram o surgimento do Coletivo Nuvem Negra, é de suma importância trilharmos a construção do acesso ao Ensino Superior pela população negra no Brasil e o debate público em torno disso. Para isso, faz-se necessário o conhecimento do Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, teve como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais, a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, o que ampliou o acesso ao ensino superior no Brasil.

E podemos observar que nos últimos 15 anos, as argumentações sobre as ações afirmativas raciais no ensino superior e no concurso público, ganharam espaço no debate público na sociedade brasileira, em muitos casos sendo defendidas por intelectuais negros (Ratts, 2009, p. 3).

Em parte, devemos a reverberação dos ecos da imprensa brasileira e determinados enquadramentos midiáticos, que serviram para legitimar ou deslegitimar a importância e aplicabilidade das ações afirmativas raciais. Segundo

Campos (2013, p. 62), ao realizar uma análise de todos os textos sobre as ações afirmativas raciais no ensino superior publicados entre 2001 e 2009, no “Jornal O Globo” e na “Folha de S. Paulo”, totalizando 1.831 textos de diferentes tipos (reportagens, artigos, colunas, editoriais, cartas de leitores) indica que: “ambos os jornais promoveram uma dramatização pública da controvérsia ao organizarem as discussões em torno das ações afirmativas raciais” o que ocasionou muita polêmica sobre o tema.

Para contextualizar o debate sobre as ações afirmativas, revisitamos abaixo alguns argumentos utilizados pela imprensa brasileira, pois a imprensa tem um papel central na definição dos temas que animaram os debates públicos, e ainda hoje podemos observar a circulação de alguns destes argumentos desfavoráveis, ora utilizados por políticos brasileiros, ora utilizados pelo senso comum.

Sobre os enquadramentos interpretativos desfavoráveis as ações afirmativas raciais Campos (2013 p.103) destaca: “racializa a sociedade, cria conflitos e divisões; desigualdades não são raciais, mas sim sociais; fere Estado de direito e a cidadania; ameaça qualidade e a isonomia na educação; é solução ineficiente ou paliativa”. E sobre os enquadramentos interpretativos favoráveis às ações afirmativas raciais Campos (2013 p.105), destaca sete argumentos utilizados, são eles: “realiza o princípio da igualdade formal de tratamento; efetiva princípios constitucionais; consolida/realiza princípios republicanos; instaura a igualdade de oportunidades; combate ao racismo e a discriminação institucional/estrutural; combate ao racismo/discriminação nas relações sociais; realiza o mérito”. Segundo Campos (2013, p. 105) alguns destes argumentos “expressam valores da tradição liberal e não necessariamente uma sociedade com menos desigualdade entre as classes, mas uma sociedade que possibilite a todos as mesmas oportunidades de ascensão econômica e social”.

O parágrafo acima nos diz sobre a condição interpretativa dos/as jornalistas na sociedade brasileira, em torno dos temas ações afirmativas e cotas raciais. Apesar de termos o julgamento de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal - STF favorável a adoção de cotas raciais na educação e nos concursos públicos federais, ainda assim setores mais conservadores da sociedade se posicionam contrários, à adoção delas. Estes posicionamentos retratam o cenário racial brasileiro e nos

auxiliam na compreensão das tensões e conflitos existentes, quando parte de um grupo da população, acessa direitos antes negados a eles.

A partir de 2012, há um marco legal muito significativo no campo das políticas educacionais inclusivas: todas as universidades federais e as instituições federais de ensino técnico de nível médio passam a ser obrigados a implementar e acompanhar políticas de ações afirmativas pela Lei 12.711/2012, que trata da reserva de vagas no ingresso.

Já a PUC-Rio, uma instituição de ensino superior comunitária, filantrópica e sem fins lucrativos, possibilitou a maior quantidade de estudantes negros/as, partir das ações afirmativas sociais iniciadas em 1994, quanto as implementadas pelo Governo Federal, possibilitou a reunião dos mesmos em agrupamentos chamados de “Coletivo Negro”. Dessa forma, nos espaços institucionais como a universidade, as tensões e disputas pela história, cultura e saberes da população negra, se tornaram mais constantes, tendo em vista a existência e organização de um movimento negro de base acadêmica, com agendas propositivas e ações.

Posto isto, acreditamos que as cotas raciais, reservas de vagas e as Políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior, são indicativos do cenário propício para o surgimento de Coletivo Negros Universitários. Assim como, todo o universo de tensões, contradições, conflitos, disputas políticas e ideológicas, presentes nos debates em torno das cotas raciais na sociedade.

Depois de dez anos de ações afirmativas, os choques se tornam latentes principalmente porque não existe um hábito da presença negra no ensino superior. Os/as negros/as são os/as protagonistas que desafiam os paradigmas dessa nova realidade, que é a presença de pessoas negras dentro das salas de aula, na biblioteca e no campus das universidades brasileiras.

A ex-ministra do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos nos diz:

Vivemos em tempos de políticas de ações afirmativas nas universidades e nos concursos públicos. E isso mexe com as forças conservadoras, com o capital e com os grupos de poder. Mexe com o mercado de trabalho excludente e com os grupos que sempre ocuparam vagas de emprego, lugares de poder e liderança, como se fossem privilégios de alguns, e não direito social de todas e todos. (Gomes, 2017, p. 20).

Ser negro/a na Universidade, não é apenas ter ascensão social, acesso a bens de consumo e possibilidades de sucesso profissional. Mas também estar sujeito ao racismo, conflitos e opressões. Por vezes, reproduzidos pelo próprio Movimento Estudantil, que por si só, não conduz o debate racial com a profundidade e qualidade necessária. Sendo as denúncias de racismo experiências constantes dos/as estudantes negros/as, promovendo mobilizações de universitários em todo o território nacional.

Isto sinaliza, que estudantes negros/as universitários/as, como fruto de suas próprias experiências vividas, vêm construindo novos espaços de agrupamento para demanda e discussão de temas centrais a sua presença. Bem como, para denunciar casos de racismo e preconceitos ocorridos no ambiente universitário.

A mobilização de centenas de estudantes negros pelo Brasil, vem tensionando as narrativas e epistemologias eurocêtricas, gerando desconforto em privilégios anteriormente estabelecidos. O espaço universitário torna-se um espaço em disputa, as narrativas hegemônicas e os currículos eurocêtricos, passam a ser questionados por uma coletividade.

É no Coletivo Nacional de Juventude pela Igualdade Racial – CONAJIR em 2014, durante o Fórum Nacional de Encontro de Juventude Negras, que três estudantes de universidades federais, começam a visionar um encontro nacional de estudantes e coletivos negros universitários, para discutir questões relacionadas a permanência estudantil de estudantes negros/as. Com isto, nasce uma mobilização de estudantes negros/as, como um contraponto ao ENUNE - Encontro de Estudantes Negros, Negras e Cotistas da UNE, e avessa ao aparelhamento partidário das organizações do Movimento Negro e do Movimento Estudantil, que excreta ou utiliza como moeda de troca as questões raciais.

Sob o comando feminino, forte influência do paradigma da afrocentricidade e da perspectiva política pan-africana, começa assim a mobilização para a construção do I EECUN – Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros¹⁹, envolvendo diversos estudantes e coletivos negros de todo o país.

¹⁹ Cartaz no anexo. O rosto da menina do cartaz do EECUN é inspirado na arte gráfica do ilustrador do periódico The Black Panther Emory Douglas, Ministro de Cultura do Partido dos Panteras Negras.

Estive presente na comissão organizadora do evento, representando o Coletivo Nuvem Negra, integrando a Executiva Nacional do encontro, mediando debates, e a frente da comissão de combate a opressão composta exclusivamente por estudantes LGBTQI+. Estas vivências me permitiram acompanhar de perto a construção do projeto e articulação política, junto a diversos coletivos negros de todo o Brasil.

A Comissão Executiva Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros, foi composta pelos Coletivos e organizações: Coletivo Negro Iolanda de Oliveira – UFF, Coletivo Negro Carolina de Jesus – UFRJ, Coletivo Negro Azoilda Loreto Da Trindade - CEFET-RJ, Frente Negra – UFPR, Bloco das Pretas- BH MG, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros-NEAB Viçosa, Coletivo Preto Dandaras da Baixada – UFRRJ/IM, Coletivo CORPOS NEGROS – UFG, Coletivo Negro Kimpa – UNESP Bauru, Coletivo Juventude Educafro – SP, Coletivo Negrex, Coletivo Negrada- UFES, Coletivo Nuvem Negra - PUC-RJ, Coletivo Alma Preta, Coletivo Nacional de Juventude pela Igualdade Racial – Conajir.

Com este contingente de coletivos o I EECUN, foi precedido por diversas reuniões via Skype e de Pré-EECUNs locais realizados pelos próprios Coletivos Negros dentro de suas universidades. E também de Pré-EECUNs nacionais, realizados pela Executiva Nacional, um desses eventos aconteceu na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar no início de 2015, e outro em Belo Horizonte na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e na Ocupação Izidora, no final do ano de 2015. A articulação política teve como integrantes estudantes negros/as de diversas áreas do conhecimento, assim como das cinco regiões do país.

A articulação política contou com os Pré-EECUNs locais, onde foram retiradas demandas relativas ao MEC e a SEPPIR como: disciplinas obrigatórias para todos os cursos integrados a Lei 10.639/03; grupo de psicólogos negros nas universidades, que atendam questões de saúde mental da população negra; criação de mecanismos não vexatórios para estudantes que vivam em área de conflito, para não impossibilitar seu desenvolvimento acadêmico; rever critérios obrigatórios do Programa Permanência para cotistas receberem bolsa.

Também foi realizado o Pré-EECUN Nacional na UFSCar, tendo como pautas: a estrutura do evento, a metodologia do EECUN, a programação das atividades e a indicação de nomes de palestrantes. Sobre a metodologia foi acordado

entre os presentes, que não seriam utilizadas metodologias historicamente conhecidas pelo Movimento Estudantil e pelos partidos políticos, a exemplo de palavras como Delegados, Grupos de Trabalho etc. Desta maneira, foi criado a provocação de pensarmos, o encontro a partir de um paradigma afrocentrado, de saberes negro-africanos e novos termos, sendo uma conversa de todos/as com todos/as (mulheres, homens, LGBTQI+, quilombolas, religiões de matrizes africanas etc).

Inclusive como resultado o Pré-EECUN nacional na UFSCar, apresentou debates e encaminhamentos como: a melhoria e ampliação da Política de Assistência Social no país, respeitando as diferenças locais; racializar as questões de assistência estudantil; pensar permanência estudantil e desenvolvimento do estudante negro/a cotista/bolsista dentro da universidade, para além do transporte, alimentação e moradia; inserção do/a estudante negro/a no mercado de trabalho; discutir questões psicológicas que incidem sobre pessoas negras e não brancas, junto a profissionais negros/as (psicólogos/as e assistentes sociais); denunciar os/as fraudadores/as das políticas de cotas dentro das universidades brasileiras.

Destaco enquanto encaminhamento do Pré-EECUN nacional na UFSCar, a criação de um momento de troca de experiências, a criação de diálogo durante a plenária de lideranças históricas do movimento negro, junto a juventude negra. Assim como uma parceria do I EECUN junto a ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, pois teria uma importância simbólica e histórica iniciar um diálogo entre as duas organizações.

Além do mais, destaco que, o Pré-ECCUN nacional na UFSCar teve como discussão: a situação de estudantes negros e africanos na UNILAB, e sobre como eles e elas têm sido vítimas de opressão, racismo e violência; os diversos trotes racistas UFRRJ, como humilhações contra os cotistas, xingamentos e situações vexatórias, surgidas a partir da implementação das cotas raciais nos anos de 2012 e 2013, nas universidades públicas; o genocídio do povo preto; e os autos de resistência dos policiais, como justificativa para o assassinato de jovens negros pelo Estado.

Após muitas reuniões e alguns tensionamentos, houve a decisão de adiar o encontro que seria em maio de 2015. O Coletivo 4P da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, sem êxito se se propôs a sediar o I EECUN nos dias 9, 10

e 11 de outubro de 2015 na UFSC, com a capacidade máxima para 900 estudantes. O Coletivo alegou que a UFSCar, não poderia garantir recursos como alimentação; salas para realização das atividades; comportaria somente 400 estudantes; e que seria simbólica a construção do evento na cidade de Florianópolis, pois é uma região onde o senso comum apreende como um lugar sem negros.

Por fim, o I Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros – EECUN, foi realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, na cidade do Rio de Janeiro, na Ilha do Fundão, nos dias 13, 14 e 15 de maio de 2016. Teve durante todo o evento a palavra de ordem e lema, “Fortalecer para permanecermos vivos”, que os/as estudantes negros/as bradavam no início e no término das atividades.

O alojamento para os/as estudantes foi na Escola de Educação Física e Desportos (EEFD); as palestras e apresentações de trabalhos foram no Centro de Ciências e Saúde (CCS); as refeições no Restaurante Universitário; e as atividades culturais e festas na Escola de Belas Artes e Hangar da UFRJ.

Os/as estudantes negros/as beneficiários/as das ações afirmativas e das políticas de permanência estudantil, se organizam no ensino superior para debater políticas de permanência estudantil e questionar os cânones acadêmicos. Demandaram pela inclusão dos saberes negro-africanos nas universidades, e por uma produção intelectual, que faça sentido dentro de suas realidades raciais e sociais, possibilitando uma devolução do saber acadêmico para suas comunidades.

O IEECUN, teve o intuito de ampliar a reflexão, pensar e compartilhar visões e experiências de negros e negras no ensino superior, assim como suas origens negro-africanas. Visou a construção de um projeto político preto, com o objetivo de criar laços de cooperação e solidariedade, a fim de articular e fortalecer uma rede política nacional entre os estudantes e coletivos negros do Brasil, no combate ao racismo. Teve como direcionamento, a Carta de Princípios redigida pelos próprios estudantes:

Princípios:

Art. 1º - Afrocentricidade como método político - A convicção da incompetência de métodos e formas de relação política condicionadas por sindicatos e encontros governistas, como conferência, congressos sindicais e movimentos estudantis ditos tradicionais. Pois atuam de maneira eurocêntrica não dando conta da realidade e experiências históricas dos negros na sociedade brasileira;

Art. 2º - Suprapartidário - A convicção da incompetência de métodos e formas de relação política condicionadas por sindicatos e encontros governistas, como conferência, congressos sindicais e movimentos estudantis ditos tradicionais. Pois atuam de maneira eurocêntrica não dando conta da realidade e experiências históricas dos negros na sociedade brasileira;

Art. 3º - Autonomia político e financeira - Inaceitável financiamento de cunho partidário e de instituições ligadas a partidos;

Art. 4º - Combate a todas as formas opressões - Enfrentamento radical sobre quaisquer demonstrações, verbais e físicas, de opressão no que tange a LGBTfobia, machismo e sexismo entre outras.

Podemos destacar entre os objetivos do I EECUN no que tange ao ambiente acadêmico:

Fomentar o debate acerca de demandas dos estudantes negros universitários; gerar um estreitamento de laços entre os alunos cotistas, coletivos e demais instituições que promovam a igualdade racial; avaliar as políticas públicas, e as ações afirmativas direcionadas para a população negra; formular propostas de avaliação e acompanhamento dos alunos cotistas em parceria com outros setores universitários; estimular as instituições de ensino e financiamento da pesquisa a subsidiar professores e pesquisadores possam conhecer mais sobre história e cultura africana e afro-brasileira, na perspectiva de que este tema necessita de abordagem transversal e não ser oferecido apenas em disciplinas específicas, bem como desenvolver maior produção acadêmica acerca das relações raciais nas diversas áreas do conhecimento”. (Acervo pessoal).

A organização da apresentação de trabalhos, foi feita pela Comissão Científica e somente por professores/as universitários/as negros/as convidados/as para tal. Receberam mais de 100 trabalhos e foram selecionados 40 trabalhos para apresentação. Os eixos temáticos foram: A Educação e os desafios de novas epistemologias; Condições de permanência estudantil; Acesso ao ensino superior; Racismo institucional; Identidades, Cultura e Vivências; Saúde da População Negra; Inserção do negro no mercado de trabalho; Gênero e Diversidades.

O I EECUN, contou com um corpo seleta de intelectuais, novas lideranças e lideranças históricas do movimento negro brasileiro como Silvio de Almeida, Hélio Santos Iyalorixá Heloisa Helena (Luizinha de Nanã), Mirian Alves, Lumena Aleluia, Hamilton Borges, Janaina Damasceno, Ézio Rosa, Valter Silvério, Juarez Xavier, Aline Serzedello, Ama Mizane, Frei David entre outros.

É válido ressaltar que, com o aumento da quantidade de negros/as nas universidades, a luta contra o racismo dentro das mesmas, em certa medida, vem sendo transformado. Não somente pela entrada de setores da sociedade que não

estavam presentes, como também pela inserção da agenda do movimento negro dentro da academia, assim como as questões e saberes trazidos por esta população, para o interior das universidades.

O I EECUN se situa, no momento em que provavelmente, uma parte da agenda do movimento negro se realizou, centrada sobre a importância da educação e da presença dos jovens negros no ensino superior, este debate data da primeira Convenção Nacional do Negro Brasileiro de 1946. Portanto, este encontro é uma sinalização de que estudantes negros/as, estão ocupando a universidade e possuem uma vivência específica, que vem sendo institucionalmente desconsiderada. Neste mesmo sentido, vem conseguindo condensar as várias necessidades e as estratégias de luta. Pois, poder falar e produzir, mesas de palestrantes fenotipicamente negras, tem um impacto subjetivo e político substancial. Jovens negros/as de diferentes instituições do país conseguem se articular e pautar um debate sobre a estrutura curricular, bibliografias e ementas, pois não se veem representados/as nos conteúdos e exigem uma nova agenda de pesquisa, a fim de atender uma demanda social-histórica da população negra, por uma produção de ciência mais próxima das contribuições que negros/as fizeram ao país.

Não podemos perder de vista toda luta, que foi construída para o/a estudante negro/a ocupar a universidade. A memória produz o auto reconhecimento e uma relação de positividade com o passado da população negra. O I EECUN, produziu um amplo debate sobre a construção, que os ancestrais fizeram neste país. Reposiciona o passado e rememora que, o passado não foi só escravidão. Além disso, (re) afirma que não existe mérito em sociedades desiguais e a inserção do negro na universidade faz parte de um esforço coletivo, feito por gerações que direta ou indiretamente, criaram condições para entrada da população negra na universidade.

O I EECUN, foi uma construção estratégica, preta, radical, majoritariamente construída por mulheres negras, com forte presença de LGBTQI+. Um encontro como o EECUN é uma ferramenta importante, para o fortalecimento da identidade negra no Brasil. Traduz a luta histórica das mulheres negras dentro do movimento negro, corporifica a estética-política do EECUN, grita nos corpos negros o que os estudantes pensam e com seus cabelos crespos comunicam as mudanças que querem produzir.

Em suma, consideramos o I EECUN, fundamental para a compreensão dos debates e agendas dos/as universitários/as negros/as, pois trouxe à tona o debate sobre gênero e de diversas sexualidades presentes no movimento negro, relacionado com o ingresso de pessoas LGBTI+ nas universidades. Pois os corpos não-binários e trans, promovem a alteração do espaço, requerendo inclusão no ambiente acadêmico. A exemplo, o PréVestibular PreparaNEM²⁰ criado em 2015, voltado para o acesso de pessoas travestis e transexuais à Universidade. Além desses debates, outros temas como as religiões de matriz africana, denunciando o aumento dos casos de racismo religioso. Assim como também, debates sobre as políticas educacionais e mudanças curriculares, não somente nas ciências sociais, mas também das ciências exatas e biomédicas.

Em síntese, o I EECUN pode contribuir para algo novo, para o que antes não existia. Um encontro com 2.000 universitários negros/as das cinco regiões do Brasil, que projeta possibilidades para a formação da intelectualidade negra, mostra novas pautas, desafios, enfrentamentos e novas possibilidades. Um momento histórico extremamente importante para a intelectualidade negra, para uma disputa de sentido, a fim de questionar e discutir a produção do conhecimento e questionar a Universidade - instituição que creditamos ser a produtora do conhecimento.

²⁰ A dissertação de Laila Queiroz de Souza apresenta a constituição da história do Curso PréVestibular PreparaNEM, a partir das perspectivas de participantes da primeira turma que ocorreu em 2015. Souza (2019) destaca ser um pré-vestibular voltado para pessoas travestis e transexuais que possui características singulares, não apresentando coordenação estabelecida de forma hierárquica, priorizando o protagonismo das pessoas travestis e transexuais e não havendo sede fixa, desta forma as aulas transitam por espaços cedidos por outras organizações parceiras. A autora considera que a educação proposta pelo PreparaNEM contribui para o desenvolvimento da reflexão sobre educação e socialização das pessoas travestis e transexuais, o desenvolvimento da autonomia das educandas, a capacidade de resistência à expressa transfobia existente na sociedade e em particular nos espaços escolares e a construção de organização do grupo enquanto rede de afeto e solidariedade (SOUZA, 2019, p. 8).

3

"Ou seja, o Lixo vai falar e numa boa" – Rompendo o silêncio e assumindo a própria fala!

Na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação (...) o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (...) que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.

Lélia Gonzalez

No capítulo anterior, pontuei algumas referências sobre o projeto político colonial na educação do Brasil, bem como, as primeiras iniciativas de escolarização de negros/as e às iniciativas de algumas organizações do movimento negro em torno da educação e ações, que culminaram na maior inserção de negros/as no ensino superior, a partir dos anos 2000. Neste capítulo assumiremos a própria fala, com intenção de possibilitar que os sujeitos da pesquisa se pronunciem, que possam expor barreiras e fronteiras raciais existentes na Universidade. A seguir, a fim de aprofundar as reflexões sobre o objeto de estudo, apresento o perfil dos protagonistas, a mística de fundação e o surgimento do Coletivo Nuvem Negra, seus avanços e desafios, assim como os impactos do CNN na vida dos entrevistados.

3.1.

“Espalha-se a quilombagem”: o perfil dos/as entrevistados/as

Adentrando pelos portões da PUC-Rio, um outro universo se colocou diante de jovens negros e negras. Se outrora, para alguns a vivência em um coletivo era algo distante de seus conhecimentos e realidades, para outros, foi o espaço de continuidades políticas vindas de experiências culturais, sociais, religiosas ou político-partidárias. Aqui, os/as protagonistas que dão voz a essa pesquisa, compreendem aquele grupo de pessoas negras, enquanto um coletivo negro, que presentes dentro de qualquer ambiente acadêmico universitário se deparam com tensões raciais, decorrentes do racismo institucional. Assim, enfocando as tradições

dos povos negro-africanos, começaremos a descrição do perfil²¹ dos nossos entrevistados, pelos nossos mais velhos, e como diria Lélia Gonzalez, “negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido...ao gosto deles”.

Então, começamos com Ronilso Pacheco, estudou Teologia na PUC-Rio entre os anos de 2010 e 2017, com bolsa filantrópica. É preto, heterossexual, casado, 43 anos, morador da cidade São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro. Ronilso nos destaca durante a entrevista a importância das histórias e vivências semelhantes, que foram partilhadas por seus integrantes, que moravam em diversas partes da cidade. Nosso teólogo tem um histórico no movimento evangélico progressista, durante mais de dez anos participou enquanto ativista da Rede Fale, uma organização internacional ligada a várias congregações evangélicas, que atua em campanhas contra injustiças sociais e, formada por jovens universitários cristãos, que tem uma temática progressista em defesa dos direitos humanos. Integrou a Rede Vandalizando, em maioria formada por cristãos dentro da temática dos direitos humanos, que funcionava também como um grupo de estudo. Em 2014, foi um dos fundadores da campanha pela liberdade do Rafael Braga e atua como colaborador de movimentos e coletivos diversos, como o Coletivo Papo Reto, Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, Rede contra a violência do Estado na Baixada e o Fórum Grita Baixada.

Juliana Santos estudou Letras na PUC-Rio, tem 35 anos, heterossexual, casada e estudou com bolsa filantrópica, durante toda sua graduação. Nascida no bairro de Santa Cruz na cidade do Rio de Janeiro, foi estudante “cursinho pré-vestibular” da Educafro, onde se preparou para o vestibular da PUC-Rio. Sobre sua chegada no ensino superior nos diz:

Quando eu cheguei na PUC eu não cheguei perdida. Eu cheguei com 28 anos de idade, já tinha participado de algumas reuniões da Educafro, então eu sabia o que estava me aguardando em termos de racismo estrutural e tudo mais. Na PUC eu percebia que tinham muitos negros cada um na sua e isso me incomodava muito. Sempre que eu passava pela galera me cumprimentavam sem se conhecer, mas sabe aquela vontade de estar juntos?... mas não sabia como movimentar isso.

²¹ Todas as entrevistas foram realizadas por mim e a descrição do perfil dos entrevistados em forma de tabela segue no anexo.

O racismo estrutural identificado pela entrevistada, não se trata de uma discriminação de ordem direta ou pontual, contudo de um conjunto de medidas, leis e práticas, que estruturam o modo de funcionamento e a norma vigente da vida cotidiana, consequentemente da universidade também. Sobre a influência de outros movimentos sociais no CNN Juliana afirma que, “todos que fundaram o Coletivo vieram com alguma experiência e poucos foram aqueles que chegaram cru”. Destaca a pluralidade de cursos e de realidades dentro do CNN e, “não é pelo fato de serem pretos/as que é todo mundo igual e que veio do mesmo lugar”. É válido ressaltar que, nem todas as pessoas negras são do continente americano ou africano, a própria generalização deste pensamento, de que os/as negros/as são todos/as iguais mesmo nascidos no território brasileiro perpetua o pensamento colonialista, de desumanização de pessoas negras.

Walmyr Junior, morador da favela da Maré no Rio de Janeiro, tem 35, negro e heterossexual, fez o pré-vestibular em um cursinho particular com bolsa integral, licenciou-se em História na PUC-Rio, com bolsa filantrópica e estudou entre os anos de 2007 a 2016. Walmyr compôs chapa, disputou eleições e liderou o DCE da PUC Rio, por quase 10 anos. É filiado e militante do Partido dos Trabalhadores, iniciou sua trajetória na militância no movimento negro, pensando o debate raça e classe. Foi um dos fundadores do Coletivo Enegrecer no Rio de Janeiro, fundado para pensar a atuação de jovens negros/as no ensino superior, integrou a coordenação nacional do Coletivo, que tem mais de dez anos e está presente em mais de dez estados do País. Nos conta que, como consequência de sua atuação político-partidária, teve a oportunidade de visitar, dar formação, propor atividades e participar de eventos em diversas partes do Brasil. Outra experiência importante de 2013 a 2015, foi sua participação no Conjuve - Conselho Nacional de Juventude Negra, onde participava na produção de políticas públicas para a juventude negra.

Namibia Rodrigues é preta, é mãe e heterossexual, tem 28 anos e estudou Ciências Sociais com bolsa filantrópica, entre os anos de 2010 e 2016. Nascida em Santa Tereza, com origem familiar do Espírito Santo, fez cursinho pré-vestibular no Instituto Palmares de Direitos Humanos – IPDH. Foi integrante do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da PUC Rio e reconhece que: “a movimentação de centro acadêmico era mínima em relação a toda movimentação que o Nuvem fez em um ano”, especificamente o ano de 2015. Namíbia informa que, nunca foi

atraída pela “área de politicagem, militância”, pois tinha outras demandas e frentes de batalha para atuar. Em 2015 ano de fundação do CNN, estava grávida e já não participava mais do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, informa que tirando a monografia, o CNN era a atividade que mais se envolvia na universidade. Sobre seu nome Namíbia expõe:

Pelo meu nome já dá pra pescar que minha família sempre estava ligada com a cultura afro-brasileira, nossas raízes e ancestralidade de alguma forma. Meu nome não era porque estava na moda ou porque juntou o nome da mãe com o do pai e saiu Namíbia. Meu nome foi pensado no ano que minha mãe estava grávida em 1990, o país Namíbia conseguiu a independência. Meus pais envolvidos até a raiz do cabelo com a cultura negra resolveram me dar esse nome.

Lucas Obalera de Deus, participou do “cursinho pré-vestibular” da Educafro e foi membro deste, durante um curto período e nasceu na cidade de São João de Meriti na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Estudou Ciências Sociais na PUC-Rio, entre os anos de 2011 e 2016, com bolsa filantrópica, é preto, heterossexual e tem 28 anos. Foi “forjado” através de sua mãe dentro do movimento social, partido político, movimento de mulheres e associação de moradores da Baixada Fluminense. Destaca a influência de sua mãe e da teologia da libertação em sua trajetória:

O lugar da igreja também, minha mãe é de movimento social de igreja, não estou aqui para falar da minha mãe, mas é pensar que não tem como falar de mim sem falar dela. Eu sempre acompanhei minha mãe nas reuniões de partido, nos encontros das igrejas, minha mãe é da teologia da libertação que parte muito da ideia de fé e vida, fé e política, a fé como promotora da justiça social. Eu uso o anel de tucum desde dos meus cinco anos de idade com a consciência do significado político que é esse compromisso com os pobres e oprimidos. Depois, vai assumir uma ideia de pretos, pobres e oprimidos.

Obalera, começa seu processo de racialização – descobrir-se negro – na cultura popular, na capoeira e nas danças populares entre o jongo e a dança afro. Se reconhece enquanto resultado da cultura popular preta, pois a capoeira contou sua história, destaca sua noção de vida atrelada a luta política e nos diz:

Como diria o samba da Mangueira “a história que a história não conta”. Eu aprendi na capoeira. Foi a capoeira que me mostrou que ser preto é maneiro. Quando chego na universidade tem tudo isso ali. Isso tudo pra dar sentido a uma afirmativa: A minha noção de vida está atrelada a luta política logo uma luta política coletiva por meio do movimento social.

Luana Fonseca é negra, bissexual, tem 28 anos e sua família é oriunda do morro do Borel, na cidade do Rio de Janeiro. Vinda do interior, de São Pedro da Serra no Rio de Janeiro, participou da construção do Coletivo de Ciências Sociais na PUC e estudou Ciências Sociais, entre os anos de 2012 a 2016. Teve muitas referências de seu pai, que foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores o que trouxe as noções de “coletivo” e afirma, “o meu pai fazia parte do movimento negro também, mas nunca fui ativa porque não tinha me identificado ainda, e o Nuvem Negra foi minha primeira ação direta”. Participou de poucas reuniões no começo, pois estava sempre no trabalho, mas sempre soube de tudo através do WhatsApp.

Juan Telles, morador do morro da Babilônia na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, é gay, preto e tem 25 anos. Estudou Psicologia com bolsa integral filantrópica, no período de 2015 a 2019. Participou ao longo da adolescência de projetos do movimento de favelas, que era composto por vários outros movimentos de favelas, foi onde teve contato com determinadas pautas, e afirma que, “já cheguei na universidade não tão perdido também, eu já vinha ciente de certas questões, já vinha meio que preparado para esse mundo aqui”.

Leonardo Ventura entrou na PUC em 2015, é bolsista Prouni e estudante de Ciências Sociais, é preto, heterossexual e tem 22 anos de idade. É o mais novo dos entrevistados, morador de Madureira, tinha noções sobre questões raciais muito na superfície das discussões, por ouvir Rap, Racionais MCs e se localiza enquanto negro, por ser nitidamente negro retinto. Entretanto afirma que a consciência racial é uma outra questão, é um outro processo e diz: “eu fui despertado nesse processo de consciência racial no Nuvem, mas foi numa base de amadurecimento do que seria o racismo estrutural na sociedade brasileira”.

O perfil dos integrantes da pesquisa é bem variado, são pessoas de diferentes partes da cidade do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense, Zona Sul, Zona Oeste, Zona Norte e Centro do Rio, majoritariamente chegaram ao ensino superior com experiências distintas em movimentos sociais, como o movimento negro,

movimento de favelas, movimento evangélico progressista, político-partidário e de cultura popular. Em sua maioria os integrantes ingressaram tardiamente no ensino superior, e três deles foi precedido por instituições do Movimento Negro como Educafro e IPDH.

3.2.

A mística de fundação: O surgimento do Coletivo Nuvem Negra

O Coletivo Nuvem Negra – CNN, foi precedido por grandes tensões e manifestações no Rio de Janeiro e no cenário político nacional: Manifestações contra aumento das tarifas de ônibus “catracaço”, no Rio de Janeiro (2014); manifestações e greve dos professores (2014); relatório final da Comissão da Verdade sobre a violação de direitos humanos, cometidas pelo Estado Brasileiro durante a ditadura militar (2014); disputa eleitoral à presidência da república e acolhimento de impeachment da presidente Dilma Rousseff (2014). A fundação do CNN no ano de 2015, ocorre num momento em que havia um cenário político e social bastante tenso, com manifestações em diversos estados brasileiros e um renascimento do movimento estudantil, iniciado pelos secundaristas.

Além disso, ao longo dos anos 2000, dentro e fora das universidades brasileiras são visionados e construídos espaços de lutas, discussões, mobilizações. São exemplos: Marcha do Empoderamento Crespo; Marcha contra o Genocídio da Juventude Negra; Marcha contra a Intolerância Religiosa, Campanha pela Liberdade de Rafael Braga; Marcha Nacional das Mulheres Negras contra o Racismo e pelo Bem-viver; Blogueiras Negras; Portal Geledes; Centenário Maria Carolina de Jesus; Sarau Divergentes; Sarau Preto; I Encontro Nacional de Psicólogos e Psicólogas Negras do Brasil; Geração Tombamento.

No que tange o debate racial dentro das universidades, um novo movimento se fortalecia, protagonizado por jovens negros/as no campo das artes, do cinema, da música e na organização de coletivos negros dentro das universidades. Na PUC-Rio, por ter um campus grande e um trânsito de pessoas, ao longo de todo os períodos de aula, é possível perceber, como a presença de corpos negros se destacam em meio à multidão de pessoas brancas. Alguns membros do CNN

destacaram que, percebiam os “pretinhos da PUC” circulando pelo campus, ora se entreolhavam, trocavam sorrisos, mas faltava algo que os aproximassem.

É a partir da experiência de ser negro/a dentro da universidade, dos encontros e conflitos gerados no ambiente acadêmico, que surgem inquietações e, a necessidade de organização de estudantes negros/as, Juliana expõe, “o que a gente mais cruza nos corredores são jovens que tomam remédio de depressão, que fazem tratamento e tem muitos problemas familiares. Para essa galera o mundo acadêmico é pesado, é o palco dos arrogantes”.

A protagonista sinaliza o cenário de um adoecimento psíquico de jovens dentro do ambiente acadêmico, nem todos os motivos ou, os fatores catalizadores pelos quais são gerados estes adoecimentos, são aprofundados nesta investigação. Todavia, a experiência de pessoas negras no interior das universidades tem muito a nos dizer, não só pelos adoecimentos psíquicos, mas como também, pela dinâmica dos conflitos raciais entre negros e brancos. Sobre isto Juan narra sua experiência:

A experiência negra é uma experiência muito única e você está num espaço extremamente eurocêntrico e brancocêntrico que é a universidade, muitos conflitos e questões são geradas a partir desse encontro, e a gente é sempre colocado como o outro nessa história, o outro do outro e aí isso acabou gerando a necessidades dos grupos se agenciarem mesmo. Não só para visibilizar nossas próprias histórias, mas para visibilizar as histórias de intelectuais negros e negras e aí, a partir desse movimento começa a constatar uma série de processos de exclusão, de invisibilização desses corpos e dessas produções no ambiente acadêmico, então, acho que isso acabou impulsionando mais, essa sede não só por identificação e representação mas por lutas e garantias.

Os processos de exclusão e invisibilização de intelectuais negros/as, na história, narrativa e na produção acadêmica da população negra conforme Maria Aparecida Silva Bento (2002, p.5), enfatiza o modelo de humanidade universal engendrado pelo branco, que segundo a autora é “extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danificando sua autoestima, culpando-o pela discriminação que sofre e, por fim, justificando as desigualdades raciais”. Por isso, segundo Gomes (2017, p.116) “o encontro de jovens de diferentes pertencimentos étnico-raciais, via políticas de cotas, é acompanhado de mais uma tensão e de mais um conflito”. O que impulsionou a necessidade de agência, representatividade, lutas e garantias por direitos.

E é após o evento em homenagem a Lélia Gonzalez, ocorrido na PUC-Rio no dia 19 de março de 2015, denominado “O pensamento teórico de Lélia Gonzalez – revelando a História do Brasil em Pretuguês”, que a mobilização pela construção do Coletivo se iniciou. O evento foi composto pela exibição do documentário sobre a vida e a obra de Lélia Gonzalez, por discursos institucionais do Decanato de Ciências Sociais da PUC-Rio, pela Direção do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, pelo Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente - NIREMA, e por uma mesa de debates composta pelas intelectuais negras, Giovanna Xavier, Helena Theodoro e Claudia Pons. A atividade integrava o evento de divulgação local do Projeto Memória “Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história”.

Dito isto, Obalera destaca que, o estopim da história de organização do Coletivo Nuvem Negra tem como ponto de partida o evento em memória de Lélia Gonzalez e o compartilhamento entre os/as estudantes das angustias e sofrimentos oriundos do racismo:

É importante dizer também que esse evento em memória a Lélia é o estopim de uma história de jovens negros que ao longo de suas trajetórias compartilhavam nas relações pessoais as angústias e sofrimentos oriundos do racismo. Compartilhavam as diversas manifestações do racismo no cotidiano. As relações sempre conflituosas e o racismo não dito e a pergunta: o que fazer? Este encontro é o estopim de alguma coisa que já estava ali.

Neste dia, influenciados pela efervescência do evento e pela potência do pensamento de Lélia Gonzalez, é que se estabelece o ponto de partida. Há que se destacar que Lélia Gonzalez, foi uma intelectual brasileira, política e antropóloga que desempenhou ao longo de sua vida, múltiplas atividades paralelas a produção acadêmica é vital para a compreensão do ser mulher negra e das imbricações do processo de construção entre gênero e raça, decorrentes do racismo e sexismo. Gonzalez dialogou com diversos intelectuais, publicou artigos e produziu teorias ainda hoje estudadas (Manfredini, 2016).

E foi após o evento que, os/as estudantes negros/as se reuniram de maneira informal e foi criado segundo Obalera, “a partir de uma inspiração ancestral da Lélia” um grupo de Whatsapp intitulado "Coletivo de Negrxs da PUC-Rio". Estiveram à frente neste primeiro momento Lucas Obalera, Juliana Santos e Luana

Fonseca, integrantes dos cursos de Ciências Sociais e Letras, muito inspirados/as e inquietos/as ao conhecer a grandiosidade de Lélia Gonzalez.

O desconhecimento da história de Lélia Gonzalez, neste primeiro momento causou revolta, ainda imersos sobre o absurdo de não conhecer a história e a importância de Lélia Gonzalez enquanto professora, diretora e seu papel fundamental na reestruturação do então Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, tendo um papel importante sobre a reformulação das Ciências Sociais hoje na Instituição, do ponto de vista de estrutura do curso. Sobre este embrião do surgimento do Coletivo Nuvem Negra, Lucas Obalera narra que:

Esse primeiro momento conversando sobre o absurdo perguntei se a gente ia ficar mais uma vez se lamentando e a vida iria seguir e disse: “Ah! Para! Vamos criar um coletivo agora. Me dá o celular!”. Eu perguntei para as meninas como criava um grupo no WhatsApp que até então eu nunca tinha feito isso. Esse foi o momento era 19 de março de 2015. A ideia era que a partir daquele momento cada um fosse convidando as pessoas e ficamos com o compromisso de fazer aquilo que o movimento negro chama de “correio nagô”, fazer o boca-a-boca, ir chamando, convidando e fazer com que daquele grupo tirasse alguma data para um encontro presencial o mais rápido possível.

Sobre este momento embrionário, Juliana sinaliza a necessidade da união e comunhão para sobreviver ao mundo acadêmico sendo negros/as da periferia:

É impossível você sobreviver no mundo acadêmico sendo negros da periferia até o final de forma saudável, bato palma para aqueles que conseguiram sozinhos. A gente precisava dessa comunhão, foi dessa necessidade de se unir que nasceu o Nuvem Negra. Vivemos em um sistema muito forte para ser combatido de maneira isolada.

Obalera complementa dizendo que, “Era literal a ideia de você estar andando nos Pilotis, no corredor ou no banheiro e alguém te abordar”, a principal ferramenta de divulgação era o boca-a-boca chamado por muitos de evangelização, nunca gostei desse termo, mas acho que cabe”. Obalera ainda acrescenta “como diz uma irmã vamos levar a palavra de Malcolm X, de Garvey e de Lélia”. Outras ações como página no *facebook* foram criadas posteriormente e se tornaram veículo virtuais de divulgação do coletivo. Em seguida, outras movimentações de acolhida e abordagem foram feitas como conta Ronilso:

A gente começou muito sem uma divulgação, assim formal, panfletagem, material e tal, era muito no sentido do boca-a-boca, de acolher as pessoas, amigos que a gente já tinha, amigos que a gente conhecia em palestras ou em outros determinados encontros ou de demandas que chegavam ou de situações que a gente acolhia. Inicialmente a gente foi convidando muito no boca-a-boca e pelo contato visual.

Em seguida, o segundo momento foi a data de fundação do Coletivo Nuvem Negra, quando teve sua primeira reunião²² no dia 1 de Abril de 2015, uma quarta-feira em que estudantes negros/as dentro da PUC-Rio, oriundos de diversas partes da cidade, baixada fluminense, periferias e favelas decidem se juntar. O local das reuniões foi o CASOC, casa dos cursos de Ciências Sociais, Serviço Social e História, localizado na Vila dos Diretórios, foi onde segundo Walmyr ocorreu a primeira reunião e continuou durante um tempo:

A primeira reunião foi no CASOC e continuou no CASOC durante um tempo, depois a gente começou fazendo reuniões itinerantes, escolhendo outros lugares para se reunir, no bosque, em algumas salas, nos espaços da Pastoral Universitária, em diversos outros espaços da universidade, no DCE, a galera começou a ocupar esses espaços.

Conforme a reportagem publicada no Jornal da PUC em edição especial dos 70 anos da Universidade, no final do século XIX, início do século XX, a atual Vila dos Diretórios servia como moradia de operários ou funcionários mais graduados de uma fábrica, daquela região da Gávea. No início dos anos de 1960, o conjunto de casas começou a alojar setores, institutos e Diretórios Acadêmicos da Universidade e nos anos de 1970, os alunos romperam o paradigma, de que aquele lugar abrigava apenas os Centros Acadêmicos e implantaram a rotina de atividades culturais como teatro, exposições de arte, música e poesia, e começaram a usar o espaço de uma forma extra acadêmica, principalmente durante a Ditadura Militar. Neste mesmo espaço que em determinado momento serviu de cenário de filme e histórias de lutas, em 2015 o CNN se organiza para discutir a presença de corpos negros, com suas demandas dentro da universidade. Já no desenrolar da primeira reunião, ideias foram surgindo e decisões foram tomadas, Obalera relata que, “Na primeira reunião já decidimos o nome, o dia de encontro e que não poderiam participar pessoas brancas. Eu achei

²² Foto da reunião no anexo.

que ia dar um bafafá enorme, se poderia ou não poderia entrar pessoas brancas, mas foi unânime”.

Sobre a não participação de pessoas brancas destacamos um fragmento da ata de fundação, que pode colaborar para amplificar o entendimento. Encontramos a fala de uma das integrantes que diz, “é muito bom olhar no olho, se reconhecer no outro e compartilhar as angústias”. Este registro marca uma narrativa a partir de um lugar de fala comum, da experiência de um grupo social de pessoas negras, que dentro de uma coletividade, torna-se possível reconhecer-se no outro em uma sociedade racializada. Nesta direção, não seria possível com pessoas de identidade racial branca, com experiências de seu grupo social distintas. Para Luana, o Coletivo surgiu para proteção e resgate, onde pudessem ser acolhidos entre eles/as mesmos/as e a partir do acolhimento vir as reivindicações:

A ideia foi reivindicar e resgatar as memórias da PUC que foram apagadas como Lélia Gonzalez que foi diretora do meu departamento e pouco falada. Houve brigas, mas mesmo assim é pouco falada até hoje, mesmo com o Nuvem ali dentro reivindicando que existiu uma grande intelectual negra e questionando porque vocês não falam dela. Foi mais isso, acolhimento, resgate e luta por mais direitos.

Surpreendentemente, pode-se observar na narrativa acima o apagamento da intelectual negra Lélia Gonzalez da universidade, o que nos indica uma dimensão de resgate da memória, enquanto papel do Coletivo. Ronilso, também nos aponta uma dimensão importante do início do Coletivo, que é a dimensão de um lugar acolhedor do ser negro/a periférico/a e as imbricações que fazem parte disso:

Ter um lugar que acolhia e conversava, discutia a partir do nosso contexto, da nossa realidade de ser negro, negra periférica e todas essas imbricações que faziam parte disso se tornou extremamente importante (...) no início é um grupo que se identifica, conversa, vai trocando experiências, chegando pessoas que vão trazendo mais pessoas. Não começa com a uma dimensão de um movimento, acho isso importante no Nuvem Negra, começa com a dimensão de um lugar.

Então, nascia a dimensão de lugar de acolhimento e convivência, de identificação, conversa e troca de experiências, sobretudo a partir da realidade de ser negro/a, e não nitidamente com a dimensão de um movimento negro. Sobre seus componentes Juan diz, “nós éramos múltiplos, plurais, cada um com as suas

vivências, oriundas dos mais diversos contextos” em conformidade Obalera complementa:

Tinha gente de vários cursos, territórios, a gente também é marcado pela multiplicidade sobretudo de gênero e orientação sexual. Tem uma presença muito forte de homens e mulheres gays. Tinha uma predominância de mulheres. A maior parte dos homens eram gays. Classe! A maior parte era pobre.

Pode-se observar uma das características da especificidade do Coletivo Nuvem Negra, como a convivência na multiplicidade. Unidade não significa uniformidade, bem como não significa uma organização, em que todos/as sejam iguais com as mesmas vivências, religiões e tendências políticas e/ou teóricas. Destaca Ronilso, a singularidade deste lugar chamado de Coletivo Nuvem Negra, o que possibilitou o encontro de uma pluralidade de pessoas negras com experiências, conversas, situações e desconfortos semelhantes:

Como se nós tivéssemos encontrado um lugar em que a gente se sentia parte, as conversas eram semelhantes, as preferências eram semelhantes, as situações eram semelhantes, os desconfortos eram semelhantes, então, isso foi uma identificação. Então, evidentemente, despertou o interesse e sobretudo uma grande amizade. E continuar voltando por isso, porque a experiência do encontro era bom para estimular a gente a voltar e querer participar, estar junto e construir coisas juntos e a gente começou muito bem, as ideias muito sensacionais, acho que tudo isso foi me atraindo a permanecer ali.

Quer dizer que, a através da identificação das semelhanças, foi despertado um sentimento de pertencimento e interesse em continuar voltando e permanecer no Coletivo. Em seguida Ronilso narra que, o nome do Coletivo começou como uma grande brincadeira entre ele e o Obalera:

O nome começou como uma grande brincadeira, na verdade, conversando com o Obalera, um dos fundadores (...) e em algum momento eu falei Nuvem Negra, fazendo essa brincadeira de que a PUC é um lugar tão branco. É um céu de gente branca com uma nuvem negra, sempre uma nuvem negra para lá e para cá dentro do campus. E aí o Obalera achou isso ótimo, mas eu achei que ele não iria ter coragem de propor isso na reunião, sendo uma brincadeira nossa.

Ou seja, um coletivo de pessoas negras dentro da PUC-Rio, seria uma nuvem negra em um céu de gente branca. Inesperadamente, o nome do Coletivo Nuvem

Negra partiu de uma brincadeira, de uma piada entre seus integrantes sobre a desigualdade na composição racial da universidade. No entanto, durante a primeira reunião, foram propostos diversos nomes como Coletivo Abdias do Nascimento, Coletivo Sankofa e Coletivo Lélia Gonzalez, entre outros. O nome Coletivo Lélia Gonzalez, foi reservado para ser utilizado pelo coletivo de mulheres negras, que na época havia intenção de ser criado. Ronilso de maneira bem sincera reconhece que, “na verdade se deu o nome ou eu poderia partir do lugar da revelação do nome e os conceitos vieram depois”. A partir de uma brincadeira entre amigos o nome é revelado na primeira reunião, e os significados foram sendo construídos em seguida.

O primeiro significado é a imagem de um grupo de pretos/as juntos/as e os/as brancos/as que são maioria, olhando de fora Obalera diz que, “eles iam ver e dizer “Olha aquela nuvem negra ali”. Obalera evidencia que, a palavra “nuvem negra” apresenta diversos significados e que a “discussão epistemológica se torna desde a hora zero fundamental”. A começar pelo próprio nome, Nuvem Negra é por si só, uma provocação epistemológica, porque realoca a noção do negro e da nuvem, positivando algo que sempre foi negativo.

Os significados do nome Nuvem Negra, ganharam novos sentidos advindos segundo Juan de duas experiências de vida e de fé, onde surge a mística de fundação. Aos adeptos das religiões de matriz africana, a nuvem, o raio, o vento, a tempestade e o trovão são associados as características dos orixás Xangô e Iansã. E por outro lado, segundo Juan tinha a “galera que era de Jesus, a galera do amém que vem com as suas simbologias também”, como a do Deus, que não deixava faltar à água no deserto.

A multiplicidade das experiências de seus integrantes, possibilitou a coexistência plural de significados para o nome do recém fundado Coletivo. Sobre a palavra “Nuvem Negra”, Leonardo exprimi o significado de “uma tempestade em que o espaço passa a não ser mais o mesmo, no sentido de trazer transformações, existência e em certa medida uma reexistência naquele lugar”. Juliana nos diz que, “essa Nuvem são essas pessoas negras que estão circulando na universidade e que unidas tem a capacidade causar uma mudança, um vendaval e uma tempestade” e além disso complementa:

Justamente desse grupo forte de pessoas negras quando se reúne, é o Nuvem, causa essa revolução. A tempestade vem para isso, para limpar e causar uma mudança. O Coletivo Nuvem Negra é diferente de todos os coletivos que essa universidade já teve. A gente deixou o nosso nome com o nosso trabalho (...) mas é isso uma nuvem que veio para causar essa mudança.

Ressaltamos nos fragmentos anteriores a demarcação do significado de transformação e mudança conferido ao nome Nuvem Negra, e sobre qual é o tipo de mudança que estão se referindo. Convém lembrar da invisibilização da intelectual e professora da PUC-Rio Lélia Gonzalez, dos sofrimentos psíquicos sofrido pelos alunos/as, e dos conflitos e questões geradas pela experiência de ser negro/a em um espaço extremamente eurocêntrico e brancocêntrico, que é a universidade.

Ainda sobre os significados do nome Nuvem Negra e, todas as simbologias que a palavra carrega, Ronilso teólogo e pastor, há época conhecido pelo dom da palavra profere em forma de oração o significado para os cristãos:

A relação da nuvem com o cristianismo que é a minha tradição de fé, é Deus presente na nuvem que acompanhou o êxodo do povo no deserto, que é um povo que está saindo do contexto de escravidão etc. É a nuvem que protege do sol e gente a partir disso pensou no sentido da proteção, da proteção do sol e da radiação, comparando na perspectiva das mães negras, de cobrir, de envolver e de proteger seus filhos.

Dito isso, a “nuvem” adquire um significado de uma tradição de fé cristã, de uma “nuvem” que protege o povo que está saindo do contexto de escravidão. Para além disso, o ativista Ronilso, nos traz uma reflexão sobre as mães negras, que protegem seus filhos contra o genocídio da juventude negra.

Por conseguinte, aos adeptos das religiões de matriz africana, a mística de fundação perpassa a ancestralidade dos nossos orixás e a inspiração ancestral de Lélia Gonzalez filha da Iyalodê²³ Oxum, o candomblecista Obalera amplia o entendimento dizendo que:

Era quarta-feira dia de Xangô e Iansã. A Nuvem Negra que traz os raios, as tempestades e trovões dos nossos ancestrais Xangô e Iansã. É a força dos nossos ancestrais que tem nesse nome. Todo mundo concordou.(...) a gente foi muito feliz acertando muita coisa. Em algum momento falei que nossos patronos eram Xangô,

²³ Iyalodê (Iyaláðde) é um título conferido à pessoa que ocupa o lugar mais importante entre as mulheres na cidade dentro do mito da tradição nagô.

Iansã e Oxum. Estamos falando de três divindades extremamente ligadas a luta, portanto a luta política, a guerra, disputa, controle e a política. Fazendo uma leitura, a luta política!

Obalera, em sua leitura enquanto candomblecista nos revela os patronos, Lélia Gonzalez enquanto ancestral do Coletivo recém surgido e Oxum por conta de Lélia ser filha de Oxum. Xangô, Iansã e Oxum são orixás da tradição Yorùbá que constituem um grupo étnico-linguístico da África Ocidental, Obalera faz referência a esta cultura e proporciona significado ao dia de fundação e à relação do Coletivo junto a Lélia Gonzalez.

Não por acaso, investimos tempo acerca da fundação e dos significados da palavra “nuvem negra”, que são diversos e coexistem, sendo interessante ressaltar a relação da religião, que se apresenta na fala dos/as interlocutores/as. A pluralidade de significados coexistentes, é possível devida a singularidade dos integrantes do Coletivo Nuvem Negra desde sua fundação, o candomblecista Obalera salienta:

Essa multiplicidade do Nuvem que tem o pastor, o macumbeiro, o cristão católico, o umbandista, o ateu, quem não é coisa nenhuma e tem uma convivência tranquila o que é uma coisa contrária ao mundo real uma vez que o racismo religioso está aí cantando e assobiando tentando acabar com a gente de terreiro.

Dado que o nome surge de uma brincadeira, ganha força e uma pluralidade de sentidos, na contramão do que vivemos um contexto de agravamento do conflito religioso no Estado do Rio de Janeiro, fica evidente uma comunhão e coexistência de experiências de vida e de fé. Sendo assim, Luana traz à tona, o que podemos chamar de um terceiro elemento na construção da significância do vocábulo “Nuvem”, uma leitura tecnológica, enquanto “um espaço de informação e conhecimento, a nuvem dos computadores” e Obalera adiciona a esta compreensão “a ideia da memória onde guarda tudo, a importância do resgate e preservação da memória para o povo negro”.

Dito isso, sobre a melhor convivência entre seus integrantes, mesmo tendo experiências e perspectivas dessemelhantes, Walmyr expressa sua opinião, sobre a mística de fundação do Coletivo Nuvem Negra e do reconhecimento das dessemelhanças e convergências existentes entre seus integrantes:

Esse mito de fundação se dá dentro dessa característica própria da brasilidade que é a fusão das religiões, não necessariamente o sincretismo por si só, mas o reconhecimento de que todas as religiões tem pontos em comum, tem pontos convergentes.(...) Eu acho que essa experiência mística favoreceu, inclusive, a melhor convivência entre os integrantes do Coletivo porque é algo místico, algo que perpassa pela identidade de todos que estavam ali, todo mundo tem a referência de uma nuvem de alguma forma ou aquela nuvem que te leva à infância, aquela nuvem que você vê, mas também essa nuvem de jovens negros que passam pelo pilotis da PUC.

A respeito da mística de fundação, estas são algumas considerações político-teológicas, pois a partir das religiosidades tanto para os cristãos e candomblecistas quanto para aqueles/as que não professam nenhuma religião, urge a necessidade de mobilização em torno de acolhimento, resgate e luta por direitos, e Walmyr continua:

Então, é interessante pensar na mística de fundação. A mística de fundação do Coletivo, ela não é posta como uma construção de sobreposições já do imaginário religioso dos integrantes do Nuvem Negra que desde a sua primeira reunião, de forma muito harmônica, se percebeu um lugar comum entre todos aqueles que estavam ali e as suas religiões já pré-adquiridas antes de vir para o Coletivo não foi um impedimento para encontrar esse lugar comum (...) porque todo mundo já tinha o seu lugar de pensar religião ou não, mas todo mundo reconheceu no outro a experiência do sagrado porque ser negro é sagrado.

É notória a influência da religiosidade na percepção da fundação do Coletivo entre alguns de seus/as protagonistas, torna-se curioso, pois a princípio o estompim para a mobilização e organização dos/as estudantes não diz respeito diretamente a religiosidade e/ou experiências de fé. Mas para além disso, observamos a criação de um lugar que acolhe, produz conversas a partir do contexto de ser negro/a, periférico/a e todas as imbricações que fazem parte disso, gerando identificação e possibilidade de sobreviver ao mundo acadêmico até o final.

Sobre ser negro/a e colocar a perspectiva de raça como ponto central de convergência das relações, Obalera traz um entendimento sobre a dinâmica das relações e perspectivas políticas entre raça, classe, orientação sexual e gênero:

Colocar raça como central era uma dinâmica importante. Durante todo o tempo o nosso suleir foi a raça e pensar como ela vai se relacionar com classe, orientação sexual, gênero (...) a gente conseguiu fazer algo inédito, surpreendente no contexto que o Nuvem Negra surgiu, que era aglutinar perspectivas políticas diversas. Então

criamos um exercício muito interessante de fazer conviver, por exemplo, pessoas de liderança de partido e pessoas que acreditavam no voto nulo, no não-voto.

A pluralidade de perspectiva políticas e teológicas de seus integrantes, também expressam a multiplicidade de experiências e posicionamentos coexistes no Coletivo. O exercício de fazer conviver na diferença e buscar um sulevar em comum para Walmyr é a experiência do ser negro enquanto sagrado:

[...]ser negro é sagrado para todo mundo que estava na fundação do Nuvem Negra, ser negro, naquele momento era sagrado, porque nós estávamos fundando o Coletivo aquilo era sagrado pra nós (...) Então, não tinha sobreposição da minha religião católica sobre a religião protestante e nem tinha sobreposição do protestante sobre o candomblecista, não existia sobreposições. Nós conseguimos enxergar um ponto comum, uma espiritualidade libertadora, uma espiritualidade que estava para além dos códigos que nos deram até aqui, mas nos reconhecemos enquanto negros que bebiam de mística comum, de uma mística de fundação e essa mística de fundação cabe todos os lugares de fala porque cabe todas as ancestralidades dos escravizados que vieram para cá, cabe a nossa ancestralidade vinda de África, todos nós nos reconhecemos uns nos outros.

Desta forma, ao narrar a experiência de fundação do Coletivo Nuvem Negra, Walmyr nos aponta uma perspectiva, que os espaços institucionais da universidade não proporcionam, que é o paradigma do sagrado. É de uma ancestralidade em comum vinda de África em que todos nós nos reconhecemos uns nos outros, não tendo sobreposições de religiões, mas um ponto em comum de uma espiritualidade libertadora, uma mística em comum, em que nossas identidades convergem.

Neste sentido Obalera assina-la que, o Coletivo “é um lugar que convida você a revisitar a sua própria história no debate onde memória e ancestralidade são importantes”, Eduardo Oliveira (2005, p. 249), nos traz grandes contribuições:

A ancestralidade é como um tecido produzido no tear africano: na trama do tear está o horizonte do espaço; na urdidura do tecido está a verticalidade do tempo. Entrelaçando os fios do tempo e do espaço cria-se o tecido do mundo que articula a trama e a urdidura da existência. A ancestralidade é um tempo difuso e um espaço diluído. Evanesciente, contém dobras. Labirintos se desdobram no seu interior e os corredores se abrem para o grande vão da memória. A memória é precisamente os fios que compõem a estampa da existência.

Em outras palavras, Oliveira (2005), adensa o entendimento do que venha a ser ancestralidade, cada significado, direção, entrelace e tempo nos aproxima da

compreensão da profundidade, que vem sendo tratada a mística de fundação do Coletivo Nuvem Negra. Um paradigma que, traz a possibilidade do tempo e espaço no momento da fundação, em que ser negro torna-se sagrado.

Além do mais, a respeito dos processos de memórias individuais/corporais, memória coletiva e memória histórica da população negra, Evelyn Malafaia²⁴ também nos traz contribuições significativas:

Ressalto como os nossos corpos pretos memorizam o racismo, e como ressignificar essas memórias a partir de histórias sobre nossa ancestralidade (história de reis, rainhas e heróis) usando como instrumentos literaturas infanto-juvenis negra. Por conta do racismo, história que é contada sobre o negro e para o negro, remete ao negro escravizado, submisso, esvaziado de subjetividade, vontade, força e nobreza. Assim acredito na importância desse resgate de nossa memória ancestral, como possibilidade de acesso a autoestima, orgulho, segurança e pertencimento. Sendo assim, recuperar a memória ancestral do negro faz parte de um processo de cura.

Em virtude do exposto acima, do ponto de vista da população negra na sociedade brasileira, resgatar e preservar a memória é importante, pois marca o lugar do negro nesta sociedade, segundo a mesma autora:

Resgatar a memória do negro, antes do processo de escravidão, proporciona a possibilidade de relações mais prazerosas com o corpo e a sua história. São esses resgates de histórias e conhecimento do próprio passado que podem dar sentido às lutas e (re) existências do momento presente.

Quando perguntados sobre as razões pelas quais o Coletivo Nuvem Negra foi fundado, Ronilso nos aponta três razões. A primeira delas é:

[...] a necessidade de se auto afirmar dentro da universidade, acho que foi uma percepção de que alunos/as negros/as, eles não eram exatamente poucos, mas invisibilizados num nível muito difícil, silenciados, desarticulados. Eu acho que essa necessidade de autoafirmação dentro da universidade, não apenas como estudantes negros/as periféricos, mas como estudantes negros/as periféricos que pauta, que reivindica, que participam, que atuam, que interagem, que não vê esse lugar de estar na PUC como um privilégio concedido, mas como uma conquista e fruto de muita luta.

²⁴ Ver MALAFAIA, Evelyn Dias Siqueira. Memória Ancestral: uma potência para reconstrução de nossa história, 2019. O artigo investiga as consequências da história hegemônica na identificação do negro e a importância do resgate da memória ancestral.

Outro ponto destacado por Ronilso é a representatividade e a presença negra enquanto aspecto político dentro da Universidade:

Tem um aspecto político dessa presença negra na universidade e em uma universidade como a PUC, eu acho que isso fez diferença sim, sobretudo como o Nuvem Negra, eu acho que cresceu e avançou relativamente rápido, porque assumir essa presença política na PUC, em uma universidade como a PUC era algo realmente diferente, não era uma universidade pública, uma universidade que é um pouco símbolo dessa estratificação e em especial no Rio de Janeiro, situada na zona sul, num lugar muito zona sul, digamos assim, o quintal da elite carioca. Então, eu acho que marcar essa representatividade com a presença política negra na PUC era muito importante.

A outra razão importante assinalada por Ronilso é um lugar de acolhimento importante, para os/as estudantes negros/as, como uma rede de acolhimento que sempre foi pauta das reuniões do Coletivo:

Sempre foi um ponto importante para o Coletivo esses altos e baixos dentro da universidade, causa muitas crises, causa muitas dificuldades. Então, ter um lugar onde para além da ideia de movimento social, de pautas que são muito necessárias, mas ter um lugar que sobretudo acolhesse as pessoas, que acolhesse esses alunos e essas alunas. Então, junto com essa autoafirmação, eu acho que ter esse lugar de acolhimento é importante.

A experiência de não-acolhimento do/a negro/a na universidade, assim como nos outros espaços como a escola é marcada pelo racismo estrutural da sociedade brasileira, e potencializa o Nuvem Negra como um lugar de acolhimento, que para Obalera “tem uma dimensão importante, tem um ponto que é transversal que é o afeto”. As experiências pessoais eram compartilhadas já nas primeiras reuniões e nos lembra Luana: “lembro também que tiveram muitas reuniões que eram mais de escuta de trajetórias e a gente ficava em silêncio escutando a vida de cada um, de como chegou na PUC, qual foi o acesso, por onde, traçamos muito isso para nos conhecer também”.

Luana nos diz “as vezes surgia uma discussão ou outra dentro da trajetória de alguém como colorismo, por exemplo, de ser muito mais claro ou de ser muito mais retinto” e as diferenças que isso traz. Além disso, sobre o acolhimento Obalera assinala o desenvolvimento de uma metodologia que surge de experiências pessoais

e que possibilita a ampliação deste “lugar” de acolhimento pois o Coletivo se construiu fazendo:

A gente acolhia esse preto não definindo absolutamente nada, aqui pode isso, aqui não pode aquilo, as regras são assim ou assadas. Sem aqui pode isso ou aquilo e as regras são essas. Fazíamos o processo inverso, de acolher, compartilhar e acompanhar aquela história e perceber como aquela trajetória pessoal se ligava, estava conectada a tantas outras trajetórias de pretos de lugares diversos. A gente conectava!

Sobre a dinâmica do acolhimento durante as reuniões Juliana nos conta que, “todo mundo se apresentava, falava dos seus cursos e se conhecia”. É curioso e válido ressaltar que, apesar das múltiplas perspectivas e influências políticas e teóricas Obalera explica:

A gente recebia influência de muitos, sim, à medida que tinha gente de partido isso influenciava, mas não era determinante. A influência do movimento de mulheres negras com a teoria do feminismo negro interseccional. Perspectiva do terreiro e da igreja evangélica. Tinha a perspectiva de pessoas que não acreditavam no voto. Influências do pan-africanismo e da afrocentricidade. Influência do marxismo negro. E sobretudo influência das nossas experiências pessoais de cada um, das trajetórias. Essas experiências de nossas trajetórias são mais importantes para compreender o Coletivo Nuvem Negra do que essas divisões mais tradicionais.

As influências políticas e teóricas no Coletivo Nuvem Negra eram diversas e, sobretudo as experiências e trajetórias individuais compartilhadas no acolhimento também. Nos conta Juan, que a necessidade era de criar um grupo de pessoas para compartilhar questões, vivências e estratégias de sobrevivência dentro da Universidade:

[...] a necessidade ali no início era de criar um grupo de pessoas pra gente poder falar sobre nossas questões, falar sobre nossas vivências e quais eram as estratégias que a gente estava construindo e criando pra sobreviver dentro do contexto acadêmico, acho que passava muito por esse viés, de criar estratégias coletivas pra sobrevivência aqui nesse espaço, então, a gente tem a proposta do acolhimento, a proposta da escuta. Eu lembro que no início tinha muito esse viés, do receber, do abraçar, do compartilhar afetos.

Estratégias estas que contribuíam para permanência universitária, de resistir aos efeitos do racismo e de continuar a viver, de permanecerem vivos. Namibia nos

conta que, o Coletivo já nas primeiras reuniões se utilizava de três perguntas, eram elas:

Qual é o seu nome, de onde você veio, o que te trouxe até aqui e tinha uma quarta pergunta (...) que era como você se tornou negro? Eu nunca gostei porque partia do pressuposto que você já tinha se tornado negro. O que é isso? O que é se perceber negro? Esse era o tema que perpassava quase todas as reuniões.

Tais perguntas implicam que, nem todas as pessoas que chegavam ao coletivo tinham consciência política de “ser negro”. Sobre as perguntas elencadas por Namíbia, a psicanalista Neusa Santos Souza, nos traz contribuições sobre “tornar-se negra”:

Ser negro é, além disso, tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro. Em outras palavras em diálogo com nossa intelectual Lélia Gonzalez que nos diz “a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista.

A esse respeito, Juan nos abre a reflexão sobre o acolhimento enquanto rompimento do silêncio, a partir da escuta das trajetórias dos/as estudantes negros/as e a promoção de um espaço onde a pessoa possa ser ela mesma:

Então, o acolhimento é um princípio de receber, de acolher mesmo, de chamar para perto, de acolher e promover um espaço para que a pessoa possa ser ela mesma, para que ela possa se colocar na maneira como ela é e como ela se entende ser. Então, acho que o acolhimento fala muito disso, de você possibilitar que o outro seja a partir do seu encontro com ele, e escuta é você se colocar disponível para literalmente escutar, abrir um espaço não só pro diálogo, mas para que esse outro se coloque também, para que a sua narrativa rompa o silêncio, então acho que escutar é propiciar o rompimento do silêncio do outro.

Há um debate sobre o silêncio, enquanto algo positivo em determinadas circunstâncias, mas o “romper o silêncio” no fragmento acima, traz o sentido de romper com os silenciamentos. Embora sejam palavras semelhantes, os seus sentidos não são os mesmos. Silêncio é ausência da fala; silenciamento é o poder

exercido por uns que detêm o direito a fala sobre outros, que são intimidados ou negados o direito de falar, de se posicionarem.

No transcorrer dos fragmentos observo uma prática que chamo de uma “metodologia da palavra”, pois que diante de um ambiente hostil para corpos negros, que coletivamente em um lugar acolhedor são provocados a revisitar suas memórias, romper o silêncio inscrito nos corpos e nas palavras, vocalizando narrativas sobre o existir e reexistir, em que se identificam uns nos outros, ressignificando o ato primeiro de “ser negro, atrelado a dimensão política e dimensão social que definem as relações.

Walmyr nos fala dos temas debatidos nas primeiras reuniões, como “a necessidade da gente se organizar para realizar o primeiro evento de Descomemoração²⁵ do dia 13 de maio” e “depois a gente começou a falar sobre o acesso a literaturas e discutir alguns temas”. Leonardo nos fala de outros temas debatidos nas primeiras reuniões, como a “violência policial e do genocídio da população negra”. Luana destaca enquanto temas “a dimensão do cabelo”, a “questão da estética enquanto um ponto central das relações” e “apropriação cultural”. No que diz respeito a estética e ao conceito de beleza, num contexto de dominação de um grupo sobre o outro, ela pode servir como um marcador para a discriminação, a fim de excluir e segregar aqueles/as, que não performam o padrão estético de beleza hegemônica.

A despeito das ações iniciais do CNN, Leonardo evidencia as palestras, como a semana nuvem negra²⁶, em novembro de 2015 e inserção de intelectuais negros/as nas bibliografias:

As palestras na universidade não só para a comunidade negra mas para a galera branca pensar outras questões. A questão também de inserir intelectuais negros na bibliografia dos cursos da faculdade. Ganhar um espaço para ter aula sobre movimento negro. Percebo estas duas ações: mudança na academia e as semanas.

Ademais, Namibia rememora os principais temas das primeiras reuniões que:

Havia um questionamento ao 13 de maio, discutíamos muito sobre o colorismo pois era aquele momento em que muitos alunos não se identificavam enquanto pessoas

²⁵ Cartaz do evento de Descomemoração do 13 de maio no anexo.

²⁶ Cartaz da I Semana Nuvem Negra no anexo.

negras, esse momento de estar na universidade para estes alunos faz essa diferença, vira esta chave de começar a se perceber enquanto uma pessoa negra dentro da sociedade, dentro do espaço universitário. A questão de não termos disciplinas que tratasse a temática negra dentro da universidade e principalmente o fato de Lélia Gonzalez não ser lembrada em momento algum dentro da universidade.

Dito isto, Juliana conta que “o Coletivo foi tomando um rumo que a gente não conseguia segurar e a gente não sabia que ia chegar a um ponto de causar esse movimento na universidade, essa força da união de múltiplos talentos”. Obalera destaca enquanto diferencial do Nuvem Negra para outros Coletivos da época é:

A multiplicidade dos cursos de seus integrantes, Ciências Sociais, Teologia, Serviço Social, Direto, Administração, Cinema, História, Letras, Engenharias e a gente virou esse fenômeno e começamos a agir! A gente não começou muito reflexivo, a gente já começou trabalhando.

Entretanto, algumas tensões e debates específicos foram tratados pelos seus fundadores no início, nos relembra Namíbia que:

Os ânimos se esquentaram durante uma reunião por conta de uma questão de gênero, uma tensão que depois ficou leve, mais ou menos (...) Um dos princípios do Nuvem é dar visibilidade para a população negra, tanto estudantes quanto professores, pesquisadores e profissionais das mais diversas áreas. Mas dentro disso a gente também precisa dar visibilidade para as mulheres.

Para Namibia, independente da questão racial, as questões de gênero também se colocam: “aí não tem essa de eu sou preta e você é preto, mas eu sou mulher e você é homem, então a minha voz tem que ser ouvida, pois apesar de sermos os dois pretos a sua voz enquanto homem é mais ouvida do que a minha voz enquanto mulher”.

Nesta mesma direção, Leonardo recorda da liderança de mulheres negras, nas reuniões e reconhece a existência do apagamento histórico de mulheres negras dentro do Movimento Negro:

Eu lembro bem forte, espero não estar equivocado, a pontuação das mulheres no Nuvem. Como que mulheres negras tinham um certo apagamento no movimento negro e como que isso não poderia se repetir. Lembro muito das mulheres negras liderando as reuniões e pegando estas pautas de intersecção entre gênero e raça para conversa. Em várias reuniões esse tema aparecia. A questão de gênero era central no início do Nuvem Negra. E de fato é algo que não se pode repetir.

Sobre as relações de gênero Obalera destaca que:

Havia uma preocupação em colocar as mulheres nas atividades. Poderia ter mais mulheres do que homens, mas não o contrário. Sempre brincava que o Nuvem Negra era um coletivo de mulheres negras com alguns gays e héteros infiltrados.

Contrariando as formulações relatadas, que expunham em certa medida as religiões de alguns dos fundadores do Coletivo Nuvem Negra, Juliana relata seu desconforto:

[...] o que me deixou um pouco desconfortável foi que eu tinha recém-saído da igreja evangélica e estava com todas aquelas questões na mente ainda. Eu não gostava quando inicialmente já se tocava no assunto religioso porque para mim era uma indução a seguir determinada religião. Eu achei que poderia ter muitos problemas se começássemos falando de religião. Um irmão evangélico poderia se achar incomodado com algumas pontuações que eram as vezes agressivas no meu ponto de vista. Para mim foi bem tenso somente no começo e depois as coisas foram diluindo.

Quando perguntada sobre a existência de tensões nas reuniões ou dentro do Nuvem Negra Luana afirma que:

Existiu, teve uma vez que entrou uma menina que falava que era negra e a gente não considerou. Acho que foi uma das primeiras discussões que a gente teve sobre isso de como vamos tirar uma pessoa que não era. Ela não tinha nenhum traço e era impossível. Ela contou a trajetória dela e era sobre classe então ela tinha que ir para outro espaço.

Além do exposto acima, ainda perguntamos aos protagonistas desta investigação, o que é o Coletivo Nuvem Negra e obtivemos respostas variadas. Para Walmyr, a necessidade de sobreviver na PUC-Rio gerou um sentido de coletividade, irmandade e favoreceu uma experiência comunitária:

Sobreviver não no sentido da vida em si, mas dentro de uma ótica da saúde mental, do reconhecimento do outro como seu irmão que passa pelas mesmas dificuldades, mas organiza processo de superação das dificuldades, a coletividade, a irmandade que aquilo que inicialmente era um Coletivo pra debater projetos, seminários, intervenções, jornais, publicações, passou a se tornar uma grande família de cooperação, de sustento no bandeirão, distribuição de alimentos, distribuição de renda entre nós mesmos, facilitação de impressão, favorecimento de livros, flexibilização de acesso a literaturas que não tinham na PUC e isso começou a gerar um sentido de

Coletividade numa irmandade mesmo, a galera começou a se reconhecer enquanto irmãos e isso favorecia essa experiência comunitária.

A assistência estudantil para os estudantes negros/as é de suma importância, pois possibilitam a permanência acadêmica e que concluam seus estudos com dignidade, tornando-se o Coletivo um espaço de superação destas dificuldades. Para Juliana era uma “comunhão, a necessidade de estar junto, trocar experiências e se fortalecer. Não tem outra palavra, é uma irmandade, um acolhimento é uma extensão da nossa família”. E já para Obalera:

O Nuvem pra mim é fruto dessa consciência política, política esta que se dá alicerçada numa noção de movimento social. Uma noção de que as mudanças sociais, as rupturas sociais só são possíveis de acontecer através da luta política que se dá coletivamente. (...) O Nuvem é produto de uma coletividade. Ele na verdade, diria eu, tem muito de muita gente. Muito do DNA meu, do DNA seu, do DNA de Milena... de tantas pessoas que fizeram aquilo acontecer. Eu uso a palavra DNA porque tem muito da nossa ancestralidade ali. Resulta de muitas sementes de Baobá.

Percebemos assim que o Coletivo Nuvem Negra, traz muito a experiência dos indivíduos e conceitos de ancestralidade, comunidade e a reivindicação de uma mística de fundação pluriversal, com diversidades de histórias e de pessoas abertas a ver para fora de seus mundos outras experiências e histórias. Em sua insurgência, traz as características de pensar problemas de nosso próprio tempo e horizonte cultural, questionar o modo de estar e fazer na universidade.

3.3.

Os desafios e avanços de um Coletivo Negro Universitário?

Alguns desafios encontrados pelo Coletivo Nuvem Negra ao longo de seu processo de formação, foi respeitar as diferentes opiniões dentro de uma unidade, Luana salienta que, “ser coletivo é difícil”, pois “todas as pessoas não precisam concordar com uma ação do coletivo. Eu não preciso concordar com tudo que o coletivo faz, mas nem por isso deixo de ser do coletivo e as pessoas entenderem que coletivo é ação e presença”.

Do ponto de vista de Namibia, ela alega que a PUC Rio é uma “universidade majoritariamente branca como todas as outras” e aponta como um desafio as

dificuldades de discutir as temáticas raciais dentro da sala de aula. Já Walmyr conta que “ser negro na PUC-Rio já é um desafio, ser negro militante na PUC-Rio é um desafio maior ainda e os enfrentamentos com a institucionalidade”. Com isto, sobre a institucionalidade Obalera estabelece como primeiro ponto, denunciar a existência do racismo na universidade e a tensão racial existe nas relações e destaca a “ação número um era a denúncia e visibilização do racismo” existente na PUC assim como em todas as universidades e instituições do Brasil. Aponta o racismo institucional como um desafio que se manifesta:

Na hora das relações de proposição não davam o mesmo valor e crédito aquilo que a gente falava (...) Na disputa de currículo vai dizer que não é necessária uma bibliografia específica. Diziam que o ideal é a transversalidade (...) Não queriam fazer um recorte racial específico para dar conta das relações raciais.

Isso para Obalera está relacionado ao racismo institucional, que segundo ele “vai se construindo com esses discursos, são dispositivos de permanência do poder tal como está dado” bem como para Juan são “movimentos de silenciamento e de barreiras no caminho”. Outro apontamento enquanto desafio enfrentado pelo Coletivo, para Obalera é a invisibilização do conflito racial alicerçado pela operacionalização do mito da democracia racial:

No discurso da democracia racial acionado para impossibilitar o avanço no enfrentamento ao racismo. A dificuldade é essencialmente essa. O mito da democracia racial não caiu e ele opera. Essa arma ideológica permanece e é acionada a seu bel prazer quando fala-se de multiculturalismo para negar a especificidade racial. Uma dificuldade importante tem a ver com essas armadilhas construídas que aparentemente se dizem “do bem” mas esse discurso está marcado para inviabilizar o conflito e se não há conflito não existe a necessidade de mudar.

No Brasil, existem espaços em que corpos negros e brancos pouco convivem e se encontram muito pouco, sendo alguns cursos considerados de elite, dentro das universidades um desses espaços. Para Ronilso as dificuldades “não impediram que o Coletivo avançasse” criando estratégias, reunindo pretos e pretas, dentro da universidade e se consolidando enquanto Coletivo. Já no primeiro ano cria raízes profundas, o que significou uma conquista para Obalera:

A primeira conquista é a construção de um espaço preto dentro de uma universidade branca, onde pretos e pretas se sentissem a vontade de compartilhar dores, amores, sentimentos, sonhos, planejar o futuro, gerar estratégias para melhorar aquilo que entendemos ser ruim para nossa permanência dentro da universidade. Acho que a criação desse espaço é uma grande conquista e está lá até hoje.

Sobre os primeiros avanços, Walmyr considera como a primeira conquista a “autoafirmação, um Coletivo que se auto afirma, constrói a sua identidade e se consolida como um Coletivo organizado na universidade”. E Luana ressalta que, o Coletivo Nuvem Negra em sua fase inicial “deu voz para muitos estudantes negros nos seus cursos individuais e trouxe este lugar de força e poder porque tem um grupo que vai te defender” e relata que no começo deu voz para uma galera. “Por isso é Nuvem Negra você não está solto mais. No começo sem o Nuvem eu me sentia muito solta, acontecia alguma coisa comigo e eu não tinha com quem trocar, conversar se foi racismo ou não”.

Leonardo fala que “os avanços foram que hoje minimamente temos uma transformação dentro da academia em alguns temas, conseguimos acessar alguns lugares”. Além do mais, Obalera afirma que pretos e pretas passaram a andar de cabeça erguida nos Pilotis:

Isso parece pouco, mas a gente que vive aquilo ali... aqueles pretos não iam mais só da sala pra biblioteca, passaram a dizer “esse espaço me pertence! Vou acessar a biblioteca porque ela também é minha. Vou entrar dentro do centro acadêmico. Quero nem saber! Vou usufruir do micro-ondas da minha casinha na vila. Essa conquista que parece pouco mas é fundamental, porque tem a ver com o cotidiano e com a mudança da relação com o espaço. Fico arrepiado!

Esta conquista para Obalera no “primeiro momento está na dinâmica do simbólico” e que “no campo do simbólico é se apropriar daquele lugar”, mas que sabe muito bem que se altera o efeito do lugar “a medida que a gente altera o efeito que ele tem sobre nós e a PUC deixa de ter o mesmo efeito”. Nas dinâmicas do cotidiano usufruir e ressignificar, produz um sentimento de pertença em relação ao espaço.

Na ocupação dos espaços, o pilotis da PUC Rio, foi palco de diversas atividades do Coletivo, para Juan causou “um estouro no seu início, o que eu posso dizer, foi uma explosão literalmente nesse contexto” que “foi o principal palco de agência do Coletivo, colocando as nossas mesas, discutindo as nossas pautas,

denunciando a universidade e apontando outras possibilidades, outras epistemologias possíveis, outras vivências, então, ganhou uma notoriedade”

Relembra Namíbia que em 2015 no pilotis “tivemos um evento das pessoas ficarem penduradas nas escadas para ouvir o que estava sendo falado, pessoas vindo de outras universidades” para escutar como por exemplo a Cláudia Alves, Zezé Motta e Lázaro Ramos. Neste sentido, Ronilso também destaca como avanço o primeiro evento do Coletivo no pilotis da universidade:

Nossa primeira atividade eu acho que foi muito forte, o Nuvem Negra chegou como um Coletivo muito forte porque foi um evento muito forte de repercussão importante, acho que a gente levou pessoas importantes, nomes importantes intelectualmente muito bem pensados, e nomes importantes que ajudaram a dar visibilidade (...) Então, eu acho que isso já marcou a nossa presença na universidade.

E Namíbia conta que “alunos/as do ensino médio acompanharam o evento e diz ter sido incrível a presença deles/as”, Juliana sobre toda esta movimentação dentro da universidade relata que:

[...] a gente mostrou que os negros quando se unem pra fazer um trabalho não estão de brincadeira. A gente movimentou a faculdade. Acho que todo mundo ficou “meio assim” em relação as atitudes racistas. Sei lá! De não explicitar o racismo que já está mesmo entranhado pois sabiam que ali existia um coletivo que poderia colocar um amplificador para as atitudes que um determinado grupo tomava.

Em consonância, Obalera reafirma a importância de amplificar as ações do Coletivo através de discussões públicas que ocorriam nos pilotis:

Um ponto importante foi produzir debates públicos, a gente não fazia nada em sala de aula. Nossas atividades sempre foram nos Pilotis, e não foram nos Pilotis porque era um lugar que não pagava, mas porque se entendia que era importante dizer que os pretos existem, estão organizados e entendem que isso é uma discussão pública e é publicamente que vamos resolver isso. Não tinha nada em quatro paredes, era ali!

Namíbia aponta como uma conquista principal do Nuvem, intencionalmente ou não, foi “o reconhecimento da universidade, a PUC olhar para o Nuvem e reconhecer que é um coletivo legítimo, tem suas demandas, precisa ser ouvido”. Namíbia complementa dizendo que o reconhecimento da universidade foi primordial:

Você chegar na vice-reitoria comunitária, acadêmica, departamento, com um documento com a logo do Nuvem Negra se apresentando e dizendo o que precisamos e ser recebido. “Precisamos de uma reunião com o vice-reitor” e essa reunião existir. “Precisamos de uma reunião com um departamento para tal questão” e essa reunião existir. De longe o reconhecimento da universidade é o maior ganho do Nuvem.

Para Juliana, “existem pessoas que tem voz e quando chegam em algum departamento reivindicando algo, elas têm base para isso, neste sentido Luana relata que “quem ia eram os mais velhos para discutir mesmo”. Uma das estratégias do Coletivo na requisição de disciplinas ou em assuntos específicos, era de encaminhar para as reuniões as pessoas mais velhas ou aqueles que detinham mais conhecimento no assunto. Acerca dos processos reguladores do sistema de ensino Gomes (2017), diz:

Há também outras questões como os processos reguladores do sistema de Ensino Superior brasileiro como, por exemplo, os currículos, a distribuição e oferta de disciplinas, as bolsas de pesquisa e de extensão, a abertura de vagas para professores negros universitários em atendimento à Lei 12.990/14 (...) a destinação desigual de recursos públicos para as diferentes áreas de conhecimento. (Gomes, 2017, p.118).

Posto isto, é preciso tornar visível as demandas e a dinâmica racial existente dentro da universidade, para Obalera também se constitui enquanto um avanço:

Uma outra conquista é a visibilização da dinâmica racial da universidade, não que o debate já não existisse, mas agora especialmente a partir do protagonismo preto. De outra maneira estávamos disputando e racializando aquele lugar de diversas formas e as relações de poder. A gente muda a cara da universidade nesse sentido, os pretos deixam de ser apenas alunos e passam a protagonizar aquele espaço assim como os Centros Acadêmicos, o coletivo de mulheres, cria-se uma outra forma de organização dos estudantes, que não é movimento estudantil. Coletivo negro não é movimento estudantil, porque se dá de outra forma.

Sobre o protagonismo da organização de pretos/as a partir da universidade Obalera segue dizendo:

No mais, a conquista que se dá dentro da universidade se torna uma organização que fala pelos pretos da universidade e que tem poder e condições de interceder e criar pontes nas dificuldades institucionais. Ouviam porque não era um preto sozinho, era uma organização que tinha o reconhecimento institucional da universidade. O Nuvem Negra apesar de não constar institucionalmente como representação política do corpo discente passou a ter esse “mesmo lugar institucional”.

O reconhecimento institucional citado por Namibia somado as pontes institucionais apresentadas por Obalera, proporcionou segundo Juliana, avanços significativos dentro da universidade, como “disciplinas, a criação de propostas para programas de pós-graduação, de implementação de políticas de ações afirmativas”. Que para Obalera se constitui uma dimensão importante das demandas do Coletivo, “que era a da bibliografia, a gente disputava, cobrava e propunha autoras e autores negros”.

Walmyr relembra que, “a implementação de disciplinas nos departamentos vão garantir conteúdos científicos e acadêmicos sobre políticas antirracistas surgiu primeiro no departamento de Ciências Sociais, depois no departamento de Relações Internacionais. Juliana acrescenta que também ocorreu concomitantemente no Departamento de Direito enquanto “fruto desse movimento do Coletivo”. Entretanto, Leonardo problematiza a existência de poucas disciplinas relacionadas as relações étnico-raciais, enquanto cientista social em formação, relata sua própria experiência em um Colégio em Madureira:

As pessoas vão acabar se formando em literatura branca, feita majoritariamente por pessoas brancas e não vão ler Conceição Evaristo, por exemplo. O que se torna muito incompleto. Quando você for dar aula em um Colégio em Madureira ou algo do tipo, vai ter na sua frente uma turma majoritariamente negra. Como você vai chegar apenas com essas referências? Eles não vão absorver da mesma forma que se você viesse com uma escrevivência da Conceição Evaristo, enfim. Eu senti isso na prática, a galera curte escrevivências e lê histórias próximas as delas, abre muitas discussões importantes. Ganhamos muitos espaços mas temos desafios muito importantes pela frente como tornar estas disciplinas obrigatórias dentro da PUC.

Para tornar as disciplinas obrigatórias assim como efetivar outras ações, o Coletivo se utilizou de estratégias de atuação gestadas em seu interior, Luana conta que:

Acho que exista uma caixinha nas individualidades. Eu com minha paixão por escolas, a Gabi com o jornal, tinha ali caixinhas das individualidades de como posso fazer ações políticas. Acho que surgiu de uma energia, a gente tinha ideias de ter ações afirmativas, políticas de cotas e marcar nossa presença e a estrutura foi muito coletiva.

Nesta continuidade, Ronilso relata que as ações do coletivo e as estratégias de ação foram “pensadas gradativamente, no nosso dia a dia, de experiência na PUC, fomos sendo afetados por essas demandas que nos atravessavam” e diz:

A gente sentiu falta ou sentia falta de um evento, de uma atividade pública na PUC que fosse construída a partir do povo negro, dos alunos negros, das alunas negras, dos professores negros, etc. Um evento construído pelos negros e que fosse atravessado pelas temáticas que são importantes, significativas para a população negra, embora com muita presença, evidentemente, da galera preta, mas um evento pensado para a universidade, para falar com os alunos e alunas brancas da universidade, com os professores e departamentos.

No mesmo sentido, Luana reafirma a necessidade de um evento e debates de forma ampla dentro da universidade, assim como Ronilso construídos a partir do povo negro e acrescenta:

A gente sentia uma necessidade daquele debate estar de uma forma mais ampla na universidade a gente vai lá e faz um evento. A gente sente a necessidade de discutir aquela temática que não tem na sala de aula, a gente vai lá e constrói aquela disciplina. A gente sente necessidade da nossa escrita estar naquele espaço a gente vai lá e faz um jornal. A gente sente necessidade do nosso debate estar dentro da escola, a gente vai lá cria o Nuvem nas Escolas e vai para dentro das escolas. Basicamente a gente faz tudo por necessidade. Foi tudo meio que assim e por isso acho que foi espontâneo.

Ronilso e Luana destacam que, “as iniciativas estavam sempre entrelaçadas, imbricadas com as nossas demandas, as nossas necessidades”. De outro ponto de vista, era um modo de leitura da conjuntura de maneira coletiva, em que os próprios atores políticos educam uns aos outros, agenciam espaços públicos de denúncias e reivindicações, assim como produzem conhecimento de maneira autônoma através do Jornal Nuvem Negra, e por fim educam para as relações raciais aqueles/as que não chegaram as instituições de Ensino Superior. Com isto, transformam o próprio conhecimento convencional construído a respeito deles/as.

De outra forma, uma das estratégias para Luana, era “entender todos os mecanismos da PUC, com quem a gente tinha que falar e onde” para Ronilso:

[...] tornar a vida do estudante negro na PUC um pouco mais acessível, com relação aos benefícios que eram possíveis, com relação à passagem, com relação ao almoço, com relação à logística, levando em consideração que grande parte desse grupo, era um grupo que estava do Rebouças pra lá e alguns do Rebouças muito mais pra lá.

Ao dizer isto, Walmyr nos traz a reflexão de que a vida do estudante negro/a é um percurso árduo em que se atravessam muitos obstáculos, relacionados a assistência estudantil e ao básico para o desenvolvimento e bom desempenho no ambiente acadêmico, como a alimentação, transporte e material de estudo.

Outra estratégica era acolher os estudantes do ensino médio no evento denominado, “PUC por um Dia”, em que estes estudantes visitavam a PUC-Rio e participavam de atividades. Recebiam do Coletivo Nuvem Negra um folder²⁷, contendo informações sobre racismo, ações afirmativas e cotas raciais, pré-vestibulares comunitários e sobre o Coletivo. Ainda eram estimulados a criarem Coletivos Negros, dentro de suas escolas. Ademais para Namibia é um momento muito importante, pois, a universidade fica lotada de estudantes do ensino médio:

Eu trabalhei no “PUC por um dia” três ou quatro anos seguidos e é loucura porque a universidade fica lotada. São esses alunos do ensino médio que serão os futuros alunos da universidade. Principalmente, os alunos negros da escola pública que olham para aquele lugar onde é gravado filme, novela, um lugar que você anda pelos corredores e vê “fulaninho” que é filho do político tal, da atriz tal ou o próprio ator famoso. É um ambiente intimidador e o Nuvem Negra conseguir encontrar os secundarista no “PUC por um dia” é um avanço.

Nesta perspectiva Obalera, diz que um “coletivo negro é fonte de inspiração para outros pretos e pretas verem o espaço universitário não só como possível, mas como um espaço de direito”. E continua a dizer sobre o “PUC por um dia” que o “coletivo negro inspira outros pretos e pretas a entrar no espaço universitário, que é uma experiência muito real do Nuvem Negra”.

Nesta lógica, Namibia afirma que é importante acolher os alunos/as negros/as que ingressam na universidade já na primeira semana de aula, pois não teve esta experiência: “como foi o meu caso eu cheguei na PUC-Rio não conhecia ninguém e não sabia de nada. Agora, ter um coletivo com pessoas que já passaram o que você está passando e pode te dar uma orientação é fundamental”.

²⁷ Folder no anexo.

Então o Coletivo também é o local estratégico de orientação para os/as estudantes negros/as recém ingressos/as na universidade. E serve como fonte de inspiração, para aqueles que ainda não entraram, mas desejam ingressar na Universidade.

Já pensando para fora da universidade, Walmyr sinaliza como foi importante o momento quando o Nuvem Negra começou a reconhecer-se como um Coletivo para fora da PUC, porque quando esse movimento acontece segundo Walmyr, “outras universidades começaram a se referenciar no Nuvem Negra, “caramba a galera da PUC está se organizando, vamos fazer igual”. Ronilso considera enquanto um marco importante a “demanda que surge a partir do momento que a gente começa a falar fora da PUC, acho que essa é uma característica importante do Nuvem Negra”. Pois para Ronilso o Nuvem Negra, “tinha referenciais de pessoas com certo trânsito fora da universidade, que palestravam muito fora da universidade”, o que ajudou de certa maneira a dar visibilidade para o Nuvem Negra e ao que estava acontecendo ali na PUC.

Acerca do Projeto Nuvem nas Escolas, nasce segundo Luana, em novembro, em função da Lei 10.639/03 e da necessidade de visitar as escolas públicas, “era uma demanda para o coletivo que levei e falei que acho que a gente deve estar nas escolas e um grupo pegou isso”. A partir de então o Nuvem Negra passa a atuar dentro e fora da Universidade, compreendendo através de suas experiências e práticas a importância de estar presente no ensino médio em função da Lei 10.639/03. Walmyr tece considerações sobre o Nuvem nas Escolas e diz que:

Levar o Nuvem Negra pra escolas da rede municipal e estadual para favorecer um complexo de afirmação da identidade de jovens estudantes secundaristas negros dentro da perspectiva que ele também tem a possibilidade de acessar o ensino superior e isso que é o fantástico. Isso que é o barato. O Nuvem nas Escolas favorece essa construção da identidade negra, autoafirmação, eleva a autoestima e favorece que o estudante da rede municipal e estadual almeje um dia entrar em uma universidade de ponta como a PUC-Rio.

A esse respeito, a própria protagonista do Coletivo Nuvem Negra e líder do projeto Nuvem nas Escolas em seu artigo “Vivências e Experiências: Uma reflexão sobre o projeto Nuvem nas Escolas” nos elucida:

O projeto Nuvem nas Escolas visa atravessar os muros da universidade e adentrar nas escolas públicas e particulares do Estado do Rio de Janeiro e trocar saberes afro-brasileiros e africanos, resgatar o afeto e a ancestralidade, construir a identidade negra positiva, dar a possibilidade de voz e potencializar as experiências através da contação de histórias e teatro para a Educação Infantil, rodas de conversa e oficinas para o Ensino Fundamental e Médio. (Fonseca, 2018, p. 1).

Outra estratégia a foi a criação do Jornal Nuvem Negra, que nasceu da necessidade de expressar as vozes dos/as poucos/as alunos/as negros/as da PUC. São estudantes negros/as pautando e narrando suas próprias questões e histórias. Já no argumento de Obalera, a criação de um “jornal impresso foi uma ferramenta fundamental, porque circulava na mão de todo mundo e rolava burburinho, o jornal tinha impacto” Obalera acrescenta:

Havia um entendimento que o jornal impresso era uma ferramenta importante para cobrar e constranger. Num contexto que nem o departamento de comunicação tinha um jornal próprio. O Jornal Nuvem Negra veio como ferramenta importante de visibilização. E mesmo fazendo isso usando aí sim uma linguagem preta respeitando a configuração universitária. Constrói infográfico e uma discussão política baseada em literatura preta, debates nacionais e internacionais sobre o tema e constrói um repertório. Demonstrar que tinha um debate histórico sobre isso, nacional e internacional e traz essas referências

Luana relembra que, “queria muito um jornal impresso para resgatar um pouco da história do movimento negro que antigamente tinha muitos jornais impressos e uma memória de registro físico”. E relata “vi professores pegando o jornal e repensando o que eles estavam dando em sala de aula”. Ronilso nos conta que um dos objetivos do jornal era:

Deixar um legado enquanto material, enquanto produção de reflexão, ter a nossa contribuição para o material de reflexão acessível é para além das redes sociais, a gente sabe, grande parte do nosso povo não tá com acesso a internet assim a todo tempo, sobretudo os nossos mais velhos, essa demanda nos inspirou para a iniciativa do Jornal Nuvem Negra.

O próprio Coletivo Nuvem Negra, através de seus processos de luta política, contribui para a produção de saberes, para os rumos do conhecimento científico e proporciona à universidade outras formas de conhecimento, que estão fora do cânone. Juliana descreve a produção intelectual do Jornal, para além do que a

universidade propõe e que colaborou para o crescimento intelectual de seus integrantes:

O jornal circulou entre os professores, aquilo dali era a materialização da construção do coletivo. A gente enfim chegou ao ponto de ter uma produção nossa que colaborou com o nosso crescimento. Teve o bum “nós somos Nuvem Negra e estamos aqui” depois fomos nos desenvolvendo intelectualmente fazendo trabalhos que a própria universidade não propõe. Não é chegar e fazer um curso “x”, é você chegar e mostrar o que você tem para além do curso que você faz. Nossas estratégias foram mais voltadas para isso, vamos produzir para além do que a universidade propõe.

Em outras palavras, além de reeducar a universidade para as relações raciais, o Jornal do Coletivo Nuvem Negra, colaborou com o crescimento e desenvolvimento intelectual de seus integrantes. Walmyr diz que, o fortalecimento do Jornal Nuvem Negra, possibilitou o conhecimento das bandeiras de luta do Coletivo para dentro e para fora da universidade como também para a:

[...] autoafirmação do Coletivo, a identidade do Coletivo, as bandeiras de luta do Coletivo que estavam ali presentes, e isso daí se fortaleceu a partir do jornal. O jornal leva o Coletivo para fora da universidade, as pessoas conhecem fora, mas principalmente dentro da PUC as pessoas diziam “não, peraí, esse é um Coletivo sério, olha a produção que eles estão fazendo”.

Na continuidade, Juliana tece relações entre a produção de conteúdo do Jornal Nuvem Negra e a necessidade ainda hoje de afirmar a intelectualidade de pessoas negras:

Na época do jornal a gente se reuniu para falar sobre essa coisa, as intelectuais negras e a gente colocou no jornal. Vai chegar um tempo que a gente só vai precisar falar intelectuais que as pessoas já vão entender que existem pessoas negras inseridas ali. Hoje, a gente precisa entender que é uma necessidade categorizar, o negro escreve, o negro forma ideias, hoje ainda precisamos dizer isso. Vamos chegar a um nível que isso vai ser conquistado.

Adiante, Obalera salienta que a demanda por visibilizar autores e autoras negras tomava corpo, culminando na campanha “quantas professoras negras você tem?”. Walmyr assinala enquanto avanço “o constrangimento da universidade para a contratação de novos quadros de profissionais que fossem negros que tivessem na docência, em salas de aula”. Entretanto, Namíbia destaca outras mobilizações, que

o Coletivo foi pensando com o tempo, como o "Nuvem sem Fronteiras", que é um projeto para intercambio no exterior e saliente que:

Não era uma demanda que se apresentava logo no início, mas com o tempo a gente foi pensando. Todas as mobilizações do Nuvem foram e são pensadas de acordo com as demandas. A própria questão de divulgação de vagas de estágio como o coletivo não é de um curso só, somos da universidade toda, então temos alunos de todos os cursos. Nessa questão de emprego e estágio que é fundamental, estamos sempre precisando levantar dinheiro. Apesar de não ter um banco de divulgação de vagas é uma constante no grupo de WhatsApp. As demandas acabam aparecendo normalmente.

Juan salienta que, “a gente vem fruto de um movimento, fruto de um sopro, fruto de uma agência que veio antes da gente, então, a gente não está inventando a roda, é importante falar isso” e complementa:

Mas com o Coletivo muitas coisas também se tornam concretas dentro da universidade, programa de pós-graduação e de graduação também abrem as suas portas, para que a gente pudesse conversar, para que a gente pudesse dialogar, para que fosse repensado a bibliografia dos cursos, para que fossem pensadas as estruturas do curso, as estruturas docentes e discentes também, de inclusão e permanência do alunato, a criação de programas de estágio voltado para alunos negros e negras, então, a gente tem um série de movimentos e de conquistas muito significativas, fruto também dessa movimentação do Coletivo.

Afinal de contas para nossos/as protagonistas o que são os Coletivos Negros Universitários? A pergunta está em nosso encalço desde o início da pesquisa, podemos começar por Obalera, que nos diz “ são formas de organização de jovens negros que veem nesse espaço a possibilidade de fortalecimento pessoal, coletivo para luta e construção de estratégias que visem a destruição de todas as formas de racismo”. Para Luana são “espaços de reivindicação, política, acolhimento e entendimento que a gente ainda precisa desses espaços, principalmente nos espaços universitários” e ainda complementa que, “Coletivo Negro vem de movimento negro, movimentação e ação direta, vem de política e pedagogia antirracista” para ela é um espaço de conscientização.

Quando perguntada sobre quando um grupo de pessoas passa a se tornar um coletivo, Luana compartilha sua percepção:

A partir do momento que começamos a pensar em ações e sair da situação de racismo pontual dentro da sala e pensar como vamos ocupar esse espaço viramos coletivo. No começo era um grupo para compartilhar histórias individuais e trajetórias de quem chegou ali ou foi difícil ou não ou como era a formação da minha família ou como me descobri como pessoa negra nesse espaço ou foi antes ou depois, com que idade. Quando começamos a pensar em ações externas a isso formamos esse coletivo.

Para Leonardo os Coletivos Negros Universitários são “resistências que nascem dentro da universidade com as pessoas que estão ali se formando, mas que podem transcender o espaço”. Ademias Juliana relata que os “coletivos negros são forças, jovens que se reúnem porque se sentem encurralado no meio acadêmico e se reúnem para se fortalecer nesse mundo que é cruel” e adiciona a sua narrativa: “o Coletivo ele veio porque a gente é massacrado desde que a gente nasce. A gente entra no mundo acadêmico e a gente precisa de apoio e suporte. Esse suporte mútuo a gente encontra dentro dos coletivos”.

Tendo em vista nossa pergunta acerca dos Coletivos Negros Universitários Walmyr descreve:

São ferramentas políticas de organização da juventude negra no Ensino Superior. São experiências onde jovens conseguem encontrar coletividades que vão lhes garantir trocas, troca de informação, troca de conhecimento, troca de refeição, troca de alimentação, troca inclusive de afetos aonde experiências afetivas surgem, pessoas se conhecem, namoram, vão viver a vida, vão tocar projeto de vida juntos. Após o processo de formação acadêmica tem a questão do acesso ao mercado de trabalho, os jovens negros que indicam jovens negros para acessar mercado de trabalho, então, é uma grande rede, uma rede comunitária dessa experiência dos jovens que passam pelo movimento.

Esses aspectos descritos acima nos apontam para um movimento de circularidade em que os jovens que fizeram parte do Nuvem Negra já formados e inseridos no mercado de trabalho indicam outros jovens negros, para acessarem o mercado de trabalho. Em contrapartida, Juan fala que é complexo a tarefa de definição do que são coletivos negros universitários, mas que se pudesse classificaria coletivos negros universitários, como “agências negras potentes, para que a gente não continue mais vivendo sobre essa égide colonialista, racista, eurocentrista e brancocêntrica, que a nossa sociedade foi forjada e ainda é produzida”. Nesta direção Gomes (2017, p. 117) diz “ao questionar e criticar o ideal de brancura impregnado na sociedade brasileira e na lógica da branquitude

construída nas tensas relações de poder. O Movimento Negro constrói um saber emancipatório”. Além disso, Juan acrescenta a sua definição sobre coletivos negros:

[...] coletivos negros são agências negras, são insurgências negras espalhadas nos mais diferentes contextos que podem ter um fio condutor, que eu acredito que seja a luta negra, antes da gente entender grupos negros como movimentos negros, nós sempre tivemos grupos negros insurgentes pleiteando a sua possibilidade de vida e de existência no mundo. Então, se eu pudesse classificar, eu diria que coletivos negros são agências negras, são grupos que estão ali voltados para a reconstrução de uma outra civilização possível, para que as nossas existências se tornem possíveis, então, são grupos que estão ali criando estratégias de sobrevivência mesmo, né então, tem esse viés da luta, tem o viés da emancipação.

Ronilso nos destaca a importância da presença dos Coletivo Negros Universitários no lugar de poder e saber, que é a universidade enquanto referência para alunos negros e negras e os descreve como:

[...] um grande novo movimento de ocupação dos espaços de poder que é esse lugar do saber que é a universidade na atualidade. Nós tivemos pouca presença de negros e nossa intelectualidade preta ainda não valorizadas, não reconhecidas na estrutura oficial na bibliografia oficial. Nesse momento contemporâneo, os coletivos negros universitários como um movimento importante, debaixo para cima se torna um ponto de referência importante para alunos negros e alunas negras dentro da universidade.

Já Obalera, acrescenta ao entendimento sobre a potência de um coletivo negro dentro do espaço universitário, o fato de ser composto por pessoas de diferentes cursos:

No caso de um coletivo negro dentro de um espaço universitário se dar por meio do contato com outra literatura e outros autores e autoras. Não estou falando somente do livro porque o cara que é do designer vai ter contato com essa outra forma de construção de imagem. Cada um vai buscar um pouco suas referências. Um coletivo negro tem essa potência. Esse espaço tem uma importância muito grande e é um lugar central. O espaço não é físico, ele se faz presente quando pretos e pretas estão presentes.

Em seguida, após refletirmos junto aos protagonistas sobre os significados de um coletivo negro universitário, daremos um mergulho profundo acerca dos impactos do Coletivo Nuvem Negra em suas vidas.

3.4.

Um mergulho em profundidade: os impactos do CNN na vida dos/as entrevistados/as

No alto de um despenhadeiro com os pés firmes no chão, logo abaixo o mar com as ondas batendo nos rochedos e no infinito o horizonte. Respira-se fundo, toma-se coragem, enquanto o corpo pende lentamente para frente ao mesmo tempo reclina-se os joelhos e dão impulso. Um mar ainda desconhecido. Um mergulho em profundidade é um afetar e ressignificar das nossas próprias histórias. Nos convida a pensar sobre as profundezas do ser, sobre as bases que sustentam nossas identidades, ações, crenças e quais são os impactos decorrentes deste mergulho.

Sobre o mergulho em profundidade Juan nos conta que:

O Coletivo tem muito disso, me conectou a uma ancestralidade que eu desconhecia, me conectou com coisas minhas que eu não queria entrar em contato, porque a minha religião não permitia, porque o discurso moral dos meus pais não me permitia, então, foi literalmente um mergulho numa profundidade. Assim, é claro que todo mergulho para quem no primeiro momento não sabe nadar é desesperador, mas eu fui lançado nesse mar, e também foi muito bom porque eu consegui voltar a superfície cada vez mais parecido com aquilo que eu queria ser, com aquilo que eu me reconhecia, com aquilo que eu sabia que eu era, mas que por inúmeras questões que me atravessavam eu não olhava para isso.

A partir da importância da narrativa acima juntamente com a imagem da amplitude do mar carregado de simbolismos em que o protagonista se joga mesmo não sabendo nadar, diz ao pesquisador, que as transformações vividas dentro do Coletivo são extensas do início ao fim. São potentes e possibilitam uma conexão com a ancestralidade, e reconexão consigo próprio. Nota-se transformações em todos que passaram pelo Nuvem Negra segundo, Obalera, “seu pertencimento enquanto pessoa, de se olhar no espelho e se amar, se achar bonito e desejado, dizer que fala bem, escreve bem, tenho condições de falar publicamente. O coletivo negro tem essa dimensão”.

Na mesma direção Juan traduz em metáforas os processos de transformações e reconstrução da sua própria pessoa:

Eu tinha muitas defesas, muitas cascas e a gente começa a refletir sobre elas, muitas coisas começam a colidir, muitos conflitos começam a surgir por conta disso e nesse meio a gente se vê nu, essas cascas caem, essas roupagens caem e a gente se vê numa

de ter que costurar, de reconstruir uma roupa, uma roupa que melhor se identificasse com que a gente se sentia, da maneira como a gente se via. Então, foi muito esse movimento, de me reconstruir, de me reconectar mesmo, comigo mesmo.

Podemos deduzir a partir da fala expressa acima, que as defesas e cascas podem ser próprias de uma sociedade em que pessoas negras impactadas pelo racismo negam sua negritude e Juan continua:

Eu sempre tive cabelo cortado, meus pais me obrigavam a cortar o cabelo, meu cabelo eu deixei crescer para ver como que iria ser, queria experimentar... Porque é uma mudança não só de mentalidade, mas uma mudança de corpo também, o meu corpo mudou, o meu corpo era muito enrijecido. Então, meu corpo hoje é mais livre, é mais solto e aí isso vai se expressar nas minhas características físicas também, como o meu cabelo, como a barba.

A experiência de participação dentro do Coletivo Nuvem Negra, uma aceitação e reafirmação da corporeidade negra onde a reconstrução das narrativas desde as primeiras reuniões ressignificam as trajetórias, os corpos e as mentalidades. Para Luana os impactos de sua participação no Coletivo “trouxe uma consciência racial muito grande para mim da importância de ocupar os espaços e fazer presença e ter ações antirracistas”. Ela afirma que:

Depois disso todos os meus trabalhos acadêmicos giravam em torno de questões raciais, primeiro que sou das Ciências Sociais e segundo que não poderia estudar teoria sem estar junto com os meus, pensando nos meus e pensando na gente. Fiz uma monografia que discutiu transição capilar de alunas negras na escola que a gente atuava e foi pelo Nuvem Negra que acessei essas alunas. Foi num debate no Nuvem nas Escolas que ouvi elas falando e descobri meu tema de monografia. Elas falaram que a partir do momento que assumiram o cabelo o desempenho escolar delas melhorou.

Ou seja, as alunas que assumem sua estética negra melhoram seu desempenho escolar. Ao ler o relato de Luana observa-se também um direcionamento na produção acadêmica em torno das questões raciais, e que sua atuação política imbricava com a teoria e com sua produção intelectual. O seu tema de monografia está relacionado à valorização estético da beleza negra, posta enquanto suspeita em uma sociedade racista.

Para Namíbia sua passagem pelo Nuvem Negra foi ótima e a fez refletir sobre muitas coisas importantes:

Foi um momento que comecei a pensar o movimento negro, a cultura negra, a cultura afro-brasileira, afro-descendente, afro-diaspórica com a pegada mais acadêmica e crítica. Estar no Nuvem me proporcionou isso de uma forma mais profunda por assim dizer e me fez despertar para outras questões e problematizar o meu papel enquanto mulher e futura mãe de uma menina negra dentro dessa sociedade e nos espaços que a gente tem que batalhar muito para alcançar. Foi ótimo e me fez refletir sobre muitas coisas, sobre maternidade, ser mulher, relacionamentos afetivos, sobre muita coisa importante.

Dito isto, Leonardo entra no Nuvem Negra contemporaneamente quando entra para o candomblé:

Eu sou candomblecista e certamente me fez valorizar o que estava se passando ali, tanto o contato interno na minha casa de santo quanto na casa do meu avô de santo, como também no convívio com pessoas de religiões afro-brasileiras. Me fez enxergar a importância e o quanto isso faz diferença na nossa vida.

Em razão disso, o impacto destacado por Leonardo, relacionado ao Nuvem Negra, foi “a forma como eu lidei para valorizar aquilo que estava acontecendo ali, para podermos ter Jege²⁸ hoje em dia, cantigas, rituais etc., certamente me trouxe um olhar de valorizar o que estava se passando ali no campo religioso”.

A respeito de religiosidade, Juan também declara ter sido afetado pelo Nuvem Negra:

Eu vinha de uma matriz cristã e tive que me ver com tudo isso também. Hoje eu não pertencço mais, mas é um movimento que até hoje eu tenho que lidar, um movimento que eu tenho que fazer sempre. Então, hoje eu não pertencço mais nenhuma experiência de fé cristã, embora minha vivência tenha sido muito arraigada nisso. Assim, as vezes muita coisa vem né, então ainda tem um trabalho, literalmente um trabalho que eu ainda faço nesse sentido de me despir dessa religiosidade que tem marcas muito profundas, mas hoje eu não pertencço mais a nenhuma pertença de fé cristã religiosa.

No sentido religioso, o pastor evangélico progressista Ronilso, expõe que o Nuvem Negra foi uma experiência muito rica em diversidade religiosa, pois proporcionou a ele:

²⁸ O Candomblé Jeje, é o candomblé que cultua as divindades Voduns da Mitologia Fon que engloba os povos língua ewe, língua fon, língua mina e os fanti ashantis, que hoje seriam da região dos países da Nigéria, Gana, Benin e Togo. Foram levados para o Brasil pelos africanos escravizados em várias regiões da África Ocidental e África Central.

[...] criar um diálogo a partir da perspectiva da teologia negra, construir e conviver com irmãos e irmãs das religiões de matriz africana, do candomblé ou umbanda...Essa foi uma experiência muito bonita de convivência, de respeito, de diálogo e construção comum. O Nuvem Negra me deu alguns melhores amigos, inclusive a partir desse lugar de fé diferente. Me deu melhores amigos para dividir a história, dividir a vida, dividir projetos, planos e objetivos. Então, acho que é um impacto forte e intenso.

Entretanto, quando perguntados sobre os impactos no seio familiar, Namíbia relata que o Nuvem Negra invadiu sua relação com sua mãe e irmão, e descreve sua chegada em casa após uma reunião do Nuvem Negra:

Eu saía das reuniões do Nuvem e no primeiro momento contava: “cara, teve reunião do Nuvem você não vai acreditar, conversamos sobre tal coisa. Olhava para um lado e fulano estava chorando, olhava para outro lado e sicrano estava chorando também. Daqui a pouco estava todo mundo chorando” e minha mãe perguntava porque estava todo mundo chorando. Isso, sem dúvida o Nuvem invadiu a minha relação com minha mãe e meu irmão com quem eu falava muito sobre o Nuvem Negra. Foi um momento também que a minha família voltou a discutir mais a questão racial, movimento negro, sobre nossas raízes e movimentações nas conversas em família.

Dando continuidade sobre os impactos do Nuvem Negra na família de seus protagonistas, Leonardo diz “gratidão por essa formação do Nuvem, foi muito gratificante e contribuiu para quem sou hoje, me ajudou a constituir quem sou” afirma sobre sua relação com seus familiares que:

[...] no primeiro momento, estava um pouco revoltado mas depois consegui lidar de uma forma melhor e colocar as questões raciais na mesa de casa com minha mãe e com meu tio. Teve uma resistência inicial, mas hoje em dia são temas abordados tranquilamente.

Em seguida, quando perguntados sobre os impactos no campo profissional Ronilso conta que sua experiência no Nuvem Negra gerou estímulo, motivação e caminhos:

E não só isso, mas até no sentido do estímulo, de motivação, de alternativas, de ajudar, um leque de opções para poder ajudar a encontrar caminhos aonde ir, de fazer, de estudar, de formar, do que pode ser interessante, do que não pode. Assim, o Nuvem Negra ajudou sim, sem dúvida.

Ademais, Juliana conta que as pessoas estão amadurecendo, que o Nuvem está caminhando e que “estamos aprendendo a cada dia”, sobre sua história diz “eu entrei na PUC com 29 e hoje estou com 33, estou mais mulher e equilibrada por causa do processo que o próprio grupo tomou”. Como também, Luana expõe a importância e os impactos do Nuvem Negra em sua vida:

Em todos os lugares que vou me apresento como uma integrante do Coletivo Nuvem Negra, desde a carta de apresentação do mestrado, enquanto profissional também, digo que sou coordenadora do Nuvem nas Escolas. Às vezes as pessoas querem separar isso, as pessoas sabem que sou do Nuvem Negra mas dizem que a Luana é do Nuvem nas Escolas. Eu me apresentei em muitas escolas falando do Nuvem Negra e do Nuvem nas Escolas. No mestrado durante a minha entrevista perguntaram muito sobre o Nuvem Negra e a importância disso na minha carreira e formação.

Portanto, Luana nos conduz ao entendimento de sua vivência e atuação tanto no Coletivo Nuvem Negra, quanto no Projeto Nuvem nas Escolas reverbera na sua formação acadêmica e profissional. E Luana acrescenta que “no mestrado, entrei com a ideia de que o Nuvem Negra me formou, de pensar a Escola, violência simbólica, todas as discussões que aconteciam no Nuvem Negra que vinham também de fora, mas reverberavam no WhatsApp ou com algum integrante”.

Neste sentido, o Coletivo Nuvem Negra se constitui também como um espaço de formação política e intelectual da qual, a partir dele, seus integrantes irão pensar a sociedade. E por fim, destaco mais um fragmento da narrativa do Juan, que revela a profundidade dos impactos do Nuvem Negra:

Então, a minha vida, literalmente, mudou. Eu comecei a construir meu próprio discurso, a partir de outros discursos, a partir de outras vivências que eram mais parecidas com a minha, com aquilo que eu sentia naquele momento, com aquilo que eu acreditava naquele momento. Então, eu fui muito nesse movimento, de me ver nu e ter que reconstruir as minhas roupas, as minhas vestes.

Em suma, a experiência de interação a partir da fundação do Coletivo para Walmyr continuou nos integrantes mesmo após terem se formado:

O Coletivo foi fundado por estudantes da PUC, ele é continuado por estudantes da PUC, mas que se formaram ainda tem uma experiência de pertencimento ao Coletivo, não é uma galera que abriu mão, que saiu de todos os espaços de interação. É uma galera que ajuda no jornal, que ajuda nas festas, que vem para

confraternização, que vai parar pra tomar um chopp, que vai num evento de negritude, é uma galera que continua construindo essa identidade quilombola. Como eu falei anteriormente sobre o aquilombar-se, então, de fato o Coletivo se aquilombou porque as pessoas que ajudaram no processo de formação, que saíram da PUC-Rio e hoje estão em outros espaços falam “olha, aquela experiência lá marcou a minha vida e está marcada na minha história” eu acho que isso é o sentido que o Nuvem Negra dá, não é algo que passa no período de formação, é aquilo que marca na história, que fica na eternidade assim como a nossa ancestralidade.

Observa-se na fala dos protagonistas, o pertencimento ao Coletivo Nuvem Negra mesmo após o período de graduação dentro da PUC-Rio, como também a destacar a afirmação da corporeidade negra, a conexão com a ancestralidade, o direcionamento da produção intelectual e da atuação política, em torno das relações raciais. Assim como também, uma reverberação em suas famílias das discussões e temáticas raciais geradas nas reuniões.

4

Considerações Finais

Pesquisar é uma aventura. Um desafio. Neste percurso nos deparamos com vários deles. De modo inusitado, essa dissertação chega ao seu fim em meio a todas as afetações emocionais, psicológicas, incertezas, medos gerados por essa pandemia que no primeiro semestre do ano de 2020 assola o mundo. É impossível não trazer esses reflexos durante todo o processo de construção desta dissertação que chega ao fim.

Buscamos através do Coletivo Nuvem Negra conhecer a sua história, pois a consideramos importante dentro e fora da PUC-Rio, tendo em vista o legado que vem construindo dentro da universidade, tal como na vida de seus integrantes. Tínhamos uma pergunta geradora que tentamos desvendar ao longo do trabalho. Sabemos que lacunas sempre ficam e não damos conta de manusear todo o material recolhido, devido toda a riqueza de detalhes que encontramos, mas faltou folego também para melhor explorá-lo. Optamos assim por selecionar algumas das ricas contribuições e consideramos que a escolha nos ajudou a caminhar no propósito deste trabalho.

O racismo estrutural e institucional é um projeto de nação. É certo que o espaço universitário não estaria imune as ciladas do racismo, uma vez que, como bem discurremos no início desta pesquisa, o conhecimento está no campo das disputas e do projeto colonial, hoje trajado de colonialidade, que determina o que é saber válido, quais falas e produções acadêmicas são legitimadas, quais corpos são decididos a viver, a galgar posições privilegiadas, ou seja, o quesito cor é um determinante das posições sociais, acadêmicas, profissionais, de vida e de morte. Neste sentido buscamos conhecer e compreender quais questões desafiam o racismo acadêmico, tendo em vista, a experiência de estudantes negros universitários fundadores do Coletivo nuvem negra.

As reflexões as quais chegamos são algumas das muitas que atravessam a experiências de negros e negras. Não temos a pretensão aqui de concluir esta questão, entretanto destacamos que as questões que desafiam o racismo institucional começam pela provocação do próprio nome “Coletivo Nuvem Negra”,

que positiva o significado de “nuvem negra” e traz na construção de seu conceito a denúncia que nasce em forma de brincadeira sobre a composição racial desigual, dentro da universidade. Em seguida, adquirindo novos sentidos que expressam a necessidade de resgatar e preservar a memória da população negra, de intelectuais negros e negras, e de Lélia Gonzalez, o que pode dar sentido às lutas e (re) existências.

Como também, é criar este “lugar”, que oportuniza a vontade de compartilhar dores, afetos, sentimentos, sonhos e planejar o futuro, que possibilita mudanças, transformações, existência e (re)existência, consequentemente ressignificando o ato de ser negro/a, o tornar-se negro/a. Assim como, determinar a não participação de pessoas brancas em um espaço eurocêntrico e brancocêntrico. E a partir de uma perspectiva de leitura racializada da sociedade, os próprios protagonistas/fundadores educam uns aos outros para as relações raciais, construindo um lugar de formação política, agenciando denúncias, reivindicações, e produções autônomas de conhecimento, inspirando outros pretos e pretas a entrar no espaço universitário,

Desafiar o racismo institucional é através de uma pedagogia antirracista, de estratégias de sobrevivência e permanência, acolhimento, autoafirmação e afeto. É construir novas narrativas, que propiciem o rompimento do silenciamento. Bem como, é produzir saberes e contribuir para universidade com outros conhecimentos, fora do cânone. É visibilizar através de debates públicos a dinâmica do conflito racial dentro da universidade, a partir do protagonismo preto. É disputar, cobrar e propor currículos, bibliografias, disciplinas, contratação de professores/as negros/as e a discussão de temáticas raciais dentro e fora das salas de aula. Em suma, é reeducar a universidade para as relações raciais, para o surgimento de uma mentalidade crítica, antirracista e para uma educação emancipadora. É lutar pela restituição da nossa humanidade.

Quando perguntados sobre as principais razões de fundarem o Coletivo Nuvem Negra, seus principais protagonistas destacam as seguintes palavras: afroncentrar o debate; descolonizar o pensamento; acolhimento; resistência; proteção; resgate; urgência; presença; marcação de território; visibilidade; e invisibilidade.

Enquanto características centrais do Coletivo Nuvem Negra destacamos que, nasce diante da necessidade de reivindicar e resgatar as memórias apagadas de intelectuais, como Lélia Gonzalez. O Coletivo Nuvem Negra não surge objetivamente enquanto movimento, mas enquanto um lugar acolhedor do negro/a periférico/a e as imbricações que fazem parte disso. Sobretudo enquanto um lugar de convivência, identificação, conversa e troca de experiências sobre a realidade e trajetórias de ser negro/a dentro da universidade e na sociedade.

A mística de fundação do Coletivo Nuvem Negra, apresenta o paradigma do ser negro/a enquanto sagrado e de uma memória ancestral enquanto ponto de convergência. A mística de fundação nasce das experiências de vida e fé do cristianismo e das religiões de matriz africana, coexistindo em significados plurais que não se opõem, mas que coabitam a significância do próprio nome “Nuvem Negra”. É associando aos Orixás Xangô e Iansã e suas respectivas características como o trovão, o raio, o vento e a tempestade, divindades associadas a luta política, a guerra, disputa, controle. Ademais para a experiência de fé cristã a nuvem simboliza a presença de Deus, que protege e acompanha o povo ex-escravizado pelo deserto comparando-a com as mães negras, que envolvem e protegem seus filhos contra o genocídio da juventude negra.

O Coletivo Nuvem Negra, apresenta uma pluralidade de integrantes, estudantes de vários cursos (Ciências Sociais, Teologia, Serviço Social, Direito, Administração, Cinema, História, Letras, Engenharias, etc), territórios, gêneros e orientações sexuais diversas. São estudantes negros/as oriundos de diversas partes da cidade, baixada fluminense, periferias e favelas que se unem para sobreviver ao mundo acadêmico. E que alguns deles já se articulavam dentro e fora da PUC-Rio. O Coletivo Nuvem Negra é majoritariamente composto por mulheres negras. Assim como, pessoas negras com experiências, conversas, situações e desconfortos semelhantes, que convivem na diferença com religiões e tendências políticas e/ou teóricas distintas.

Outra característica central é a não adoção de uma perspectiva teórico-política única, tendo a centralidade na perspectiva de raça e a partir daí estabelecendo relações entre classe, orientação sexual e gêneros. Atravessa os muros da universidade e das escolas públicas, através do Projeto Nuvem nas Escolas, que objetiva segundo Fonseca (2018), “trocar saberes afro-brasileiros e africanos,

resgatar o afeto e a ancestralidade, construir a identidade negra positiva, dar a possibilidade de voz e potencializar as experiências”.

Observamos enquanto impactos pessoais e coletivos, a reconstrução das próprias narrativas ressignificando as trajetórias, os corpos e as mentalidades. Os indivíduos em sua singularidade afetam o coletivo, assim como o coletivo afeta os indivíduos produzindo mudanças individuais, que consequentemente estas mudanças individuais afetam uma coletividade, em outros espaços de convivência. Ressaltamos como impacto, a reflexão sobre o movimento negro, a cultura negra, a cultura afro-brasileira, a afro-descendente e a afro-diaspórica. Assim como, o respeito a diferença de religiões e posicionamentos políticos/ideológicos, gerando pertencimento que possibilita usufruir e apropriar-se da estrutura da universidade. Tal como, o desenvolvimento de uma consciência racial, o direcionamento da produção intelectual em torno das questões raciais, uma conexão com a ancestralidade, e ações antirracistas. Ademais alguns dos impactos são a afirmação do corpo negro, enquanto produtor de saberes e memórias, que se realizam através da posituação do corpo negro livre que se pronuncia, contesta, reage e resiste. No extremo, é a experiência do corpo negro enquanto existência.

Nossos objetivos buscaram responder essas questões e consideramos que, ainda há muito a ser explorado no que diz respeito aos Coletivos Negros Universitários. Nos aproximamos de um conceito a partir deste estudo: Os Coletivo Negros Universitários são desdobramentos do movimento negro no Ensino Superior, são um espaço, um lugar emancipatório de conscientização racial, de formas de autoafirmação e agenciamento político/cultural/estético/intelectual, assim como propiciam acolhimento, afeto, pertencimento, ressignificação de trajetórias e narrativas, através de estratégias de luta e sobrevivência com a finalidade de combater todas as formas de racismo no ambiente acadêmico.

Face ao exposto, sem dar por encerrado esse debate, apenas concluído os primeiros movimentos dessa gira, acreditamos que esta pesquisa traz contribuições importantes e abre possibilidades de novos questionamentos e revisões para outras reflexões.

5

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. A. B. de; SANCHEZ, L. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

ALMEIDA, M. S. **Mulher negra militante**: trajetórias de vida, identidade e resistência no contexto da política de ações afirmativas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. 2 vs. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARBOSA, M. S. **Pan-africanismo e teoria social**: uma herança crítica. **África**, São Paulo, n. 31-32, p. 135-155, 2012.

BARBOSA, M.; BARBOSA, A. **Frente Negra Brasileira**: depoimentos: projeto de dinamização de espaços literários afro-brasileiros. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

BARROS, S. P de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos e ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educ. Pesqui.**, v. 42, n. 3, p. 59-605, jul./set. 2016.

BATISTA, H. **O Teatro experimental do negro e a Educação antirracista**. Rio de Janeiro, 2017. 50 p. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. O conceito de racismo institucional surgiu nos Estados Unidos na década de 1960. In: **Racismo Institucional**: Fórum de debates – Educação e Saúde. 2002. Disponível em: <<https://www.nupad.medicina.ufmg.br/arquivos/acervo-cehmob/foruns/racismo-institucional/Caderno-Racismo.pdf#page=5>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BERNARDINO-COSTA, J. **Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil**: teorias da descolonização e saberes subalternos. Brasília, 2007. 274 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

CAIXETA, B. A. dos S. **Movimento negro universitário: um olhar decolonial sobre afetos, trajetórias e a organização política dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília**. Brasília, 2016. 97 p. TCC (Bacharelado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

CARDOSO, L. O branco-objeto: O movimento negro situando a branquitude. **Instrumento - Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 13, n. 1, 2011.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo, 2005. 339 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo.

CARNEIRO, S. Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios. **Caderno crh**, v. 15, n. 36, 2002.

CARNEIRO, S. The battle of Durban. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 209-214, 2002.

CARVALHO, J. J. de. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. **Teoria e Pesquisa**, 42 e 23. Jan-jul de 2003. p. 303-340.

CARVALHO, J. J. de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 88-63. dez./fev., 2005.

CARVALHO, J. J. de; SEGATO, L. R. **Uma proposta de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília**. 2002. Disponível em: <http://afrolatinos.palmares.gov.br/_temp/sites/000/6/download/biblioteca/arquivos/PROJETO_DE_COTAS_Proposta%20de%20JJCarvalho.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

CIRQUEIRA, D. M. **Trajetória socioespacial de estudantes negras/os da Universidade Federal de Goiás**. Goiânia, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – IESA/UFG.

COSTA, J. B. **Ação afirmativa no Brasil: a construção de uma identidade negra?** Dissertação de Mestrado em Antropologia, UnB, 1999.

CRUZ, M. dos S. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, J. (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília, DF: MEC; Secad, 2005. p. 21-34.

CUNHA, J. A. de O. Em busca de um espaço: a linguagem gestual no candomblé de Angola. À memória de Marlene de Oliveira Cunha. **Cadernos de Campo** (São Paulo, 1991), v. 26, n. 1, p. 15-41, 2018.

CUNHA, L. A. **A universidade reformada**. O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, P. M. C. da. **Da senzala à sala de aula**: como o negro chegou à escola. Rio de Janeiro: INTERTEXTO, 1999.

D'AVILA, J. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil – 1917-1945. Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DEUS, L. de. O papel dos coletivos negros diante da estrutura racista do Ensino Superior. **Jornal Nuvem Negra**, 1. ed. p. 3, 2016.

DOMINGUES, P. "Um desejo infinito de vencer": o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 118-139, 2011.

DOMINGUES, P. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Tempo, v. 12, n. 23, 2007.

DOMINGUES, P. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)**. 2001. Disponível em: <http://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/10_di__logos_latinoamericanos/mito_democracia.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2020.

FANON, F. **Black skin, white masks**. Traduzido do francês por Richard Philcox. New York, EUA: Grove press, 2008.

FÁVERO, M. de L. A. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

FERNANDES, M.; RATTS, A. Trajetórias negras discentes no espaço acadêmico: o quadro da Universidade Federal de Goiás diante das ações afirmativas. **Educere et Educare**. v. 10, n. 20, jul./dez. 2015. p. 641-652.

FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. Educação Jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial. **Rev. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 80, n. 186, p. 472-482, set./dez. 1999.

FIGUEIREDO, A.; GROSGOUEL, R. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 2, p. 223-233, 2009.

FLAUZINA, A. L. P. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Brasília, 2006. 145 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, L. Vivências e Experiências: Uma reflexão sobre o projeto Nuvem nas Escolas. **Revista Cadernos da Educação Básica**, v. 3, n. 1, p. 83, 2018.

FONSECA, M. V. A população negra no ensino e na pesquisa em História da Educação no Brasil. In: _____; BARROS, S. A. P. (Orgs.). **A História da Educação dos Negros no Brasil**. Niterói, EdUFF, p.23-50, 2016.

GELEDÉS. **Uma história oral do movimento negro unificado por três de seus fundadores**. 08/04/2019. <<https://www.geledes.org.br/uma-historia-oral-do-movimento-negro-unificado-por-tres-de-seus-fundadores/>>. Acesso em: 04 de mai de 2020.

GOMES, J. B. B. **A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, J. B. B. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, J. B. B.; SILVA, F. D. L. L. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. **Cadernos do CEJ**, v. 24, p. 86-123, 2001.

GOMES, N. L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**, 2012.

GOMES, N. L. et al. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal**, v. 10639, n. 03, p. 39-62, 2005.

GOMES, N. L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 727-744, 2012.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes Limitada, 2017.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista brasileira de Educação**, n. 21, p. 40-51, 2002.

GOMES, N. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p. 09-66.

GOMES, N.; MARTINS, A. **Afirmando Direitos – Acesso e Permanência de Jovens Negros na Universidade**. Brasil: Ed. Autêntica, 2006.

GONÇALVES, L. A. O.; SILVA, P. B. G. Movimento Negro e Educação. **Revista Brasileira de Educação**. n. 15, p. 154-138, set./dez. 2000.

GONÇALVES, P. B. et al. Crianças negras entre a assimilação e a negritude. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 161-188, 2015.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/desigualdade_racial_brasil.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017.

JÚNIOR, J. F. Ação Afirmativa: política pública e opinião. **Sinais Sociais**. 3, n. 8, p. 38-77, 2009.

LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LIMA, A. A chegada dos negros à universidade pública: revezes da raça e novos desafios. In: COSTA, H.; PINHEL, A. SILVEIRA, M. S. da. **Uma década de políticas afirmativas**: panorama, argumentos e resultados. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

LIMA, A. **A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro**: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual? **Afro-Ásia**, Bahia, Universidade Federal da Bahia, n. 25-26, p. 281-312, 2009.

LIMEIRA, J. C. Quilombos. **Repertório**, Salvador, n. 17, p. 195-197, 2011.

LÓPEZ, E. C. C. O alcance dos Pré-vestibulares comunitários/populares e Instituições Sociais nos programas afirmativos: O caso da PUC-Rio. **Relatório PIBIC**, Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

MANFREDINI, M. Lélia Gonzalez, a mulher que falava Pretuguês. **Jornal Nuvem Negra**, p. 4, 2016.

MARÇAL, J. A. **A força de intelectuais negros(as):** políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras. Belo Horizonte, Nandyala: 2012.

MARCELINO, S. R. de S. **Racismo e (In)Sucesso escolar:** percepções e vivências escolares de adolescentes dos anos finais do ensino fundamental II. Rio de Janeiro, 2019. 164 p. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MARQUES, E. P. de S. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018.

MIGNOLO, W. D. **A colonialidade de cabo a rabo:** o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, p. 35, 2005.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOURA, C. **Brasil:** raízes do protesto negro. São Paulo: Global Editora, 1983.

MOURA, C. **Rebeliões da senzala.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p 304.

MUNANGA, K. **Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania.** Palestra proferida, n. 1, 2003.

NASCIMENTO, A. do. **Do direito à universidade à universalização de direitos:** o movimento dos cursos pré-vestibulares populares e as políticas de ação afirmativa. Rio de Janeiro: Litteris Editora, 2012.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo.** 2. ed. Brasília/Rio: Fundação Cultural Palmares; O. R. Editora, 2002.

NASCIMENTO, B. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. In: RATTS, A. **Eu sou atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Insitituo Kuanza; Imprensa Oficial, 2006a. p. 109-116.

NASCIMENTO, B. Meu negro interno. In: RATTS, A.; GOMES, B. **Todas [as] distâncias; poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento.** Salvador: Editora Ogum's Toques Negros, 2015. p. 94-101.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira. In: Nascimento, E. L. (Org.). **Cultura em movimento:** matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 71-91.

NETO, A. R. **Entre os pés de café**: múltiplas faces do processo de escolarização de crianças negras em Vassouras, 1889 a 1930. In: XI JORNADA DO HISTEDBR., 2013, Cascavel – PR, 2013.

NETO, A. R. O Fio do Novelo. O fio do novelo: o processo de escolarização de crianças negras em Vassouras, 1889-1930. **Revista Alpha**, (13):189-198, 2012.

NETO, A. R.; CONDURU, R. **Entre os pés de café**: Múltiplas faces do processo de escolarização de crianças negras em Vassouras, 1890 A 1930. *Educere et Educare*, v. 9, n. 17, p. 293-305, 2014.

OLIVEIRA GONÇALVES, L. A.; SILVA, P. B. Movimento negro e educação. **Revista brasileira de educação**, n. 15, 2000.

OLIVEIRA, C. M. de. **A importância da Pastoral Afro-brasileira**. XXXI Congresso ALAS, 2017.

PAIXÃO, M. **Manifesto anti-racista**. São Paulo: Editora DP&A, 2006.

PEREIRA, A. A. **O mundo negro**. Relações Raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2010.

PEREIRA, A. A. **O Mundo Negro**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Niterói, RJ, 2010. 268 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

PEREIRA, A. M. **Encruzilhadas na luta contra o racismo no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

PEREIRA, A. M. Teorizações Orgânicas: “Saltos para a Luz” na conjuntura da luta contra o racismo no Brasil. In: PEREIRA, A. M.; SILVA, J. da (Org.). **O Movimento Negro Brasileiro**: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte, Nandyala, 2009.

PINTO, R. P. **O movimento negro e São Paulo**: luta e identidade. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

PIRES, T.; GILL, A. **Nem todas as crianças vingam**. 2017. Disponível em: <<https://emporiododireito.com.br/leitura/nem-todas-as-criancas-vingam-porthula-pires-e-andrea-gill>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americana. **Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set.** 2005, p. 117-140.

RAMOS, A. G. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

RATTS, A. **Encruzilhadas por Todo Percurso: Individualidade e Coletividade no Movimento Negro de Base Acadêmica.** Movimento Negro Brasileiro: Escritos sobre os Sentidos de Democracia e Justiça Social no Brasil, 2009.

REIS, J. J. **A revolta dos Malês em 1835.** 2008. Disponível em: <<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

REIS, J. J. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.

RISÉRIO, A. **A utopia brasileira e os movimentos negros.** São Paulo: Ed. 34, 2007.

ROSEMBERG, F. M. de B. M. **A educação da criança pequena, a produção do conhecimento e a universidade.** Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 3-12, 1987.

SALES, A. dos. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas.** Brasília, 2009. 554 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.

SALVADOR, A. C. **A gênese da política de ação afirmativa da PUC-Rio.** Uma parceria entre Universidade e Movimento Social. **Desigualdade e Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, n. 5, jul./dez. 2009.

SALVADOR, A. C. **Ação afirmativa na PUC-Rio:** a inserção de alunos pobres e negros. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2011.

SANTOS, F. M. dos. **Análise de conteúdo:** a visão de Laurence Bardin. 2012.

SANTOS, M. D. C. **Vozes de mulheres negras sob o impacto de ações afirmativas em educação.** Bahia, 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual da Bahia.

SANTOS, R. dos. A Difusão do Ideário Anti-Racista nos Pré-Vestibulares para Negros e Carentes. In: SANTOS, S. (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas.** Brasília, Ministério da Educação, 2007.

SANTOS, R. E. dos. **Agendas e Agências: A construção do movimento PVNC. Identidade negra: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. II Concurso Negro e Educação.** Anped/Ação Educativa, 2003.

SILVA, A. M. P. da. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 2, n. 2 [4], p. 145-166, 2012.

SILVA, A. M. P. da. **Aprender com perfeição e sem coação: uma Escola para meninos pretos e pardos na corte.** Brasília: Editora Plano, 2000.

SILVA, F. A. **A Frente Negra Pernambucana e sua proposta de educação para a população negra na ótica de um dos seus fundadores: José Vicente Rodrigues Lima – Década de 1930.** Ceará, 2008. 125 p. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal do Ceará.

SILVA, J. da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 25, n. 2, p. 215-235, 2003.

SILVA, J. da; PEREIRA, A. M. **Olhares sobre a mobilização brasileira para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas.** Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares-MinC, 2013.

SILVA, S. M. da. **O GTAR (Grupo de Trabalhos André Rebouças) na Universidade Federal Fluminense: memória social, intelectuais negros e a universidade pública (1975/1995).** Rio de Janeiro, 2018. 143 p. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOKOYA, K. **A Historical Analysis of the Contributions of the Black Power Movement to Higher Education: 1960–1980.** Washington, EUA, 2014. Tese (Doutorado em Educação) – The Graduate School of Education and Human Development, The George Washington University.

SOTERO, E. C. **Black Political Representation in Brazil after the Estado Novo.** São Paulo, 2015. 321 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SOUZA, L. Q. de. **Pré-vestibular PreparaNem: a construção de uma história voltada para o acesso das pessoas travestis e transexuais à Universidade.** Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEIXEIRA, I. A. de C.; PRAXEDES, W. L.; PÁDUA, K. C. et al. **Memórias e percursos de estudantes negros e negras na UFMG**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

6 Apêndices

6.1.

Apêndice 1 – Termos de Consentimento da Pesquisa



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –
ENTREVISTA

Prezada/o

Convidamos a V.S.^a a participar voluntariamente da pesquisa apresentada a seguir.

Pesquisa: A formação do Coletivo Nuvem Negra e a luta dos Coletivos Negros Universitários no espaço acadêmico

Pesquisadores:

Mestrando: Esteban C. C. López | e-mail: estebancipriano123@gmail.com | Tel. (21) xxxx-xxxx

Orientadora: Prof. Dr.^a Andrea Clapp Salvador | e-mail: aclapp@puc-rio.br | Tel. (21) xxxx-xxxx

Justificativas: A intenção é problematizar a presença de um Coletivo Negro Universitário que combate o racismo institucional e a importância de suas ações dentro do espaço acadêmico.

Objetivos: Analisar o processo de formação do Coletivo Nuvem Negra - CNN, os seus avanços e desafios, identificando as questões que desafiam o racismo institucional.

Metodologia: Entrevistas, através de áudio-gravação, com duração média de 40 minutos.

Riscos e Benefícios: É possível que algum tipo de constrangimento ocorra ao se abordar temas relacionados ao racismo no ambiente universitário. No entanto, todos os procedimentos levarão em conta este risco, respeitando os sujeitos envolvidos e garantindo que os relatos sejam apresentados em clima de confiança e sigilo.

Eu,

de maneira voluntária, livre e esclarecida, concordo em participar desta pesquisa acima identificada. Estou ciente dos objetivos do estudo, dos procedimentos metodológicos, dos possíveis desconfortos com o tema, e da possibilidade de esclarecimentos permanentes sobre os mesmos. Fui informado (a) de que se trata de pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Está claro que minha participação é isenta de despesas e que minha imagem e meu nome poderão ser publicados com esta minha prévia autorização por escrito. Estou de acordo com a áudio-gravação da entrevista a ser cedida para fins de registros acadêmicos. Estou ciente de que, em qualquer fase da pesquisa, tenha a liberdade de recusar a minha participação ou retirar meu consentimento, sem penalização alguma e sem nenhum prejuízo quem e possa ser imputado.

Esteban C. C. López
Mestrando

Prof^a. Dr^a. Andreia Clapp Salvador
Orientadora

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2019.

Assinatura da/o voluntária/o

6.2.**Apêndice 2 – Roteiro de Entrevista****PUC-Rio / Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

Esteban Cipriano Costa López / Orientadora: Andrea Clapp

ROTEIRO DE ENTREVISTA**I – Identificação**

Nome:

Gênero:

Orientação Sexual: Heterossexual () Gay () Lésbica () Bissexual ()
outros: _____

Cor/Raça:

Idade:

Estado Civil: Filhos: () Sim () Não

Curso:

Período: Turno:

Local de Origem Familiar (Estado/Cidade/Bairro):

Atual Cidade / Bairro de domicílio:

Oriundo de algum pré-vestibular comunitário?

Teve algum tipo de bolsa de estudos na PUC Rio? Qual?

II – Memórias e o processo de construção coletiva das estratégias e ações

| EIXOS | PERGUNTAS |
|---|--|
| 1. Experiência e envolvimento com o Coletivo Nuvem Negra. | <p>1). Pensando hoje a respeito da sua chegada e participação no CNN, por que se interessou em ir para o Coletivo? E por que continuou voltado?</p> <p>2). Você participava de outro Coletivo, organização política ou Movimento Social antes de participar do CNN? Se, sim qual (ais)?</p> <p>3). Você participou da fundação do Coletivo Nuvem Negra?</p> <p>4). Quem você considera como pessoas fundamentais nos primeiros encontros do CNN?</p> <p>5). Onde aconteceram as reuniões? E como as pessoas tinham conhecimento das reuniões?</p> <p>6). Por quais razões estas pessoas fundaram o Coletivo?</p> |

| | |
|---|--|
| 2. Coletivos Negros Universitários e Coletivo Nuvem Negra | <p>7). O que são Coletivos Negros ou Coletivo Negros Universitários? Como você descreveria?</p> <p>8). Qual o significado do nome Coletivo Nuvem Negra? Por que deste nome?</p> <p>9). Na época, qual era o significado do CNN tinha para você?</p> <p>10). Resuma em 3 palavras as principais razões para a formação do Coletivo Nuvem Negra.</p> <p>11). Como se dava a organização inicial do Nuvem Negra? Como seus integrantes organizaram o Coletivo? Como dividiam as tarefas?</p> <p>12). Você percebe influência de outros movimentos sociais no CNN. Você identifica alguma influência? Como você percebe esta influência?</p> |
| 3. Ações do Coletivo Nuvem Negra e suas estratégias | <p>13). Naquele momento quais foram as principais propostas de ação do Coletivo?</p> <p>14). As iniciativas de ação do CNN já estavam pensadas desde seu início ou foram criadas depois? Como se deu essa criação?</p> <p>15). Você lembra dos principais temas das primeiras reuniões? Existia algum tensionamento em determinados temas relacionados a gênero, classe, raça ou orientação sexual ou outros?</p> <p>16). E quais foram as estratégias de atuação do CNN para implementar essas propostas de ação?</p> <p>17). Quais meios de comunicação você utilizava com maior frequência para se comunicar com outros membros do coletivo?</p> |
| 4. Avanços e conquistas do Coletivo Nuvem Negra e na vida pessoal | <p>18). Você pode falar de alguns avanços e conquistas que o CNN teve nesta fase inicial? E falar sobre as dificuldades também?</p> <p>19). De que forma a sua vivência no CNN impactou a sua vida pessoal, familiar, profissional, religiosa etc.?</p> |
| 5. Outros. | <p>20). Gostaria a fazer algum outro comentário ou acréscimo à nossa entrevista?</p> |

Fonte: Própria autoria, 2020.

6.3.

Apêndice 3 – Quadro dos protagonistas/fundadores entrevistados

| Entrevistados/as | Data e duração | Local |
|---|---------------------------------|---|
| <p>Ronilso Pacheco, nasceu na cidade de São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro em XX de estudou Teologia na PUC-Rio entre os anos de 2010 e 2017 com bolsa filantrópica. É preto, heterossexual, casado, 43 anos, ativista, tem um histórico no movimento evangélico progressista, durante mais de dez anos participou enquanto ativista da Rede Fale uma organização internacional ligada a várias congregações evangélicas, que atua em campanhas contra injustiças sociais e formada por jovens universitários cristãos que tem uma temática progressista em defesa dos direitos humanos. Integrou a Rede Vandalizando em maioria formada por cristãos dentro da temática dos direitos humanos e funcionava também como um grupo de estudo. Em 2014 foi um dos fundadores da campanha pela liberdade do Rafael Braga e atua como colaborador de movimentos e coletivos diversos como o Coletivo Papo Reto, Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, Rede contra a violência do Estado na Baixada e o Fórum Grita Baixada. É pastor auxiliar na Comunidade Batista em São Gonçalo, autor de "Ocupa, Resistir, Subverter" (2016) e "Teologia Negra: O sopro antirracista do Espírito" (2019); mestrando em teologia no Union Theological Seminary (Columbia University) em NY.</p> | <p>10/12/2019</p> <p>1h5min</p> | <p>Entrevista online via Zoom.</p> |
| <p>Juliana Santos nasceu no bairro de Realengo na Cidade do Rio de Janeiro no dia 25 de Janeiro de 1986 . Estudou Letras na PUC-Rio, heterossexual, casada e estudou com bolsa filantrópica durante toda sua graduação. Foi estudante “cursinho pré-vestibular” da Educafro onde se preparou para o vestibular da PUC-Rio.</p> | <p>11/10/2019</p> <p>42min</p> | <p>Pastoral Universitária na PUC-Rio.</p> |
| <p>Walmyr Gonçalves da Silva Junior nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 1984, morador da favela da Maré - RJ, negro e heterossexual, fez o pré-vestibular em um cursinho particular com bolsa integral. Licenciou-se em História na PUC-Rio com bolsa filantrópica e estudou entre os anos de 2007 a 2016. Walmyr compôs chapa, disputou eleições e liderou o DCE da PUC Rio por quase 10 anos. É filiado e militante do Partido dos Trabalhadores - PT, iniciou sua trajetória na militância no movimento negro pensando o debate raça e classe. Foi um dos fundadores do Coletivo Enegrecer no Rio de Janeiro fundado para pensar a atuação de jovens negros/as no ensino superior, integrou a coordenação nacional do Coletivo que tem mais de dez anos e está presente em mais de dez estados do País. Entre 2013 a 2015 participou do Conjuve - Conselho Nacional de Juventude Negra aonde participava na produção de políticas públicas para a juventude</p> | <p>17/12/2019</p> <p>49min</p> | <p>Pastoral Universitária na PUC-Rio.</p> |


| | | |
|---|---------------------------|---|
| negra. Publicou o livro: "Porta vozes da resistência - narrativas de 3 favelados" | | |
| Namíbia Rodrigues nasceu em 19 de junho de 1991 na cidade do Rio de Janeiro em Santa Tereza com origem familiar do Espírito Santo. É mulher preta, mãe e heterossexual, tem 28 anos e estudou Ciências Sociais com bolsa filantrópica entre os anos de 2010 e 2016, sua monografia foi sobre a Folia de Reis da Favela Santa Marta. Namíbia fez cursinho pré-vestibular no Instituto Palmares de Direitos Humanos – IPDH antes de entrar para PUC Rio. Durante a graduação foi integrante do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da PUC Rio. | 18/10/2019 1h5min | Restaurante no Centro da cidade do Rio de Janeiro. |
| Lucas Obalera de Deus nasceu em 15 de março de 1991 e morador da cidade de São Joao de Meriti na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Filho de Maria Adelaide militante do movimento de mulheres, direitos sociais da Baixada e do Partido dos Trabalhadores. Foi professor e coordenador de Cidadania no PVC São Mateus (núcleo Educafro) entre 2013 e 2014. É dançarino, brincante e educador popular na Companhia de Aruanda desde 2010. Formado em Ciências Sociais pela PUC-Rio, desenvolveu a monografia “Entre a Bíblia e o Oxê: análises de casos de perseguição às religiões de matrizes africanas noticiados pela mídia no Estado do Rio de Janeiro”, fundador e editor do Jornal Nuvem Negra entre 2016 e 2018. Foi coordenador ativista da Escola Ubuntu de Filosofia e Teologia Afrocentrada ano 2017-2019. Um dos coordenadores do Fórum Ubuntu Afro-brasileiro - FUAB/RJ no ano de 2018. Publicou em 2019 o e-book por uma perspectiva afrorreligiosa: estratégias de enfrentamento ao racismo religioso. | 10/10/2019 2h55min | Residência do entrevistado, São Mateus em São Joao de Meriti - RJ |
| Luana da Costa Fonseca nasceu na Cidade do Rio de Janeiro em junho de 1991. É negra, bissexual, tem 28 anos e sua família é oriunda do morro do Borel na cidade do Rio de Janeiro. Vinda do interior, de São Pedro da Serra no Rio de Janeiro. Graduada (Bacharel e Licenciatura) em Ciências Sociais pela PUC-Rio entre os anos de 2012 a 2016, com domínio adicional em Estudos das Cidades, participou da construção do Coletivo de Ciências Sociais na PUC-Rio. Mestra em Ciências Sociais (PPCIS - UERJ). Pós-graduanda (latu sensu) em Ciências Sociais e Educação Básica (PROPGPEC - PEDRO II). Integrante do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) no período de (2012 - 2016). Participou como estagiária em Arte-Educação do Programa Educativo do CCBB-Rio (2014-2016). Educadora no Museu Histórico Nacional (2016-2017). Instrutora de Arte e Cultura do Movimento Infância in Natura (2018). Tem interesse nas seguintes áreas de investigação: relações étnico-raciais e educação, infância e juventude, poesia falada e estudos urbanos. | 18/10/2019 1h3min | Residência do entrevistador, Rio de Janeiro - RJ |
| Juan de Araújo Telles nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 04 de novembro de 1994, foi morador do morro dos Tabajaras. Bacharel em Psicologia formado pela PUC-Rio em 2019 com | 12/11/2019 40min | Pastoral Universitária na PUC-Rio. |

| | | |
|--|-----------------------------|------------------------------------|
| <p>bolsa integral filantrópica e mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica pela mesma universidade. Participou ao longo da adolescência de projetos do movimento de favelas, que era composto por vários outros movimentos de favelas, onde teve contato com determinadas pautas políticas. Psicólogo com formações no campo dos Direitos Humanos e das Relações Étnico-raciais. Pesquisa os efeitos psicossociais do racismo e a permanência da lógica colonial na produção de saberes e práticas em Psicologia. Integrante do Grupo de Pesquisa e Intervenção Antirracista Porta da Lembrança (Psicologia-PUC-Rio). Fundador da Clínica do Afeto, dispositivo clínico-político voltado para promoção de saúde e bem estar da população negra.</p> | | |
| <p>Leonardo Ventura entrou na PUC em 2015, é bolsista Prouni e estudante de Ciências Sociais, é preto, heterossexual e tem 22 anos de idade. É o mais novo dos entrevistados, morador de Madureira, tinha noções sobre questões raciais muito na superfície das discussões, por ouvir Rap, Racionais MCs e se localiza enquanto negro por ser nitidamente negro retinto. Entretanto afirma que a consciência racial é uma outra questão, é um outro processo e diz: “eu fui despertado nesse processo de consciência racial no Nuvem, mas foi numa base de amadurecimento do que seria o racismo estrutural na sociedade brasileira”.</p> | <p>04/10/2019 43min</p> | <p>Entrevista online via Zoom.</p> |

Fonte: Autoria própria, 2020.

7 Anexos

7.1. Anexo 1 – EECUN 2016



**Encontro de Estudantes e Coletivos
Universitários Negros**

EECUN

DIAS: 13, 14 E 15 DE MAIO

LOCAL: UFRJ - FUNDÃO

INFO: [FACEBOOK.COM/EECUN](https://www.facebook.com/EECUN)



Encontro de Estudantes e Coletivos Universitários Negros

PROGRAMAÇÃO

1º DIA - 13/05/2016

| | |
|----------------------------------|--|
| M A N HÃ | 07h30 às 10h30 - Credenciamento / Recepção Acolhida e café da Manhã 10h30 às 12h00 - Mesa de Apresentação dos Coletivos envolvidos na construção do EECUN |
| T A R D E | 12h00 às 14h00 - ALMOÇO no R.U. 14h00 às 14h30 - Mostra do Vídeo com os depoimentos de familiares e amigos de estudantes vítimas do Racismo na academia 14h30 às 16h00 - Mesa Solene "Fortalecer para Permanecer: Uma permanência estudantil para muito além de moradia e alimentação" 16h00 às 18h00 - Apresentação de Trabalhos 18h00 às 20h00 - JANTAR no R.U. |
| N O I T E | 20h00 às 22h00 - Mesa "Racismo, universidade e sociedade: Um balanço sobre os desafios do movimento negro brasileiro" 22h00 - Apresentação de Cultural |

2º DIA - 14/05/2016

| | |
|----------------------------------|---|
| M A N HÃ | 7h00 - Café da manhã 09h00 às 12h00 - Mesa Identidade I "A presença negra na universidade: os desafios para o fortalecimento de uma identidade negra" |
| T A R D E | 12h00 às 14h00 - ALMOÇO no R.U. 14h00 às 17h00 - Mesa Identidade II "A presença negra na universidade: os desafios para o fortalecimento de uma identidade negra." 17h00 às 19h00 - JANTAR no R.U. |
| N O I T E | 19h00 às 21h30 - Tumbuctu - Educação e povo negro: As barreiras postas pelo racismo e os desafios para enegrecer o conhecimento 22h00 - Apresentação Cultural |

3º DIA - 15/05/2016

| | |
|----------------------------------|--|
| M A N HÃ | 7h00 às 08h30 - Café da Manhã 08h30 - Um histórico sobre a construção do Estado brasileiro e as suas múltiplas formas de genocídio da população negra |
| T A R D E | 12h00 às 14h00 - ALMOÇO no R.U. 14h00 - Momento: Construindo a verdadeira a abolição. |

7.2.**Anexo 2 – Reunião Fundação Nuvem Negra 2015**

7.3.**Anexo 3 – Descomemoração**

O **Coletivo Nuvem Negra** (CNN) é composto por estudantes negros/as da PUC-Rio. Nós nascemos da necessidade de representatividade negra dentro do espaço acadêmico, pois infelizmente ainda somos poucos dentro das instituições de ensino superior do Brasil. Uma das principais causas do Coletivo Nuvem Negra é a construção de um espaço de fortalecimento dos estudantes negros/as da PUC-Rio e o estudo e disseminação da produção intelectual negra, que é negligenciada historicamente pelas universidades brasileiras. Estamos unidos pelo protagonismo do povo negro dentro das universidades brasileiras.

REALIZAÇÃO
Coletivo
**NUVEM
NEGRA**

dias 13 e 14 maio | PUC - Rio

DESCOMEMORAÇÃO

13 de Maio não é dia de negro

APOIO
Departamento de Ciências Sociais - PUC-Rio
Cine Opinião

7.4.

Anexo 4 – Semana Nuvem Negra 2015

**SEMANA
NUVEM
NEGRA**

PROGRAMAÇÃO

16/11
13H PILOTIS KENNEDY

HOMENAGENS

MESA Conceição Evaristo: Trajetórias de uma Escrivência

INTEGRANTE :: Conceição Evaristo
[Homenageada da Semana Nuvem Negra]

MEDIADORA :: Juliana Santos (CNN)

17/11
13H PILOTIS KENNEDY

MESA Genocídio da População Negra: o corpo negro estendido no chão, estruturas de um sistema racista

INTEGRANTES :: Mônica Cunha [mãe, perdeu o filho assassinado por policiais. Fundadora do Projeto Moleque, promove direitos de adolescentes que estão no sistema socioeducativo e seus familiares]

Ronilso Pacheco [Viva Rio e CNN]

MEDIADOR :: Esteban Cipriano (CNN)

18/11
13H PILOTIS KENNEDY

MESA
Solidão da Mulher Negra: o racismo cotidiano e afetivo

INTEGRANTE :: Claudete Alves
[Pesquisadora e escritora]

MEDIADORA :: Milena Manfredini (CNN)

19/11
13H AUD. PADRE ANCHIETA
- EDIFÍCIO: LEME

MESA Negritude e Espacialidade: segregação, resistência e direito à cidade.

INTEGRANTE :: Denilson Araujo de Oliveira
[Prof. Dr de geografia da UERJ]

Mário Pires Simão [Geógrafo - Coordenador do Observatório de Favelas]

Debora Pio [Viva Favela]

MEDIADOR :: Lucas de Deus (CNN)

19/11
18H CASOC - VILA DOS DIRETÓRIOS

FESTA "QUILOMBO DA LÉLIA"

REALIZAÇÃO

COLETIVO NUVEM NEGRA

APOIO

Pastoral Universitária Anchieta
espaço da juventude

7.5.

Anexo 5 – PUC Por Um Dia

| | | |
|---|--|--|
| <p>JÁ CONHECE O PROUNI?</p> <p>Ele é o programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) em universidades/faculdades privadas (ensino superior) em cursos de graduação e, além disso tem cotas raciais.</p> <p>FIQUE LIGADO: PRÉ-VESTIBULARES COMUNITÁRIOS</p> <p>Eles são cursos preparatórios para as provas de acesso às universidades, como por exemplo, o ENEM.</p> <p>A diferença dos PVC é que eles possuem preços acessíveis, profundamente mais baratos que os Pré-Vestibulares tradicionais. Aqui vão alguns: PVC EDUCAFRO, PVNC, Pré-Vestibular Social do Cederj, PVC Padre Anchieta; Pré-Vestibular do GCAP-RJ, PVS Sintuperj, Curso INVEST PVC. Estes são apenas alguns pré vestibulares comunitários.</p> <p>NÃO PERCAM ESTAS OPORTUNIDADES! USUFRUAM DOS SEUS DIREITOS! A UNIVERSIDADE TAMBÉM É NOSSA!</p> | <p>RACISMO É CRIME!</p> <p>Lei nº 7.716/89: Definem os crimes e punições resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.</p> <p>Art20: Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Pena: reclusão de um a três anos e multa.</p> <p>REUNIÕES Quarta às 19h Quinta às 15h</p> <p>FALE COM A GENTE Facebook.com/coletivonuvemnegra coletivonuvemnegra@gmail.com</p>  | <p>Coletivo NUVEM NEGRA</p> <p>Tire seu racismo do caminho, que eu quero passar com a minha cor</p> <p>Meu cabelo NÃO é ruim! Ruim é o seu Racismo!</p> <p>- RACISMO MATA! -</p> |
| | | |
| <p>O QUE É O COLETIVO NUVEM NEGRA</p> <p>Somos estudantes negros/as da PUC-RIO. Nascemos da necessidade de representatividade negra dentro do espaço universitário. O (CNN) é um espaço de acolhimento, troca, fortalecimento da identidade negra, luta antirracista, de defesa de nossos direitos. Gostou? Construa você também um coletivo negro dentro da sua escola. Organização estudantil é um direito! Junte-se com os estudantes negros/as de sua escola e veja como ser negra/o é lindo! Lute contra o racismo e a discriminação em sua escola.</p> <p>QUE HISTÓRIA É ESSA DE RACISMO?</p> <p>"O racismo é uma doutrina (sistema) que afirma haver relação entre características raciais e culturais e que algumas raças são, por natureza, superiores às outras" (CARNEIRO, Sueli). Neste sentido, é um conjunto de ações e intenções que vão desde chamar um negro de "macaco", "cabelo duro/ruim" até a impossibilidade da população negra de ascender socialmente, de conseguir emprego, ter acesso às universidades, etc.</p> | <p>POR UMA REALIDADE EM QUE A COR DE PELE E A FIBRA DO CABELO NÃO DEFINAM O POTENCIAL DO SER HUMANO.</p>  | <p>LUTAS & DIREITOS</p> <p>O termo Ação Afirmativa refere-se a um conjunto de políticas públicas e privadas, que procuram eliminar as desigualdades herdadas historicamente por determinados grupos. O objetivo é reparar os aspectos discriminatórios que impedem o acesso de negras/os ao mercado de trabalho, universidades, etc. Dentre as ações afirmativas estão as cotas raciais, que visam democratizar o acesso ao ensino superior.</p> <p>"Tratar de maneira diferenciada um grupo que teve menos oportunidades [...] é uma tentativa de diminuir essas desigualdades, restituindo direitos a muito tempo negados" (IBASE, 2008).</p> <p>AS COTAS NÃO SÃO UM FAVOR OU PRIVILÉGIO AS COTAS SÃO UM DIREITO!</p> |